

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES
URI - CAMPUS SANTO ÂNGELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE
ORGANIZAÇÕES - PPGGEO**

GRACE KELLY HOLTZ SCREMIN

**MATRIZ DE REQUISITOS PARA UMA PLATAFORMA DE PRÁTICAS
EDUCATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA PARA OS MUNICÍPIOS DO NOROESTE
DO RIO GRANDE DO SUL**

**SANTO ÂNGELO - RS
2018**

GRACE KELLY HOLTZ SCREMIN

**MATRIZ DE REQUISITOS PARA UMA PLATAFORMA DE PRÁTICAS
EDUCATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA PARA OS MUNICÍPIOS DO NOROESTE
DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Gestão Estratégica das Organizações, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão Estratégica das Organizações.

ORIENTADORA: Professora Doutora Neusa Maria Gonçalves Salla

**SANTO ÂNGELO – RS
2018**

S433m Scremin, Grace Kelly Holtz

Matriz de requisitos para uma plataforma de práticas educativas de gestão pública para os municípios do noroeste do Rio Grande do Sul / Grace Kelly Holtz Scremin. – Santo Ângelo : URI, 2018.

169 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo. – Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações, 2018.

1. Gestão pública. 2. Matriz de requisitos. 3. Práticas educativas. I. Título.

CDU: 35(816.5)

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10 / 1720

GRACE KELLY HOLTZ SCREMIN

MATRIZ DE REQUISITOS PARA UMA PLATAFORMA DE PRÁTICAS
EDUCATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA PARA OS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO
RIO GRANDE DO SUL

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em
Gestão Estratégica de Organizações – PPGGEO – Mestrado Profissional da
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de
Santo Ângelo – RS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de
Mestre em Gestão Estratégica de Organizações, Área de Concentração: Gestão de
Organizações e Desenvolvimento; Linha de Pesquisa: Estratégias Organizacionais.

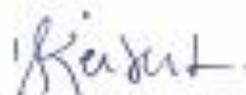
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla, Doutora em Ciências Contábeis
e Administração
Orientadora/Presidente



Prof. Dr. Rodrigo da Silveira Kappel, Doutor em Ciências Contábeis
Examinador Externo



Profa. Dra. Rosane Maria Seibert, Doutora Ciências Contábeis
Examinadora Interna

Santo Ângelo (RS), 26 de Outubro de 2018.

DEDICATORIA

Dedico esse trabalho para:

Os meus queridos e amados pais Renato e Noeli,

Meus Irmãos Kevin e Keila,

Meus Tios Edemir e Teresinha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por mais uma conquista,
Agradeço aos meus pais, irmãos e tios que contribuíram muito para a realização deste sonho.

Agradeço a minha orientadora Prof. Dr^a Neusa Salla pelas orientações e conselhos que foram fundamentais para a elaboração deste estudo.

Agradeço todos os professores, secretária e colegas do PPGGEO pelos incentivos e apoio desde o início da caminhada.

Agradeço a URI – Campus de Santo Ângelo por me permitir fazer parte desta Instituição de Ensino, e pelo conhecimento técnico e científico que tem me proporcionado desde a graduação.

Agradeço a todos os meus amigos que estiveram comigo durante esta caminhada.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculo, no mínimo fará coisas admiráveis”.

José de Alencar

RESUMO

A Gestão Pública é um conjunto que aborda temas complexos e importantes para que a sociedade brasileira possa dialogar em grupos com objetivo de encontrar soluções para os problemas públicos. O presente estudo propôs em elaborar uma Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública para municípios do noroeste do Rio Grande do Sul, a fim de fornecer a todos os cidadãos as informações referentes a gestão pública. Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada um estudo bibliográfico sobre o tema abordado. A metodologia caracterizou uma pesquisa exploratória e qualitativa, pois buscou responder o seguinte questionamento: Quais são os requisitos para compor uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública para municípios de pequeno porte do noroeste do Rio Grande do Sul? Quanto aos procedimentos ela foi bibliográfica, pesquisa de campo e estudo de caso, quanto aos objetivos é descritiva, a coleta dos dados foi realizada através da aplicação de questionário. Os sujeitos da pesquisa é a comunidade acadêmica que se refere aos colaboradores diretos (técnicos administrativos/ professores) e acadêmicos da ICES - Instituição Comunitária de Ensino Superior no noroeste do Rio Grande do Sul. A análise dos dados foi realizada a partir da coleta das opiniões dos participantes, tornando possível a elaboração da Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública. Portanto a plataforma está estruturada em dez categorias sendo elas: Cultura/Lazer, Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Educação, Economia, Meio Ambiente, Saneamento Básico, Saúde, Trabalhista/Previdenciária e Transparência, a plataforma permite que os cidadãos adquiram o conhecimento necessário para a formação das opiniões públicas sobre os assuntos que exigem uma atenção maior dos governantes e a sociedade na busca de políticas de estratégias para a resolução dos problemas de interesse público.

Palavras-chave: Gestão Pública, Matriz de Requisitos e Práticas Educativas.

Abstract

Public Management is a set that addresses complex and important issues so that Brazilian society can dialogue in groups with the objective of finding solutions to public problems. The present study proposed to elaborate a Matrix of Requirements for a Platform of Educational Practices of Public Management for municipalities in the northwest of Rio Grande do Sul, in order to provide all citizens with information regarding public management. For the development of the research was carried out a bibliographic study on the topic addressed. The methodology characterized an exploratory and qualitative research, as it sought to answer the following question: What are the requirements to compose a Platform of Public Management Education Practices for small municipalities in the northwest of Rio Grande do Sul? As for the procedures it was bibliographic, field research and case study, as far as the objectives is descriptive, the data collection was performed through the application of a questionnaire. The research subjects are the academic community that refers to the direct collaborators (administrative technicians / professors) and academics of ICES - Community Institution of Higher Education in the northwest of Rio Grande do Sul. The analysis of the data was made from the collection of the opinions of the participants, making possible the elaboration of the Platform of Educational Practices of Public Management. Therefore, the platform is structured in ten categories: Culture / Leisure, Human Rights, Social Development, Education, Economy, Environment, Basic Sanitation, Health, Labor / Social Security and Transparency, the platform allows citizens to acquire the necessary knowledge to the formation of public opinions on issues that require greater attention from government officials and society in the pursuit of strategic policies for the resolution of problems of public interest.

Keywords: Public Management, Matrix of Educational Requirements and Practices.

LISTA DE FIGURA

Figura 01: Linha dos períodos com os modelos de Gestão Pública	17
Figura 02: Modelo Patrimonialista: na sua estrutura, estratégias e política	18
Figura 03: Relação entre as perspectivas de observação da governança no setor público	28
Figura: 04: Checklist da Metodologia Escala Brasil Transparente	35
Figura 05: etapas do ciclo das políticas públicas para o desenvolvimento de programas sociais	39
Figura 06: Aspectos da Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS)	41
Figura 07: esquematização da etapa da metodologia	43
Figura 08: Trajetória da Pesquisa	55
Figura 09: Sítio da Prefeitura de Bossoroca	90
Figura 10: Sítio da Prefeitura de Caibaté	92
Figura 11: Sítio da Prefeitura de Cerro Largo	94
Figura 12: Sítio da Prefeitura de Entre Ijuís	96
Figura 13: Sítio da Prefeitura de Porto Xavier	97
Figura 14: sítio da prefeitura de Santo Ângelo	99
Figura 15: sítio da prefeitura de São Borja	101
Figura 16: sítio da prefeitura de São Luiz Gonzaga	102
Figura 17: Sítio da Prefeitura de São Miguel das Missões	104
Figura 18: Sítio da Prefeitura de São Nicolau	106
Figura 19: Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública	108
Figura 20: Categoria Cultura	109
Figura 21: Categoria Direitos Humanos	112
Figura 22: categoria Desenvolvimento Social	115
Figura 23: categoria Educação	117
Figura 24: categoria Economia	122
Figura 25: categoria Meio Ambiente	128
Figura 26: Categoria Saneamento Básico	134
Figura 27: Categoria Saúde	137
Figura 28: Categoria Trabalhista e Previdenciária	140
Figura 29: Categoria Transparência	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Conhecimento sobre os assuntos de Gestão Pública	57
Gráfico 02: Grau de importância que você atribuiu à Gestão Pública	58
Gráfico 03: Interesse da sociedade pelos assuntos de Gestão Pública	58
Gráfico 04: Fornecimento das disciplinas que abordam assunto de Gestão Pública nas Instituições de Ensino Superior	59
Gráfico 05: informações acessadas no Portal da Transparência	60
Gráfico 06: Grau de importância atribuído ao Portal da transparência	60
Gráfico 07: Categoria Cultura	63
Gráfico 08: categoria Direitos Humanos	64
Gráfico 09: Categoria Desenvolvimento Social	65
Gráfico 10: Categoria Educação	66
Gráfico 11: Categoria Economia	67
Gráfico 12: Categoria Meio Ambiente	69
Gráfico 13: Categoria Saneamento Básico	70
Gráfico 14: categoria Saúde	71
Gráfico 15: Categoria Trabalhista/Previdenciária	72
Gráfico 16: categoria Transparência	73
Gráfico 17: Facilidade na compreensão das informações públicas no processo de aprendizagem para a formação de opinião	73

LISTA DE QUADRO

Quadro 01: Instrumentos de gestão pública	29
Quadro 02: Limite proposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal	29
Quadro 03: Objetivos estratégicos do EGD	33
Quadro 04: Panorama geral sobre a Escala Brasil Transparente dos três períodos de avaliação nos estados brasileiros	36
Quadro 05: Esquematização da análise de conteúdo do estudo proposto.....	52
Quadro 06: Categorias da Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública.....	61
Quadro 07: Identificação dos requisitos para a elaboração da matriz para uma plataforma de práticas educativas de gestão pública	62

LISTA DE TABELA

Tabela 01: integrantes da categoria cultura	75
Tabela 02: integrantes da categoria Direitos Humanos	76
Tabela 03: integrantes da categoria Desenvolvimento Social	77
Tabela 04: Integrantes da Categoria Educação	78
Tabela 05: Integrantes da Categoria Econômica	80
Tabela 06: Integrantes da Categoria Meio Ambiente	82
Tabela 07: Integrantes da Categoria Saneamento Básico	83
Tabela 08: integrantes da categoria Saúde	84
Tabela 09: Integrantes da Categoria Trabalhista/Previdenciária	85
Tabela 10: Integrantes da Categoria Transparência	86
Tabela 11: Números de informações evidenciadas pelos municípios	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
1.1 MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA	17
1.1.1 Modelo Patrimonialista	17
1.1.2 Modelo Burocrático	19
1.1.3 Modelo Gerencial	22
1.1.4 Modelo Societal.....	25
1.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	26
1.3 GOVERNANÇA PÚBLICA.....	27
1.3.2 Lei de Responsabilidade Fiscal.....	28
1.3.3 Lei de Acesso a Informação – 12.527/2011	30
1.4 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SETOR PÚBLICO.....	31
1.4.1 Portal da Transparência	32
1.4.2 Política de Governança Digital Estratégica	32
1.4.3 Padrão de Interoperabilidade entre Órgãos Públicos.....	33
1.4.4 Plataformas de Serviços Públicos	33
1.5 TRANSPARENCIA PÚBLICA.....	34
1.6 PRÁTICAS EDUCATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA	37
1.6.1 e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão	37
1.6.2 Enem – Exame Nacional de Ensino Médio	38
1.6.3 Monitoramento Analítico dos Programas do MDS.....	38
1.6.5 Sistema de Apoio à Elaboração do Relatório Anual de Gestão do SUS (SargSUS).....	41
1.6.6 Incentivo a Novas Práticas (InovaSUS).....	42
2 METODOLOGIA.....	43
2.1.1 Quanto à natureza.....	44
2.1.2 Quanto aos objetivos.....	44

2.1.3.1 Amostras da Pesquisa	47
2.1.5 Plano de coleta de dados	48
2.1.6 Plano de análise e interpretação dos dados.....	50
2.3 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	53
2.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	53
2.5 TRAJETÓRIA DA PESQUISA	54
3 3 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO	56
3.1 REQUISITOS DE UMA PLATAFORMA DE PRÁTICAS EDUCATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA SOBRE A ÓTICA DOS CIDADÃOS.....	56
3.1.1. Análise das informações para a elaboração da Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública	74
3.2 INFORMAÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA EVIDENCIADAS PELOS MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS MISSÕES - AMM	89
3.2.1. Bossoroca	89
3.3.2. Caibaté.....	91
3.3.3 Cerro Largo	93
3.3.4 Entre Ijuís	95
3.3.5 Porto Xavier.....	96
3.3.6 Santo Ângelo.....	98
3.3.7 São Borja.....	100
3.3.8 São Luiz Gonzaga.....	101
3.3.9 São Miguel das Missões.....	103
3.3.10 São Nicolau	105
3.4. MATRIZ DE REQUISITOS PARA UMA PLATAFORMA DE PRÁTICAS EDUCATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA PARA MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	108
3.4.1. Categoria Cultura	108
3.4.2. Categoria Direitos Humanos	111

3.4.3. Categoria Desenvolvimento Social.....	115
3.4.4. Categoria Educação	116
3.4.5. Categoria Economia	121
3.4. 6. Categoria Meio Ambiente	127
3.4.7. Categoria Saneamento Básico.....	133
3.4.8. Categoria Saúde	136
3.4.9. Categoria Trabalhista e Previdenciária.....	140
3.4.10. Categoria Transparência	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
APENDICE A:.....	160
APENDICE B.....	162
APENDICE C	166

INTRODUÇÃO

Atualmente a gestão pública passou a ser prioridade para a sociedade brasileira, pois os tantos escândalos de corrupção noticiados em telejornais, têm motivado a sociedade a refletir sobre vários aspectos que precisam ser debatidos na gestão pública.

Em razão disso, a Lei da Responsabilidade Fiscal trouxe para a sociedade instrumentos de transparência como o Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentária (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Orçamento Participativo (OP) os quais abordam informações relativas à gestão pública.

A proposta deste estudo é elaborar uma Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública, tendo a finalidade de fornecer para os cidadãos informações claras e de fácil compreensão relativas às ações públicas. Seguindo nesse raciocínio, levanta-se a seguinte questão: Quais são os requisitos, sobre a ótica do cidadão, para compor uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública em municípios do noroeste do Rio Grande do Sul?

Nesse sentido, o estudo teve como objetivo geral elaborar uma Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública em municípios do noroeste do Rio Grande do Sul. Para o alcance do objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Realizar um estudo teórico sobre o tema proposto; b) Verificar, sob a ótica dos cidadãos, os requisitos importantes para compor uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública; c) Identificar os tipos de ferramentas de evidenciação de gestão pública utilizadas pelas entidades públicas; d) Elaborar uma Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública em municípios do noroeste do Rio Grande do Sul.

O estudo é muito relevante, devido à grande importância que a gestão pública tem para a sociedade atualmente, tornando a plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública um instrumento de transparência onde serão

disponibilizadas informações dos municípios relacionadas às categorias: Cultura/Lazer, Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Educação, Economia, Meio Ambiente, Saneamento Básico, Saúde, Trabalhista/Previdenciária e Transparência, permitindo que os cidadãos possam obter o conhecimento necessário para a formação de opiniões. Por fim, ressalta-se que esse estudo contribuiu para o meio acadêmico e para a sociedade, servindo como base para outros estudos.

A dissertação está dividida em cinco partes sendo a primeira parte composta pela introdução, onde se apresenta o problema da pesquisa, o objetivo geral e os específicos que nortearam o estudo e, a justificativa que revela a importância e relevância do estudo para a área de conhecimento da gestão pública para os cidadãos. Na segunda parte está a fundamentação teórica que embasa o tema em estudo, e deu suporte para o alcance dos objetivos. A terceira parte refere-se à metodologia, que contempla os métodos utilizados para o alcance dos objetivos propostos e consequente resolução do problema de pesquisa. A quarta parte refere-se à apresentação e análise dos resultados obtidos no estudo, seguido das considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

1.FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA

1.1 MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA

Os modelos de Gestão Pública desencadearam uma série de reformas desde o período imperial até os dias atuais para a área pública. Os modelos de gestão pública são classificados em Patrimonialista, Burocrática, Gerencial e Societal. Portanto cada modelo representa os períodos importantes na história do Brasil (MATIAS, 2013). Na figura 01 demonstra-se uma linha do tempo com os períodos que determinaram a implantação dos modelos de gestão pública.

Figura 01: Linha dos períodos com os modelos de Gestão Pública

Modelo Patrimonialista	Modelo Burocrática	Modelo Gerencial	Modelo Societal
(1500-1930)	(1930-1995)	(1995-2000)	(2003 até os dias atuais)

Fonte: adaptado de Matias (2013)

Conforme consta na linha do tempo da figura 01, o país viveu grandes períodos importantes para a história iniciando-se no período imperial a república velha, no qual teve origem o modelo patrimonialista, seguido pelo período Vargas ao governo FHC o qual foi representado pelo modelo burocrático, também no período de FHC foi implantado o modelo gerencial, e por fim temos o modelo societal no qual foi marcado no governo Lula. Tais modelos são descritos na sequência.

1.1.1 Modelo Patrimonialista

O modelo patrimonialista para a gestão pública foi o início de um marco histórico para o Brasil. Logo após a descoberta do país, o rei de Portugal Dom João VI, implantou o modelo patrimonialista com o objetivo de prevalecer uma junção do patrimônio público com o patrimônio privado, levando em consideração as relações patriarcais e as estatais do país.

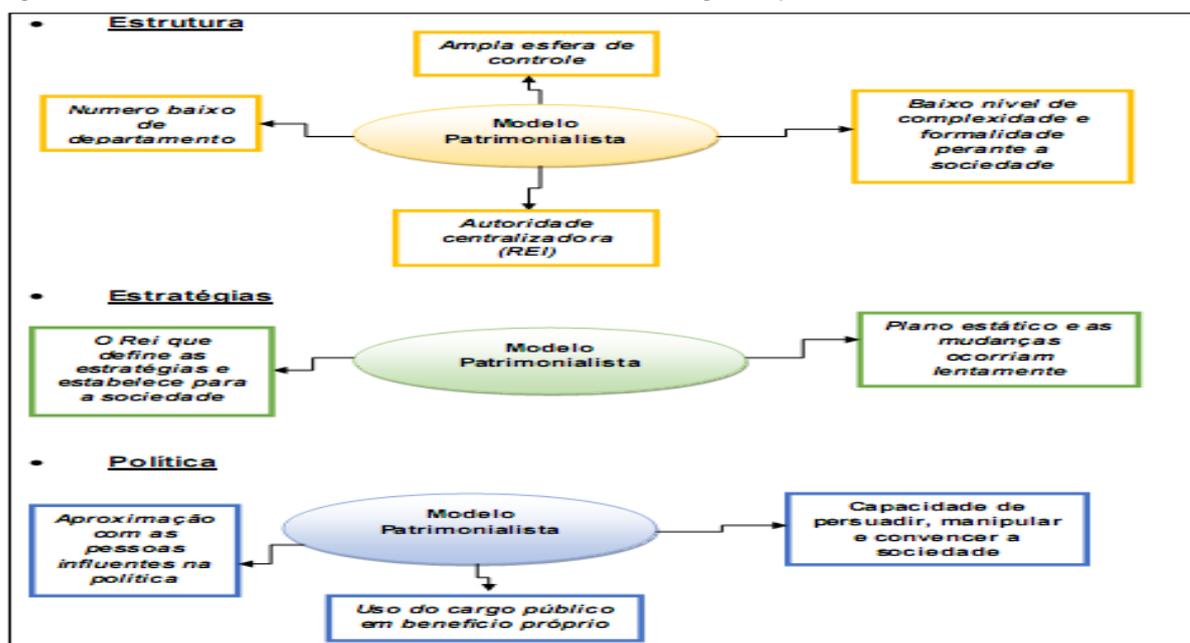
Segundo Faoro (2001), durante o período colonial a estrutura patrimonialista estabeleceu distorções nos campos econômicos e sociopolíticos do país. Na área econômica o país sofreu com as exigências estabelecidas pela coroa Portuguesa e

com o modelo patrimonialista, pois no período colonial todos os produtos e especiarias encontradas no país eram transferidos a Portugal, desse modo que o sistema econômico no período colonial fracassou, tornando-se, mais tarde, um sistema econômico capitalista. Na área sociopolítica segundo Faoro (2001) o Brasil no período colonial era dividido em classes, na maioria por estamento no qual se reuniam em pequenos grupos para estabelecer os aspectos sociais e políticos diante da coroa portuguesa.

Souza (2007) destaca que com a vinda da família real para o Brasil em 1808, o modelo patrimonialista tornou-se mais centralizador, pois continha as trocas de favores entre os indivíduos e também as nomeações de pessoas próximas ou que possuía grau de parentesco com a Família Real para exercer um cargo público durante o período imperial. O modelo patrimonialista possui características que levaram os governos a adoção de outros modelos de gestão pública, caracterizadas como: (1) confusão daquilo que é público com o privado; (2) predomínio da vontade unipessoal do dirigente; (3) práticas de nepotismo e relações de compadrio; (4) cargos públicos como prebendas; (5) corrupção; e (6) servilismo (SOUZA, 2007).

Na figura 02 demonstra-se a estrutura, as estratégias adotadas e politicamente como era visto o modelo patrimonialista durante o período imperial.

Figura 02: Modelo Patrimonialista: na sua estrutura, estratégias e política



Fonte: Adaptado por Souza (2007)

Por fim o modelo patrimonialista perdeu o foco de seu objetivo principal levando a sociedade brasileira a exigir nova reforma para a máquina pública, pois o modelo patrimonialista para a gestão pública estava tornando-se inaceitável perante a sociedade, provocando o surgimento de um novo modelo de gestão pública, o Modelo Burocrático.

1.1.2 Modelo Burocrático

Com o desaceleramento do modelo patrimonialista em 1930, o Brasil implantou o modelo Burocrático pelo então presidente Getúlio Vargas com objetivo de separar o patrimônio público com o patrimônio privado no qual a família real administrava no período imperial.

O modelo burocrático foi apresentado por Weber (2004) com o propósito de ser um modelo mais eficiente e traz consigo métodos ligados ao autoritarismo, racionalismo e legalidade para dentro de uma organização.

Weber (2004) apresenta algumas características essenciais no modelo burocrático:

- Distribuições de atividades entre os participantes, estabelecendo a autoridade burocrática:
 - Estrutura hierárquica;
 - Regras gerais para o funcionalismo;
 - Controle rigoroso nos procedimentos de gestão;
 - Separação dos bens públicos com os bens privados; e
 - Seleção de pessoas através do método de meritocracia.

Com essas características, que o então presidente Getúlio Vargas implantou o modelo burocrático, pois o país estava com sérias deficiências administrativas e uma delas era o atraso econômico do país deixado pelo modelo patrimonialista (BRESSER-PEREIRA, 2008).

O modelo burocrático, na gestão de Vargas, constituiu papel muito importante para o Brasil, pois Vargas criou o Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP) tornando uma das agências da modernidade administrativa no período, sendo que o seu objetivo era “implementar mudanças, elaborar

orçamentos, recrutar, selecionar e treinar os servidores para os respectivos cargos públicos” (COSTA, 2008, p. 846).

De acordo com Wahrlich (1984) o DASP trouxe resultados positivos e também negativos no período de Vargas como estão descritos abaixo:

- Resultados Positivos:
 - 1- Melhoria da qualidade dos funcionários públicos;
 - 2- Institucionalização da função orçamentária; e
 - 3- Simplificação, padronização e aquisição racional.
- Resultados Negativos:
 - 1- A reforma pretendia realizar demais em pouco tempo;
 - 2- Dava ênfase ao controle e não a orientação e assistência para os servidores;
 - 3- Altamente centralizadora; e
 - 4- Normas gerais inflexíveis

Entretanto o DASP transformou-se em uma ação governamental sem importância para os governos seguintes que sucederam ao de Getúlio Vargas.

Com a reforma administrativa de 1967 instituída pela decreto-lei 200 (BRASIL, 1967) houve a implantação de princípios da administração pública como planejamento, coordenação descentralização, delegação de competência e controle. Além da implantação dos princípios o decreto também visava à expansão das empresas estatais, o fortalecimento do sistema mérito, criação de diretrizes para novo plano de classificação de cargos e o reagrupamento de departamentos que consistia na divisão de dezesseis ministérios sendo; Justiça, Interior, Relações Exteriores, Agricultura, Indústria e Comércio, Fazenda, Planejamento, Transportes, Minas e Energia, Educação e Cultura, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Saúde, Comunicações, Exército, Marinha e Aeronáutica (WAHRLICH 1984).

Para Bresser-Perreira (2008) a reforma administrativa apresentou dois grandes momentos indesejáveis no período, sendo que o primeiro momento permitiu a contratação de servidores público sem que os mesmos prestassem um concurso público, facilitando as práticas de clientelistas que eram muito praticadas no modelo patrimonialista. O segundo momento foi caracterizado por não haver mudanças no âmbito da administração direta, deixando de realizar concursos públicos e treinamentos de capacitação para os altos cargos na administração pública, sendo por esta razão que o decreto-lei 200 de 1967 fracassou.

Logo após o fracasso do decreto-lei 200 de 1967, o governo federal instaurou dois programas prioritários, tendo como objetivos (WAHRLICH, 1984):

- a) Aumentar a eficiência, a eficácia e a sensibilidade da administração pública; e
- b) Fortalecer o sistema livre empresa.

Segundo Wahrlich (1984, p. 53) o programa de desburocratização instituído no decreto 83.740 de 1978 consistia “na simplificação e a racionalização das normas organizacionais, de modo a tornar os órgãos públicos mais dinâmicos e ágeis”. Em relação a isto, esperava-se a melhoria na formalização dos processos públicos beneficiando tanto os clientes como também para os servidores público.

Entretanto o programa de desestatização segundo Wahrlich (1984) defendia a privatizações das empresas estatais daquelas em que o controle público tenha se tornado desnecessário para o governo federal. De fato, a administração pública obteve um resultado positivo, pois chegou a ultrapassar suas metas, corrigindo a disfunção existente nos anos anteriores e conseqüentemente a luta por uma economia de mercado.

Para Costa (2008) o modelo burocrático apresentou falhas na administração pública gerando uma crise política e econômica. Diante desse contexto, o governo federal se viu desafiado com uma possível redemocratização. A redemocratização por sua vez, visava uma análise crítica das experiências anteriores na administração pública, podendo assim instalar sistemas administrativos capazes de trazer desenvolvimento econômico, político, social e cultural para o país.

Segundo Bresser-Pereira (1996), o retrocesso burocrático ocorreu em 1988 quando o governo federal implantou a Constituição. De acordo com Bresser-Pereira (1996, p. 21) a Constituição Federal visava:

A perda da autonomia do Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos, instituiu a obrigatoriedade de regime jurídico único para os servidores civis da União, dos Estados membros e dos Municípios, e retirou da administração indireta a sua flexibilidade operacional, ao atribuir às fundações e autarquias públicas normas de funcionamento idênticas às que regem a administração direta.

Para Abrucio (2007) a constituição federal de 1888 trouxe para o país três importantes mudanças que merecem destaques:

- Desburocratização do estado, pois visava o fortalecimento do controle externo na administração pública e também reforçava os princípios da legalidade e da publicidade. Esse processo foi adotado pelo ministério público;

- Descentralização abriu caminhos para a participação social e inovações para o campo de gestão pública;
- Reforma no serviço civil propondo ações importantes através do método da meritocracia e universal sendo que os servidores públicos deveriam ser contratados mediante concursos públicos.

Contudo essas mudanças trouxeram avanços, mas também sérios problemas, pois na desburocratização poucos foram os avanços para os tribunais federais, ao contrário da descentralização que houve a multiplicação exagerada de municípios e pouco incentivos de cooperação intergovernamental, e por fim, o processo que colaborava em manter as qualidades da profissionalização nos órgãos públicos, resultou em um aumento do corporativismo estatal e não na produção de servidores públicos (ABRUCIO, 2007).

Em consequência disso, o país viveu uma das maiores crises fiscais em 1990, resultando em um modelo burocrático mais fechado e distante da população, sendo assim, o governo Collor adotou estratégias não muito relevantes para o Brasil, pois neste período tivemos vários desmantelamentos dos setores públicos e políticas públicas, reduções das atividades estatais essenciais para o governo, além disso, o governo Collor foi marcado por corrupção e também pela tentativa de usar o poder público para privilegiar as empresas privadas do seu grupo político (ABRUCIO, 2007).

Bresser-pereira (2008) detecta que o modelo burocrático no Brasil enfrentou vários problemas na administração pública, deixando o país num momento crítico e gerando instabilidade para a população, contudo em 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso substituiu o modelo burocrático pelo modelo gerencial.

1.1.3 Modelo Gerencial

Bresser-Pereira ministro do governo Fernando Henrique Cardoso identificou alguns aspectos importantes para o desenvolvimento do Brasil, sendo que o primeiro aspecto identificado pelo ministro foi à crise fiscal do estado deixando como consequência à incapacidade do estado de desenvolver as políticas públicas e sociais, o segundo aspecto identificado foi à exaustão pelo modelo burocrático, pois o modelo não correspondia mais as expectativas da sociedade de modo geral e por fim o terceiro aspecto identificado foi o excesso de formalismo e rigidez apresentado

no modelo burocrático. Entretanto esses aspectos levaram Bresser-Pereira a tomar uma decisão importante, estabeleceu uma reforma administrativa gerencial chamando de Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE (SOUZA, 2007).

Contudo o Modelo de Gestão Pública Gerencial foi implantado no Brasil com base na reforma do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995, cujo objetivo era aumentar o tamanho do estado transformando-o em um estado democrático, tornando a organização pública mais eficiente, legitimando os grandes serviços sociais como a Educação, Saúde, Previdência e Assistência (BRESSER-PERREIRA, 2000).

Sendo assim o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995, p. 41) estabeleceu três níveis de atuação do estado sendo:

1. **Núcleo estratégico:** é o setor que define as leis e as políticas públicas, e cobra o seu cumprimento. Corresponde aos Poderes Legislativos e Judiciários, ao Ministério Público e, no poder executivo, ao Presidente da República, aos ministros e aos seus auxiliares e assessores diretos, responsáveis pelo planejamento e formulação das políticas públicas.
2. **Atividades exclusivas:** é o setor em que são prestados serviços que só o estado pode realizar como, por exemplo, de regulamentar, fiscalizar, fomentar as políticas sociais públicas. E
3. **Serviços não exclusivos:** Corresponde ao setor onde o estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas como hospitais, escolas, centro culturais e etc.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) criou as dimensões Institucional, cultural e Gestão Pública que configuram a forma de implantação do modelo gerencial na administração pública

- Dimensão institucional-legal: as estratégias ligadas a esta dimensão são focalizar o estado para que atendam as demandas sociais da população e proporcionar o redirecionamento da atuação do estado passando do papel executor para o papel de fomentador do desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

- Dimensão Cultural: está centralizada na transição do modelo burocrático para o gerencial, pois o modelo gerencial enfatiza a busca por resultado com eficiência

- Dimensão da Gestão: a estratégia dessa dimensão propõe a inclusão da estrutura organizacional e dos métodos gerenciais, possibilitando um modelo de

qualidade e enfatiza também a participação social aumentando a eficiência e a eficácia dos servidores públicos.

Bresser-Pereira (2000) relata que o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado possibilitou criar novas instituições legais e organizacionais permitindo uma gestão moderna que possa gerir o estado brasileiro, levando em consideração o fim do patrimonialismo e do clientelismo herdados no século XIX.

Abrucio (2007) alega que a reforma de Bresser consolidou um novo modelo de gestão pública, pois através dessa reforma estabeleceu várias organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) desencadeando um resultado positivo para as esferas estaduais. Destacam-se dois problemas enfrentados na Reforma proposta por Bresser-pereira sendo:

1. O legado negativo deixado pelo governo Collor proporcionou certa desconfiança na população. Contudo a gestão de Fernando Henrique Cardoso sofreu resistência por parte da população ao estabelecer uma reforma gerencial no país nos primeiros anos de gestão; e
2. O Brasil passou por duas reformas administrativas importantes sendo o modelo daspiano e o decreto lei 200/67, pois nenhum consistia em uma experiência democrática, mas com as inexperiências das políticas públicas sociais tornando-se um empecilho para as reformas administrativas naquele período (ABRUCIO, 2007).

No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso a Reforma Gerencial de Bresser contribuiu muito para a gestão pública, pois possibilitou vários avanços na área fiscal com a aprovação da lei da responsabilidade Fiscal trazendo para o país a estabilidade econômica. Para os estados e municípios o modelo gerencial introduziu novidades como maior participação social nas políticas públicas sociais. Constituiu uma coalizão entre o Plano Plurianual e o planejamento da administração pública e por fim, estabeleceu o governo eletrônico cuja finalidade é aproximar a sociedade para a obtenção das informações sobre a administração pública (ABRUCIO, 2007).

Embora que o modelo gerencial tenha contemplado todos os requisitos da administração pública na gestão de Fernando Henrique Cardoso, Paula (2005) constatou que o Modelo Gerencial limitou-se quanto à centralização dos processos decisórios não permitindo a participação social em determinados assuntos públicos e também a baixa qualidade nos serviços públicos prestados à população.

Desta forma Drumont (2014) constatou que o Brasil está vivenciando atualmente um período de recessão, pois percebe-se que o país está com sérios problemas na gestão pública como os casos de corrupção, a influência burocrática em determinados serviços públicos e também pela ineficiência na performance do estado, levam a sociedade brasileira a acreditar que o Brasil encontra-se no modelo patrimonialista.

1.1.4 Modelo Societal

O Modelo Societal é um novo modelo que foi apresentado na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, mas que ainda não foi implantado na administração pública. Vários autores estão estudando a construção do seu conceito, pois necessita estabelecer uma ponte interligando os conceitos de governança pública, socialismo e transparência pública (DRUMONT, 2014)

Para Paula (2005) o modelo social procurou estabelecer um projeto social cuja finalidade era atender os interesses sociais, construindo entidades públicas e políticas sociais para a sociedade. É importante destacar que o modelo societal busca a participação social em torno dos assuntos públicos (BAGATTOLLI, 2010). Para Tenório (1998) a gestão social é um modelo em discurso, pois permite a substituição de uma gestão burocrática e monótona por uma gestão participativa e dialógica sobre o qual o processo decisório parte também da opinião pública.

Drumont (2014) constatou que atualmente os órgãos públicos, como por exemplos as prefeituras, estão adotando instrumentos participativos como os orçamentos participativos sobre o qual auxilia os cidadãos a expressar suas ideias e percepção de um assunto público em debate. Entretanto a vantagem em destaque no modelo societal é o potencial que o cidadão tem de participar dos debates dos assuntos públicos podendo assim contribuir com a sociedade brasileira em busca de soluções para os problemas enfrentados atualmente no Brasil.

Embora o modelo não tenha sido implantado no Brasil de maneira eficaz na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, isso não quer dizer que o modelo societal não foi ignorado, pois o modelo societal apresentado no governo petista serviu como ponte de aproximação entre o governo e a sociedade brasileira (PAULA, 2005).

1.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública pode ser entendida segundo Rebouças (2014, p. 04) como “um processo estruturado de planejamento, organização, orientação, execução, avaliação e aprimoramento das atividades da instituição pública no direcionamento para atender as necessidades dos cidadãos da comunidade, visando ao bem comum”.

Para Matias-Pereira (2016) tudo depende da estrutura da administração pública e de sua gestão para a obtenção dos resultados em benefícios a sociedade.

Cardoso Junior e Cunha (2015) afirmam que a administração pública consiste em um planejamento estratégico amplo, pois com a vigência da Lei da Responsabilidade Fiscal a administração pública passou a elaborar o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), instrumentos que levam a administração pública definir suas metas e objetivos ao curto prazo.

Segundo o Ministério do Planejamento (2015) o Plano Plurianual apresenta-se como uma ferramenta de planejamento na administração pública que possibilita em trazer para o gestor público a capacidade de interpretar a realidade implantando políticas públicas para a sociedade em geral. Considera-se que a administração pública deverá apresentar Plano Plurianual determinando os objetivos e metas no período de quatro anos.

A Lei das Diretrizes Orçamentária verifica e estabelece as metas e prioridades financeiras para o exercício seguinte, expondo-lhe as principais mudanças nas estratégias adotadas em relação às receitas e despesas orçamentárias para o próximo ano. A apresentação da Lei das diretrizes Orçamentárias para o congresso nacional é anualmente sendo em agosto (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2015).

De acordo com lei da responsabilidade Fiscal (2000) a Lei Orçamentária Anual corresponde à execução das metas e prioridades que foi proposto pelo Plano Plurianual e das diretrizes orçamentárias no ano vigente.

Sobre o ponto de vista de Santos (2006) a administração pública procura estabelecer mecanismos para atender as necessidades da população. Dentre esses mecanismos temos: a) desenvolvimentos de projetos, b) execução das atividades

propostas no plano de gestão e c) utilização eficiente dos recursos financeiros da administração pública.

Portanto a sociedade brasileira sempre espera que a administração pública invista os recursos públicos em áreas que merecem maior atenção como na saúde, educação e segurança pública, mas para isso acontecer os cidadãos precisa participar ativamente nos processos de tomada de decisão referente aos assuntos gestão pública, tornando a administração pública mais eficiente.

1.3 GOVERNANÇA PÚBLICA

O IBGC incorporou as medidas de práticas de Governança Corporativa para o setor público para tornar o estado mais eficiente, estabelecendo como princípios: transparência, integridade, prestação de contas, liderança, compromisso e integração. Dessa forma a governança corporativa no setor público tem sido definida como governança pública.

A IFAC (2013) caracteriza o setor público como uma organização onde estão concentradas as áreas determinantes para o estado cujo interesse é político, social, econômico e ambiental. Ainda é possível verificar que o objetivo principal do setor público é alcançar os resultados, isto é, melhorando ou mantendo o bem-estar dos cidadãos, mas para que o objetivo se cumpra é necessário que a governança pública esteja presente demonstrando a transparência e prestação de contas aos cidadãos na elaboração e execução de projetos oriundos das esferas: federal, estadual e municipal.

A governança pública está voltada para o desenvolvimento de políticas públicas que garantem melhorias para os problemas enfrentados pela sociedade em geral. Nesse contexto, a governança pública procura analisar seis elementos que são fundamentais para as entidades públicas (WORLD BANK, 2012):

- As estruturas democráticas;
- Os processos pelos quais os governos são selecionados, monitorados e substituídos;
- A organização do Estado e a divisão de poder e de autoridade entre as instituições;
- O comportamento ético dos governantes;

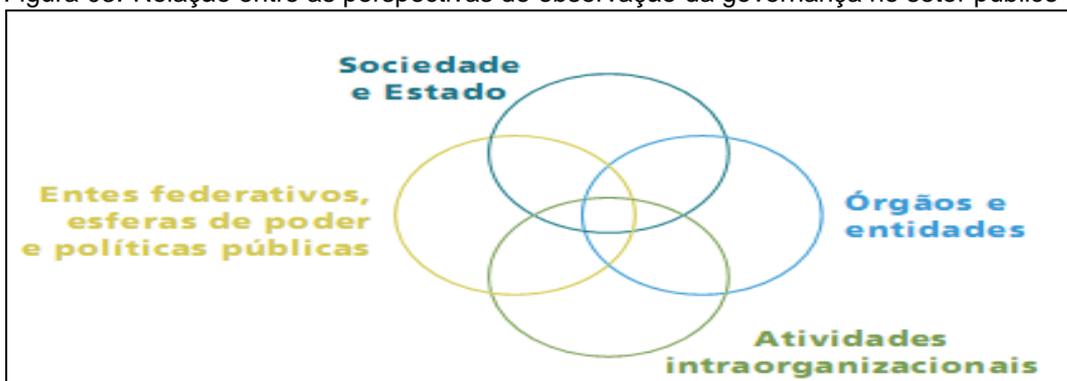
- Os instrumentos institucionais de controle; e
- O respeito dos cidadãos às instituições que governam a economia e o Estado.

Os elementos propostos pelo World Bank (2012) como objetos de análise da governança pública configuram um conjunto de objetivos que garantem o bem-estar econômico, social e ambiental da sociedade.

Na governança pública existe uma relação de interdependência e complementaridade entre as perspectivas de observação: a) Sociedade e Estado; b) Entes Federativos, Esferas de Poder e Políticas Públicas; c) Órgãos e Entidades e, d) Atividades Intraorganizacionais (WORLD BANK, 2012).

Enquanto a primeira estabelece regras e princípios que orientam a atuação dos agentes públicos e privados regidos pela Constituição e cria as condições estruturais de administração e controle do Estado, a segunda se preocupa com as políticas públicas e com as relações entre estruturas e setores, incluindo diferentes esferas, poderes, níveis de governo e representantes da sociedade civil organizada. A terceira garante que cada órgão ou entidade cumpra seu papel. A quarta reduz os riscos, aperfeiçoa os resultados e agrega valor aos órgãos ou entidades (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2014).

Figura 03: Relação entre as perspectivas de observação da governança no setor público



Fonte: Governança Pública (2014, pg. 25)

A figura 03 demonstra o quanto às perspectivas de observação da governança pública nas entidades públicas deve estar alinhada e integrada as suas estruturas para que não ocorram problemas garantindo a eficiência nos resultados.

1.3.2 Lei de Responsabilidade Fiscal

A lei de responsabilidade Fiscal foi regulamentada nº 101 em 2000 com o propósito de estabelecer normas de finanças voltadas à gestão pública, isto é, a lei de responsabilidade fiscal pressupõe que a União, estados e municípios devem realizar suas ações e projetos de forma planejada e transparente, prevenindo os riscos e corrigindo os desvios capazes de afetar o equilíbrio nas contas públicas (LEI 101/2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal ressalta a importância do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual para a elaboração e execução dos projetos públicos nas esferas: federal estadual e municipal. O quadro 01 descreve as definições dos três instrumentos de gestão pública:

Quadro 01: Instrumentos de gestão pública

<p>Plano Plurianual: estabelece as prioridades e metas para que seja realizado no período de 04 anos. O plano plurianual é encaminhado pelo Executivo ao Congresso até 31 de agosto do primeiro ano de cada governo, mas ele só começa a valer no ano seguinte. Essa passagem do PPA de um governo para outro visa promover a continuidade administrativa, de forma que os novos gestores possam avaliar e até aproveitar partes do plano que está sendo encerrado.</p>
<p>Lei de Diretrizes Orçamentárias: estabelece as prioridades e metas para o ano seguinte, para isso, os gestores devem fixar o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.</p>
<p>Lei Orçamentária Anual: estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo. Os Orçamentos da União dizem respeito a todos nós, pois geram impactos diretos na vida dos brasileiros. O Orçamento Brasil é um instrumento que ajuda na transparência das contas públicas ao permitir que todo cidadão acompanhe e fiscalize a correta aplicação dos recursos públicos</p>

Fonte: Câmara dos deputados (2018)

Além da elaboração do PPA, LDO E LOA, a lei de responsabilidade fiscal (BRASIL, 2000) fixa um limite para os gastos públicos, dívida pública e ainda estabelece a criação de metas para o controle das despesas e receitas das esferas públicas, isto é, nenhum governante pode exceder o limite proposto na legislação, como se verifica no quadro 02.

Quadro 02: Limite proposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal

Gastos com o pessoal
<p>Federal: os limites máximos para gastos com pessoal (50% da Receita Corrente Líquida) são assim distribuídos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2,5 % para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas; • 6 % para o Judiciário; • 0,6 % para o Ministério Público da União; • 3 % para custeio de despesas do DF e de ex territórios; • 37,9% para o Poder Executivo;
<p>Estadual: os limites máximos para gastos com pessoal (60% da Receita Corrente Líquida) serão:</p>

<ul style="list-style-type: none"> • 3% para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas; • 6% para o Poder Judiciário; • 2% para o Ministério Público; • 49% para as demais despesas de pessoal do Executivo.
<p>Municipal: os limites máximos para gastos com pessoal (60% da Receita Corrente Líquida) serão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas; • 54% para o Executivo
Dívida Pública
De acordo com o senado federal os percentuais dos limites são definidos a partir das receitas geradas pela União, Estados e Municípios, isto significa que os governantes devem respeitar a relação entre a dívida e sua capacidade de pagamento.
Metas fiscais
A LRF determina o estabelecimento das metas fiscais para que os governantes possam planejar as receitas e as despesas, podendo corrigir os problemas que possam surgir no meio do caminho. Com as metas fiscais estabelecidas fica fácil realizar a prestação de contas à sociedade, evidenciando para todos o que está sendo realizado e como está sendo realizado para o alcance dos objetivos.
Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal (LEI 101/2000).

Desde então a lei de responsabilidade fiscal vem sendo importante para sociedade, pois ela determina que os governantes elaborem um relatório de gestão fiscal que visa informar de uma linguagem simples e objetiva as prestações de contas da união, estados e municípios. O relatório de gestão fiscal pode ser acessado via internet, para que todos possam analisar as informações evidenciadas no referido relatório, e assim garantindo uma boa gestão entre as esferas públicas (MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, 2018).

1.3.3 Lei de Acesso a Informação – 12.527/2011

A Lei de acesso à informação regulamenta o direito a todos os cidadãos, seja pessoa física ou jurídica de receber as informações de quaisquer entidades públicas. Para a Controladoria Geral da União (2013) o acesso às informações públicas possibilita uma participação ativa da sociedade nas ações governamentais, trazendo inúmeras vantagens como:

- **Prevenção da corrupção:** com o acesso às informações, os cidadãos têm condições de monitorar onde está sendo investindo o dinheiro público.
- **Respeito aos direitos fundamentais:** ressalta a importância de preservar os direitos humanos, sem que isso afete a integralidade dos cidadãos.
- **Fortalecimento da democracia:** sendo o Brasil um país democrático, os eleitores têm condições de averiguar as informações sobre os candidatos que disputam aos cargos importantes para o país, estados e municípios.

- Melhoria da gestão pública: com o acesso as informações os cidadãos podem contribuir para melhorar as instituições públicas enviando solicitações e identificando as necessidades de aprimoramentos em sua gestão documental, em seus fluxos de trabalho, em seus sistemas informatizados, entre outros aspectos que tornarão a gestão pública mais eficiente.
- Melhoria do processo decisório: o governo pede a participação da sociedade quando precisa tomar as decisões relacionadas aos projetos e ações que visam o bem-estar dos cidadãos.

Além das vantagens oferecidas aos cidadãos, à lei de acesso a informação estabelece princípios (BRASIL, 2011):

- I) Máxima Divulgação;
- II) Obrigação de Publicar;
- III) Promoção de um Governo Aberto;
- IV) Limitação das Exceções;
- V) Procedimentos que Facilitem o Acesso; e
- VI) Moderação dos Custos.

Portanto a Lei do acesso a informação (LAI) (BRASIL, 2011) tem sido vista como uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois ela determina que toda a sociedade tenha o acesso a informações públicas, de modo que possam analisar detalhadamente as informações evidenciadas pelos órgãos e entidades (federal, estadual, municipal e distrital), todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) Administração Direta e Indireta e as Entidades sem fins lucrativos (as ONGs que recebem recursos públicos para realizações de projetos em benefício aos cidadãos).

1.4 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

Os sistemas de Informação são definidos por Laudon (2007) como conjuntos de componentes interligados que coletam e processam os dados para a geração das informações destinados ao público-alvo, para que possam realizar uma análise profunda nessas informações para a tomada de decisões.

Os sistemas de informação têm se tornado uma ferramenta muito importante na administração pública. Com a vigência da Lei de Responsabilidade fiscal (BRASIL, 2000) e a Lei de Acesso a informação (BRASIL, 2011) as entidades

públicas passaram a aderir plataformas digitais para evidenciar com transparência suas informações públicas para os cidadãos.

Entre os sistemas de informações disponibilizados pelo governo estão: a) portal da transparência, b) Política de Governança Digital Estratégica, c) Padrão de Interoperabilidade entre Órgãos Públicos e d) Plataformas de Serviços Públicos (SALLA, et. Al., 2017).

1.4.1 Portal da Transparência

O portal da transparência foi criado em 2004 pelo ministério da transparência com o propósito de levar as informações públicas de forma gratuita a todos os cidadãos das esferas: federal, estadual e municipal (MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

No portal da transparência podem ser encontradas informações detalhadas relacionadas à: Orçamento Anual, Receitas Públicas, Despesas Públicas, Recursos Transferidos, Gastos por Cartão de Pagamento, Áreas de Atuação do Governo, Programas de Governo, Benefícios aos Cidadãos, Programas e Ações Orçamentárias, Emendas Parlamentares, Órgãos do Governo, Servidores Públicos, Viagens a Serviço, Imóveis funcionais, Licitações, Contratações, Convênios e outros Acordos e Sanções. Além disso, podem ser encontrados relatórios de auditorias, links úteis, recursos educativos e ferramentas interativas para facilitar a navegação e a exploração dos dados (MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

1.4.2 Política de Governança Digital Estratégica

A Política de Governança Digital Estratégica tem como finalidade gerar benefícios à sociedade com o uso da informação e dos recursos de tecnologia na prestação de serviços públicos, estimularem a participação da sociedade na formulação e no monitoramento das políticas públicas; e assegurar a obtenção de informações pela sociedade (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2018). Para isto foi criado o documento que regulamenta a Estratégia da Governança Digital onde são definidos os objetivos estratégicos, metas e indicadores orientando também os programas, projetos, serviços, sistemas e atividades vinculado ao Plano Plurianual PPA (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2016).

Os objetivos da Estratégia da Governança Digital (EGD) estão classificados em três eixos conforme descrito no quadro 03:

Quadro 03: Objetivos estratégicos do EGD

Eixo	Objetivos Estratégicos
Acesso à informação	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos. • Ampliar o uso de TIC para promover a transparência e dar publicidade à Aplicação dos recursos públicos. • Garantir a segurança da informação e comunicação do Estado e o sigilo Das informações do cidadão.
Prestação de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Expandir e inovar a prestação de serviços digitais. • Melhorar a governança e a gestão por meio do uso da tecnologia. • Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos serviços digitais. • Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e Infraestrutura.
Participação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a colocação no ciclo de políticas públicas. • Ampliar e incentivar a participação social na criação e melhoria dos serviços públicos. • Aprimorar a interação direta entre governo e sociedade.

Fonte: Ministério do Planejamento (2016, p. 15)

Portanto o documento aborda diversos mecanismos de planejamento, estratégias e o uso de técnicas como Análise SWOT, *Balanced Scorecard* e Gestão de Projetos para atingir os objetivos em benefício da população.

1.4.3 Padrão de Interoperabilidade entre Órgãos Públicos

O Ministério do Planejamento (2018, p.3) define os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico como:

Um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de governo eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

Para Salla et. al (2017) os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico possibilitam a troca de informações entre as instituições públicas e a sociedade de maneira eficiente e eficaz, sem esta ferramenta seria limitado a participação dos cidadãos nos assuntos públicos.

1.4.4 Plataformas de Serviços Públicos

Atualmente temos várias plataformas que disponibilizam para os cidadãos os serviços. Desse modo o governo federal regulamentou o decreto n.º 8.936/2016 (BRASIL, 2016) que estabelece a Plataforma de Cidadania Digital cujo objetivo é promover transparência, integração, participação e qualidade dos serviços oferecidos a população.

Portanto os serviços prestados pelos órgãos públicos poderão ser encontrados no portal de serviços onde estão disponibilizadas as informações relativas a áreas da educação, trabalhista/previdenciária, projetos sociais, saúde e muitos outros (Brasil, 2016).

1.5 TRANSPARENCIA PÚBLICA

Um país considerado democrático como o Brasil, a transparência pública tornou-se uma ferramenta importante para a população, pois seu objetivo é evidenciar as informações públicas para os cidadãos, promovendo uma cultura mais aberta entre as entidades governamentais e a sociedade em geral (CGU, 2013).

O governo federal realiza anualmente a Escala Brasil Transparente, sendo esta uma metodologia aplicada a todos os estados e municípios do país para medir o nível de transparência das informações públicas evidenciadas pelas entidades para os cidadãos (MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

A Escala Brasil Transparente tem como objetivo auxiliar a Controladoria Geral da União “no monitoramento da transparência pública e gerar um produto que possibilite o acompanhamento das ações empreendidas por estados e municípios no tocante ao direito de acesso à informação” (MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

Entretanto para a realização da metodologia Escala Brasil Transparente, os estados e municípios deverão atender os 12 quesitos relacionados à transparência pública para alcançar bons resultados. A figura 04 é um *checklist* da metodologia Escala Brasil Transparente aplicado nos estados e municípios no período de 2016.

Figura: 04: Checklist da Metodologia Escala Brasil Transparente

Checklist EBT 3.0							
Ordem	Detalhamento	Temas/Parâmetros		PONTUAÇÃO MÁXIMA	"SIM" OU "NÃO"	PONTUAÇÃO %	
REGULAMENTAÇÃO						25,00%	
1	Regulamentação	Verificação na legislação	O regulamento foi localizado na página eletrônica ?	100		2,78%	
2			O ente regulamentou a LAI?	150		4,17%	
			Tipo legal da regulamentação (Lei, Decreto, Portaria, Etc...)				
			Nº do Normativo				
			Data do Normativo				
3			Regulamentou a criação do SIC?	200		5,56%	
4			Existe a previsão da autoridades que podem classificar a informação quanto ao grau de sigilo?	150		4,17%	
5			Previsão de responsabilização do servidor em caso de condutas ilícitas;	100		2,78%	
6	Regulamentou a existência de pelo menos uma instância recursal?	200		5,56%			
TRANSPARÊNCIA PASSIVA						75,00%	
7	Existência do SIC	Existe indicação precisa no site de funcionamento de um SIC físico, ou seja, com a possibilidade de entrega de um pedido de acesso de forma presencial?	Indicação do órgão	200		5,56%	
			Indicação de endereço	100		2,78%	
			Indicação de telefone	100		2,78%	
			Indicação dos horários de funcionamento	100		2,78%	
8		Há alternativa de enviar pedidos de forma eletrônica ao SIC?	200		5,56%		
9	Transparência Passiva	Para fazer a solicitação, são exigidos dados de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação?	Envio de qualquer documento para	300		8,33%	
Assinatura reconhecida							
Declaração de responsabilidade							
Maioridade							
10		Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação?	200		5,56%		
11	Transparência Passiva	Cumprir os prazos para resposta das solicitações?	Resposta no prazo da 1ª pergunta: Questionamento na área de Saúde"	500		13,89%	
			Resposta no prazo da 2ª pergunta: "Questionamento na área de Educação"				
			Resposta no prazo da 3ª pergunta: "Questionamento na área de Assistência Social"				
			Resposta no prazo da 4ª pergunta: "Norma de regulamentação da LAI."				
12	Transparência Passiva	Respondeu ao que se perguntou, atendendo ao pedido de informação?	Resposta em conformidade da 1ª pergunta: Questionamento na área de Saúde"	1000		27,78%	
			Resposta em conformidade da 2ª pergunta: Questionamento na área de Educação"				
			Resposta em conformidade da 3ª pergunta: Questionamento na área de Assistência Social"				
			Resposta em conformidade da 4ª pergunta: "Norma de regulamentação da LAI."				
TOTAL				3600		0	0,00%

Fonte: Ministério da Transparência (2018)

A aplicação dos requisitos resulta em uma nota de 0 a 10 pontos, onde 25% da nota foram destinadas para regulamentação da LAI e 75% para a efetiva existência e atuação dos SIC. O resultado da terceira edição apresentou um grande avanço no nível de transparência em relação às duas primeiras edições da Metodologia Escala Brasil Transparente (MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

O quadro 04 apresenta um panorama geral sobre a Escala Brasil Transparente dos três períodos de avaliação nos estados brasileiros.

Quadro 04: Panorama geral sobre a Escala Brasil Transparente dos três períodos de avaliação nos estados brasileiros

Estados	Nota 3ª edição da EBT	Nota 2ª edição da EBT	Nota 1ª edição da EBT
Alagoas	10	7,92	7,78
Bahia	10	10	8,33
Ceará	10	8,6	10
Espírito Santo	10	10	8,75
Maranhão	10	10	2,22
Mato Grosso do Sul	10	2,50	2,50
Rio Grande do Sul	10	8,89	9,17
Rondônia	10	4,44	5,56
São Paulo	10	10	10
Tocantins	10	10	8,61
Rio Grande do Norte	9,72	8,19	Zero
Santa Catarina	9,72	6,94	9,17
Goiás	9,58	10	8,89
Mato Grosso	9,58	8,61	6,39
Minas Gerais	9,58	10	7,36
Pernambuco	9,58	6,67	8,61
Piauí	9,58	8,47	6,67
Sergipe	9,58	2,08	9,31
Acre	9,30	3,33	4,72
Distrito Federal	9,16	10	8,89
Pará	9,16	9,03	2,78
Paraná	9,16	9,31	9,72
Amazonas	8,88	1,39	2,78
Paraíba	8,88	8,75	7,78
Roraima	8,05	2,50	4,86
Rio de Janeiro	5	7,08	3,33
Amapá	Zero	Zero	Zero

Fonte: Escala Brasil Transparente (2018)

Analisando os dados do quadro 04, verificou-se que somente o estado do Amapá não atingiu os níveis de transparência propostos na metodologia, permanecendo na última colocação.

Em síntese é importante destacar a importância da Lei nº 12.527 de Acesso à Informação (BRASIL, 2011) para a sociedade, pois é direito de todos os cidadãos

o acesso as informações públicas, isto é, o governo tem a obrigação de ser transparente nas informações evidenciadas nas plataformas digitais de gestão pública, para que não ocorram indícios de corrupção.

1.6 PRÁTICAS EDUCATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA

O governo federal incentiva às entidades públicas na busca e implantação de práticas inovadoras de gestão pública que contribuem efetivamente para a melhoria dos serviços públicos prestados a comunidade em geral.

Dentre as práticas educativa de gestão pública estão os projetos como: a) e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão, b) Exame Nacional de Ensino Médio - Enem, c) Monitoramento Analítico dos Programas do MDS, d) Tecnologias no Sistema Único de Saúde, e) Sistema de Apoio à Elaboração do Relatório Anual de Gestão do SUS (SargSUS), e f) Incentivo a Novas Práticas (InovaSUS) (ENAP, 2017).

1.6.1 e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

O e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão pela controladoria geral da união através da Lei 12.527 (BRASIL, 2011) que permite o cidadão acessar as informações das entidades públicas.

O objetivo do e-SIC é facilitar o acesso das informações públicas tanto para os cidadãos quanto para a administração pública, permitindo também a solicitação de pedidos de quaisquer assuntos públicos (CGU, 2016).

Para as entidades públicas o e-SIC se tornou uma ferramenta importante de gerenciamento dos pedidos de acesso à informação, trazendo inúmeras vantagens para os cidadãos dentre as quais se destacam (ENAP 2014):

- Disponibilidade via web;
- Baixo custo para o cidadão efetuar pedidos de acesso à informação, assim como para as entidades públicas que gerenciarem os procedimentos relativos à Lei de Acesso à Informação;
- Os cidadãos podem verificar através de um numero de protocolo o andamento de seu pedido no sistema, podendo também interpor recursos, apresentar reclamações, entre outras ações; e

- Celeridade no recebimento e envio das solicitações e das respostas.

Enfim, o e-SIC possibilita que os cidadãos possam solicitar as informações públicas de seu interesse para assim analisar detalhadamente os dados evidenciados pelas entidades públicas.

1.6.2 Enem – Exame Nacional de Ensino Médio

O Exame Nacional de Ensino Médio foi criado em 1998 pelo Ministério da educação com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes ao fim da escolaridade básica. Em 2004 o passou a ser uma porta de entrada para jovens e adultos que querem ingressar numa universidade pública ou particular através dos programas como (Ministério da educação, 2018):

- a) Programa Universidade para Todos (PROUNI): o programa oferece bolsas integrais e parciais para aqueles jovens e adultos que cujo desempenho atingindo seja igual ou superior a 450 pontos;
- b) Sistema de Seleção Unificada (SISU): é um programa sobre o qual as instituições de ensino superior oferecem vagas integrais para os participantes do Exame Nacional de Ensino Médio o Enem; e
- c) Fundo de Financiamento Estudantil: é um programa onde os jovens e adultos podem recorrer ao financiamento estudantil para fazer o curso que deseja e na instituição que deseja.

Portanto desde a sua primeira aplicação em 1998, o Exame Nacional de Ensino Médio cresceu em sua importância, tendo em vista, que grande número de instituições de ensino superior adotam o Enem como o único processo seletivo para que os estudantes realizem seus sonhos de entrar numa universidade (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

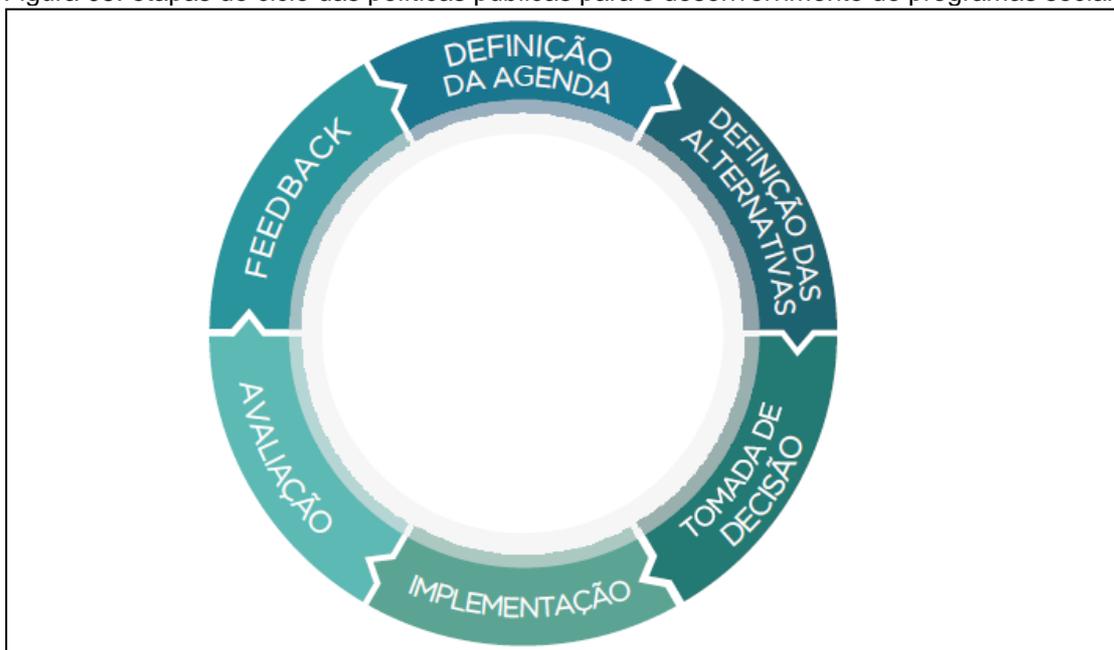
1.6.3 Monitoramento Analítico dos Programas do MDS

O Ministério do Desenvolvimento Social (2016) relata que o Monitoramento Analítico dos Programas do MDS visa aprimorar a implementação de políticas públicas para a elaboração de projetos relacionados ao Desenvolvimento Social.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2016) o monitoramento dos programas sociais é definido a partir de indicadores que possibilitam avaliar as

estratégias impostas nos projetos sociais desenvolvidos pela União, estaduais e municipais. Para a realização do monitoramento analítico os indicadores devem ficar atentos a cada etapa do ciclo das políticas públicas para o desenvolvimento dos programas sociais conforme apresentado na figura 05.

Figura 05: etapas do ciclo das políticas públicas para o desenvolvimento de programas sociais



Fonte: Ministério do desenvolvimento social (2016, p. 16)

Todas as etapas do ciclo de políticas públicas possuem objetivos que os governos precisam seguir para a execução de projetos sociais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2016).

- a) Definição da agenda: é nessa etapa que os gestores discutem os problemas sociais de suas regiões, definindo as estratégias por meio de indicadores que possibilitam orientar os gestores para realizar as análises nas informações pertinentes à elaboração dos projetos sociais;
- b) Definição das alternativas: é a etapa onde são estabelecidas as alternativas para a resolução dos problemas sociais encontrados pelos gestores públicos após análises realizadas nos indicadores sociais;
- c) Tomada de decisão: nessa etapa os gestores públicos decidirão quais as possíveis alternativas adotadas para a resolução dos problemas;
- d) Implementação: nessa etapa ocorre a execução das ações planejadas para que os objetivos propostos pelos gestores públicos sejam atingidos; e

e) Avaliação e Feedback: é nessa etapa que avaliam os resultados do programa desenvolvido para a sociedade, bem como os impactos positivos e negativos do programa de acordo com o feedback da população, podendo assim corrigir as ações indesejáveis como também suspender o programa para a comunidade (se for o caso). Essa etapa é vista como aprendizagem para a realização dos próximos programas sociais.

Por fim, o monitoramento analítico é uma ferramenta que promove melhorias para a gestão pública, garantindo a eficiência no desenvolvimento de políticas públicas para os programas sociais.

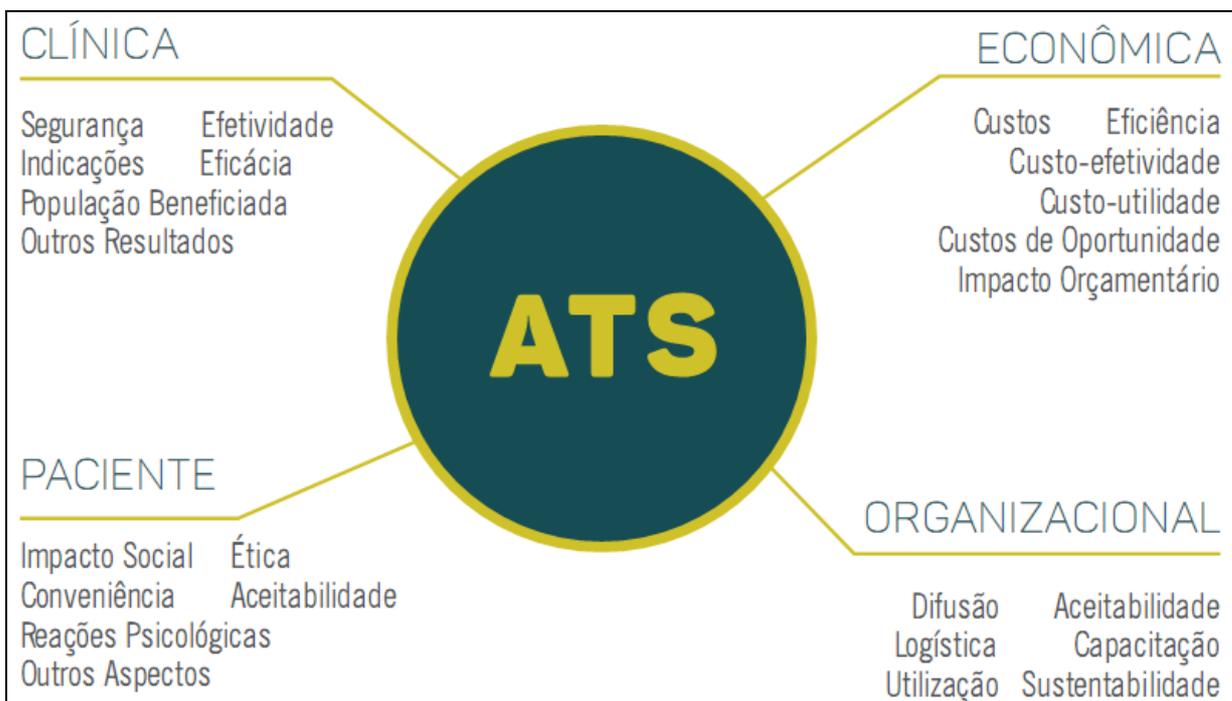
1.6.4 Tecnologias no Sistema Único de Saúde

A tecnologia tornou-se uma grande aliada na área da saúde, pois ela proporcionou melhorias na qualidade da saúde da população, reduzindo a taxa de mortalidade provocada por doenças como o câncer. Por esta razão, o governo federal regulamentou a Lei 12.401/2011, que possibilitou a criação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), com o papel de assessorar o Ministério da Saúde quanto à incorporação, exclusão ou alteração de novas tecnologias no SUS (ENAP 2014).

Para Elias (2013) as tecnologias em saúde são um conjunto de medicamentos, equipamentos, acessórios médicos-farmacêutico e procedimentos clínicos e cirúrgicos, modelos de organização e sistemas de apoio na atenção à saúde que por sua vez são utilizados para a prevenção de riscos, diagnósticos, tratamentos e reabilitação dos pacientes.

O ministério da Saúde introduziu no Sistema Único de Saúde, a Avaliação das Tecnologias em Saúde (ATS) que possibilita avaliar as consequências em curto e longo prazo do uso das tecnologias em saúde, como demonstra a figura 06.

Figura 06: Aspectos da Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS)



Fonte: Ministério da Saúde (2016, p.10)

Por fim, o objetivo da Avaliação das Tecnologias em Saúde (ATS) é fornecer as informações necessárias quanto a sua ciência e o método científico, sendo assim realizada com integridade e imparcialidade para a tomada de decisões.

1.6.5 Sistema de Apoio à Elaboração do Relatório Anual de Gestão do SUS (SargSUS)

O Sistema de Apoio à Elaboração do Relatório Anual de Gestão do SUS (SargSUS) é uma ferramenta utilizada para facilitar a elaboração dos relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde, permitindo que os gestores apresentem os resultados alcançados durante o ano para os cidadãos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

O Ministério da Saúde (2018) expõe as vantagens do sistema que beneficiam tanto aos cidadãos quanto as entidades públicas:

- Acesso aos relatórios de gestão apresentados aos Conselhos de Saúde;
- Apoio à participação e ao controle social e subsidio ao trabalho, interno e externo, de controle e auditoria;
- Indução do processo de articulação dos instrumentos de planejamento; e

- Provimento dos meios para o aperfeiçoamento contínuo da gestão participativa e das ações e serviços prestados.

1.6.6 Incentivo a Novas Práticas (InovaSUS)

O Ministério da Saúde pública anualmente através de um edital os requisitos para as entidades públicas relacionadas ao setor de saúde pública interessadas em participar do InovaSUS, sendo ele um incentivo que possibilita a valorização das práticas inovadoras da gestão do trabalho na saúde e o reconhecimento dos profissionais de saúde que dão prioridade ao Sistema Único de Saúde (SUS) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Em 2018 os participantes do InovaSUS deverão abordar em seus projetos os seguintes temas: a) Melhoria de Processos para o Fortalecimento da Gestão do Trabalho no SUS, b) Dimensionamento da Força de Trabalho no SUS, c) Combate à Discriminação no Local de Trabalho, Iniciativas Estaduais de Capitalização da Gestão do Trabalho nos Municípios, e d) Práticas Integrativas e Complementares – PICS. Em contrapartida as propostas dos projetos submetidos devem ser inovadoras, terem resultados positivos, caráter educativo, que possam ser adaptados à outras instituições, que tenham a participação dos trabalhadores e que demonstrem sustentabilidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

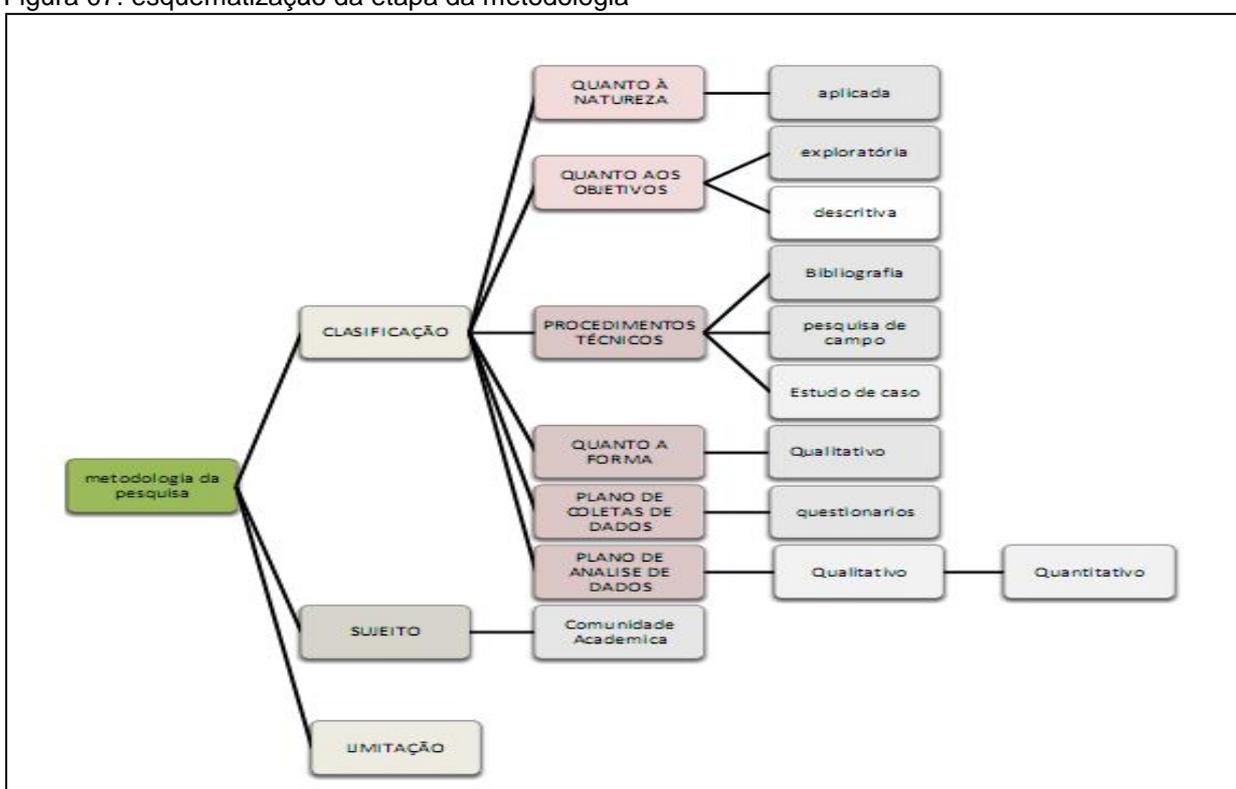
Portanto o prêmio InovaSUS permite dar visibilidade às experiências exitosas locais e fortalecer a gestão dos trabalhos realizados pelo SUS através dos investimentos propostos pela gestão pública.

2 METODOLOGIA

A metodologia científica caracteriza-se pelos métodos utilizados pelos pesquisadores. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 14) a metodologia científica é definida como “aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

Portanto, a metodologia é uma forma de esquematizar a pesquisa, demonstrando o caminho para o pesquisador, além disso, a metodologia fornece ao pesquisador uma ampla visão do projeto que irá desenvolver durante o período. Desta forma o presente estudo será classificado: quanto à natureza, quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos técnicos, e quanto à forma que serão coletados e analisados os dados durante a pesquisa. A figura 07 demonstra os passos a serem seguidos para a execução da dissertação.

Figura 07: esquematização da etapa da metodologia



Fonte: Elaborado pela autora

2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo constituiu-se em um estudo de caso em que foi realizado em uma ICES – Instituição Comunitária de Ensino Superior com o objetivo de elaborar uma Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública.

2.1.1 Quanto à natureza

A pesquisa realizada foi aplicada onde se pretendeu obter conhecimento para a confecção de uma Matriz de Requisito de Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública com um propósito de fazer com que os cidadãos possam interpretar facilmente as informações relativas à gestão pública.

Segundo Vergara (2014) a pesquisa aplicada é aquela a ser realizada para a solução de problema ou também pode estar voltada para a obtenção de conhecimento sobre novas ferramentas que estão em fase de estudo com a finalidade de atingir um resultado específico.

2.1.2 Quanto aos objetivos

O estudo é classificado quanto aos objetivos como uma pesquisa descritiva.

De acordo com Gil (2010), a pesquisa descritiva objetiva em descrever as características das informações analisadas de uma determinada população e amostra durante o período em que foi realizado o estudo, utilizando técnicas específicas e coleta de dados para chegar ao resultado final.

Para Vergara (2014), a pesquisa descritiva descreve as informações do objeto em estudo, após ser observado, analisado, registrado e interpretado conforme a realidade existente, estabelecendo correlações e definindo a natureza do estudo.

O presente estudo é descritivo, pois foram identificados os requisitos para a elaboração de uma Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública.

2.1.3 Quanto aos procedimentos técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos o presente estudo é definido como uma pesquisa bibliográfica, estudo de caso e pesquisa de campo. Para Vergara (2014), a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de materiais disponíveis para a construção da fundamentação teórica do estudo, pois é na pesquisa bibliográfica que se inicia a base de sustentação do estudo.

Beuren (2012) coloca que todo o material bibliográfico consultado durante o período de estudo só enriquece o trabalho de pesquisa, fornecendo para o pesquisador o conhecimento sobre o assunto em estudo. Os materiais bibliográficos disponíveis para o pesquisador são livros clássicos, artigos, teses, dissertações, jornais, revistas e entre outros (BEUREN, 2012; VERGARA, 2014).

No presente estudo buscou-se o embasamento teórico em fontes primárias atualizadas disponíveis para o público em geral, sobre os temas referentes à gestão pública e os instrumentos utilizados na gestão pública. Todo esse material serviu de apoio para a elaboração da Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública para municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul.

O estudo de caso pode ser definido por Godoi (2010) como uma pesquisa de investigação que procura investigar um ou mais casos correspondentes ao objetivo geral da pesquisa. Diante disso, o estudo de caso pode ser único ou múltiplo e também pode utilizar diferentes instrumentos como técnicas para chegar ao resultado desejado da pesquisa. As técnicas utilizadas durante uma pesquisa de estudo de caso são geralmente as observações, as aplicações de entrevistas para os participantes, o uso de relatórios e documentos de empresas e instituições.

Para Gil (2009), o estudo de caso possui algumas características para ser identificado e definido:

- O estudo de caso é um delineamento da pesquisa, não uma técnica ou um método para coletar dados;
- Preservar o caráter do estudo de caso, permitindo que o estudo de caso seja estudado como um todo, sendo que o estudo de caso pode ser constituído por um indivíduo ou um grupo de organizações empresariais ou comunidades em gerais e entre outros casos que podem ser estudados;

- Investiga um fenômeno contemporâneo, todo estudo de caso tem um objeto de estudo no qual são chamados de fenômeno cuja ocorrência se dá durante a realização da pesquisa;
- Não separa o seu objeto de estudo do seu contexto geral da pesquisa;
- É um estudo que inspira muita complexidade e conhecimento sobre o objeto em estudo; e
- Para um estudo de caso o pesquisador deve utilizar várias técnicas de coletas de dados para garantir a qualidade das informações obtidas durante o estudo.

A pesquisa foi realizada em uma ICES – Instituição comunitária de Ensino Superior, tendo como objetivo a elaboração uma Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública.

Para Lakatos e Marconi (2010) a Pesquisa de Campo é utilizada para conseguir mais informações do objeto em estudo. A pesquisa de campo demonstra a importância em compreender as diferenças entre as pessoas em relação ao objeto pesquisado. Na pesquisa foram aplicados questionários com dezesseis questões semiestruturadas e estruturadas utilizando-se da escala Likert na busca sobre a opinião dos participantes em relação aos requisitos que seriam importantes constarem na Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública.

2.1.3.1 Amostras da Pesquisa

Para a realização do estudo buscou-se obter informações sobre a população da Comunidade Acadêmica de uma ICES - Instituição Comunitária de Ensino Superior do noroeste do Rio Grande do Sul, utilizando-se informações publicadas na Revista O Mensageiro Especial – Fenamilho Internacional, que publicou a quantidade de alunos e funcionários da instituição.

A Comunidade acadêmica da ICES - Instituição Comunitária de Ensino Superior participante da pesquisa contempla uma população de 445 colaboradores diretos (técnicos administrativos/ professores) e 4.000 acadêmicos. A seleção da amostra baseou-se na acessibilidade para identificar os requisitos para uma plataforma de práticas educativas de gestão pública.

Os tamanhos das amostras foram calculados com base nas fórmulas estatísticas que permitiram generalizar os resultados obtidos para toda a população, e considerando a intenção de estimar algumas proporções da população estudo finita na análise descritiva.

$$n = \frac{z^2 * p * q * N}{z^2 * p * q + (N - 1) * e^2} \quad \text{Onde,}$$

Descrição da formula amostral
N = população
Z = abscissa da distribuição normal.
p = proporção populacional verdadeira.
q =proporção populacional não verdadeira
e = erro amostral
n = valor da amostra

Fonte: Tribunal de Contas do estado de Paraná (2017)

A amostra foi composta por 551 participantes, sendo 345 acadêmicos e 206 colaboradores diretos da Instituição Comunitária de Ensino Superior – ICES localizada no noroeste do Rio Grande do Sul. O estudo contou com a participação de 347 do gênero feminino e 204 do gênero masculino, a maioria dos acadêmicos que contribuíram com a pesquisa é do 6º e 8º semestres dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil/Elétrica/Química, Matemática e Psicologia, sendo a maioria deles pertencentes à cidade de Santo Ângelo. Por parte dos colaboradores diretos da instituição foram 110 professores e 96 técnicos administrativos que contribuíram para a realização da pesquisa.

2.1.4 Quanto à forma

Quanto à forma, as pesquisas são analisadas através de métodos quantitativos e qualitativos gerando resultados para atingir os objetivos de pesquisa. No entanto a forma que os dados do estudo foram analisados é qualitativa. Para Godói (2010), a pesquisa qualitativa descreve detalhadamente os resultados do fenômeno estudado durante o período, esse método busca compreender especificamente cada etapa do objeto estudado.

Rodrigues (2006) define a pesquisa qualitativa como a pesquisa que não utiliza procedimentos ou técnicas estatísticos para chegar ao resultado final. Gerhard e Silveira (2009), diz que na pesquisa qualitativa os pesquisadores se preocupam com os aspectos da realidade levando a compreensão e a interpretação dos fatos estudados para o público de interesses.

Quanto à forma o estudo é qualitativo, pois foram descritos todos os requisitos para a elaboração da Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública para que a sociedade tenha o devido conhecimento dos assuntos de gestão pública.

2.1.5 Plano de coleta de dados

Marconi e Lakatos (2010) relatam que a coleta de dados se faz por meio de procedimentos como entrevista, observação, questionários, formulário, coleta documental e entre outros. Gil (2010) afirma que a coleta de dados possui múltiplas técnicas de coleta de dados, podendo contribuir com os resultados esperados. Já Yin (2010) aborda que a utilização de múltiplas técnicas possibilita ao pesquisador interpretar os dados detalhadamente gerando informações concretas para que a pesquisa obtenha o resultado esperado. Entretanto o método utilizado para a coleta de dados foi o questionário.

2.1.5.1 Questionário

O questionário é definido como um instrumento de investigação composto por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre o objeto de estudo (GIL, 2008).

Para a realização do estudo a pesquisadora elaborou um questionário que constituiu em questões objetivas que foi aplicada a comunidade acadêmica, a fim de verificar quais os requisitos são considerados importantes para a elaboração de uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública. O questionário foi dividido em duas etapas:

A primeira etapa do questionário buscou averiguar a importância da gestão pública na vida dos cidadãos através das perguntas como: a) Possui algum conhecimento sobre os assuntos de Gestão Pública?; b) Qual o grau de importância que você atribui à Gestão Pública?; c) Hoje existe um grande interesse da sociedade pelos assuntos de Gestão Pública?; d) Você como cidadão concorda que as Instituições de Ensino Superior começam abordar o assunto Gestão Pública em sala de aula como forma de despertar o interesse nos acadêmicos para os assuntos públicos, para a formação de opinião?; e) Você já buscou informações a respeito de Gestão pública no Portal da Transparência?; f) Qual o grau de importância que você atribui ao Portal da transparência?; g) Qual o seu grau de compreensão das informações acessadas no Portal da Transparência?; h) Em sua opinião a matriz de requisitos para uma Plataforma de práticas Educativas de gestão pública para os municípios do estado do Rio Grande do Sul seria?; i) Para você cidadão a plataforma de prática educativa de gestão pública facilitaria o seu entendimento com relação aos assuntos sobre gestão pública de seu município? e; j) em sua visão como acadêmico, a matriz de plataforma de práticas educativa de gestão pública permitirá um processo de aprendizagem, educativo e cultural a respeito dos assuntos públicos para a formação de opinião?

A segunda etapa do questionário foi constituída por dez blocos sendo representado pelas categorias: a) Cultura/Lazer; b) Direitos Humanos; c) Desenvolvimento Social d) Educação; e) Economia; f) Meio ambiente; g) Saneamento Básico – Água/Esgoto; h) Saúde; i) Trabalhista/Previdenciária; e, j) Transparência, onde foram estabelecidos requisitos para a elaboração da Plataforma de práticas Educativas de gestão pública. Nessa etapa do questionário a

pesquisadora utilizou a escala Likert que abordou as alternativas: (1) Nada importante; (2) Pouco Importante; (3) Importante; (4) Muito Importante; (5) Extremamente Importante. Assim foi possível identificar os requisitos considerados importantes pelos respondentes para a elaboração da Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública para os Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

A aplicação dos questionários para o grupo acadêmico sucedeu-se da seguinte forma: a) envio de um ofício de autorização para os coordenadores dos cursos da instituição; b) após a autorização dos coordenadores, foram pré-agendadas as visitas nas salas de aulas; e c) as visitas nas turmas aconteceram nos turnos: tarde, vespertino e noite. Já para o grupo dos colaboradores diretos o questionário da pesquisa foi elaborado no Google Drive e enviado no e-mail de todos os técnicos administrativos e professores da instituição, a fim de atingir o objetivo geral do estudo

Portanto as aplicações dos questionários foram realizadas no período 01 de setembro a 31 de outubro de 2017.

2.1.6 Plano de análise e interpretação dos dados

Para Godói (2010) a análise e interpretação dos dados referem-se às análises realizadas durante o período de coleta dos dados, sendo assim contribui para que o pesquisador leve os resultados dos fatos estudados de maneira disciplinada e muito bem organizada.

Bardin (2016, p. 37), descreve que a “análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, cujas técnicas de análise utilizadas pelos pesquisadores auxiliarão no procedimento de desenvolvimento do estudo. Porém durante o período de análise surge questões a respeito do desenvolvimento do estudo que podem ser respondidas através da inferência.

Grassel (2016) diz que as inferências são um aspecto de análise que fundamenta as características e especificidades do objeto em estudo, respondendo tais perguntas como: a) O que levou a determinado enunciado? Este aspecto diz respeito às causas ou antecedentes da mensagem; b) Quais são as consequências que determinado enunciado vai provavelmente provocar? Isto se refere aos possíveis efeitos das mensagens.

O plano de análise e interpretação dos dados do presente estudo foi organizado seguindo as etapas de análises de dados proposto por Bardin (2016): a) Pré-análise, b) Exploração do material e c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

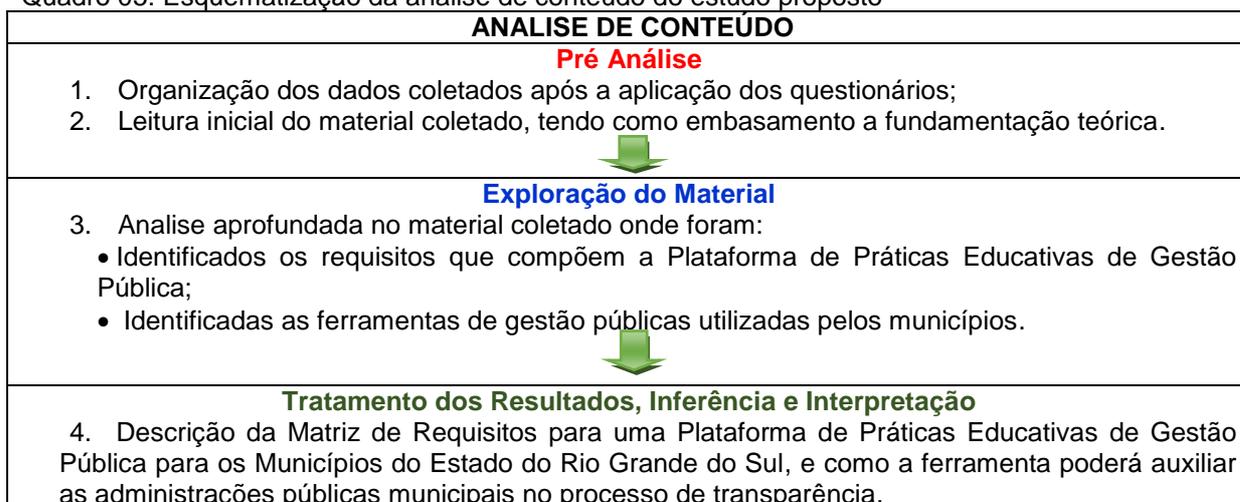
A pré-análise é definida como a fase da organização, é nessa fase que o pesquisador sintetiza as ideias iniciais. Com base nisso, buscou-se na literatura as interpretações para os dados que foram coletados através da aplicação de questionário à comunidade acadêmica.

A segunda fase refere-se à exploração do material, isto é, a fase que consiste em operações de codificação, decomposição ou enumeração das funções previamente formulada pelo pesquisador. Nessa fase, os dados coletados através do questionário foram analisados em unidades e organizados por parágrafos. Desses parágrafos foram identificando os requisitos que compõem a Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública.

A terceira fase é composta por Tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos dados, é a fase onde o pesquisador reúne todas as informações extraídas no material coletado, sendo através das aplicações de questionários, entrevistas e observação para o desenvolvimento do objeto de estudo. Nessa fase foi elaborada a Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública para os Municípios do noroeste do Rio Grande do Sul, após as análises realizadas no software IBM SSP STATISTICS 22, que identificou os requisitos considerados importantes sobre a ótica dos cidadãos.

O quadro 05 aborda uma esquematização da análise de conteúdo que demonstra a realização do estudo:

Quadro 05: Esquematização da análise de conteúdo do estudo proposto



Fonte: Adaptada de Bardin (2016)

2.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os municípios que fazem parte da Associação dos Municípios das Missões (AMM) fundada em 28 de maio de 1967, em Cerro Largo, são os participantes da pesquisa.

A Associação dos Municípios das Missões (AMM) é representada por 26 municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul sendo os municípios de Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesesseis de Novembro, Entre Ijuís, Eugenio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Antonio das Missões, Santo Ângelo, Sete de Setembro, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Ubiretama e Vitória das Missões.

A economia da região está alicerçada, na exploração da agricultura (soja, milho e trigo) e pecuária, apresentando altos índices de produtividade. Atualmente a Associação dos Municípios das Missões tem buscado recursos dos governos federais e estaduais para a construção de uma ponte internacional interligando o Brasil, Argentina e Paraguai, onde são encontrados os Sítios Arqueológicos considerados pontos turísticos, pois foram construídos pelos índios e padres jesuítas que residiam na localidade (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS MISSÕES, 2018).

Para tanto os sites dos municípios foram analisados a fim de encontrar informações de gestão pública.

2.3 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O Conselho Nacional da Saúde aprovou a Resolução de 466 de dezembro de 2012, onde constam as normas e diretrizes de pesquisas envolvendo seres humanos. A resolução garante aos participantes direitos como: a autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade de repostas ao pesquisador.

Os procedimentos éticos a ser seguidos durante a pesquisa são muito importantes tanto para o pesquisador quanto para os participantes que são as peças chave para a elaboração do estudo.

Portanto o pesquisador entrega aos participantes da pesquisa o Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento, constando as informações necessárias do referente estudo, utilizando uma linguagem clara e objetiva para que os participantes pudessem compreender o objeto do estudo proposto pelo pesquisador.

O parecer consubstancial do projeto de pesquisa desta dissertação emitido foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Campus de Santo Ângelo, sobre o número CAAE 70453717.9.0000.5357.

Os Procedimentos Éticos adotados no estudo garantiram a confidencialidade dos participantes durante os dados coletados, que por sua vez, o estudo propõe um desconforto e um risco mínimo para as pessoas que se submeteram à coleta do material, mas se justificou pelo benefício dos participantes em contribuir com suas opiniões para a realização do estudo.

2.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O método escolhido para o desenvolvimento do estudo apresentou as seguintes limitações:

- a) A seleção dos requisitos para a construção do questionário dependeu da própria pesquisadora, o que pode tornar o estudo passível de críticas. Por isso, para minimizar essa limitação, optou-se por construir a matriz de requisitos

para uma Plataforma de práticas educativas de gestão pública sobre a ótica dos cidadãos;

- b) Alguns participantes se recusaram a responder ao questionário;
- c) O estudo considerou apenas as informações disponibilizadas nas páginas eletrônicas dos governos: Federal, Estadual e Municipal para a elaboração da Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública; e
- d) O estudo analisou as ferramentas de evidenciação da gestão pública, considerando apenas as buscas efetuadas nas páginas eletrônicas das Administrações Públicas Municipais.

Porém julga-se que as limitações não inviabilizaram o estudo, pois com as informações geradas a partir dos dados coletados foi possível a elaboração da matriz de requisitos para uma Plataforma de práticas Educativas de gestão pública para os municípios do estado do Rio Grande do Sul.

2.5 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A trajetória da pesquisa é a descrição de todas as etapas envolvidas no desenvolvimento do estudo. Dessa forma é possível visualizar todo o caminho percorrido pela pesquisadora para o alcance do objetivo geral (figura 08).

Figura 08: Trajetória da Pesquisa



3 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO

Para o desenvolvimento do estudo, organizou-se em tópicos sendo assim estruturado:

- a) Requisitos de uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública sobre a ótica dos cidadãos: neste tópico foram identificados os requisitos para compor a Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública, sendo estes divididos em dez categorias considerando a seguinte sequência: Cultura, Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Educação, Economia, Meio Ambiente, Saneamento Básico, Saúde, Trabalhista/Previdenciária e Transparência;
- b) Ferramentas de Evidenciação da Gestão Pública: o tópico abordou dez municípios da região noroeste cujo objetivo é apresentar os instrumentos de evidenciação das informações de Gestão Pública das entidades públicas;
- c) Elaboração da Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública para Municípios de Pequeno Porte do Noroeste do Rio Grande do Sul: o tópico apresenta a matriz com seus respectivos requisitos que para os cidadãos são importantes para a sociedade

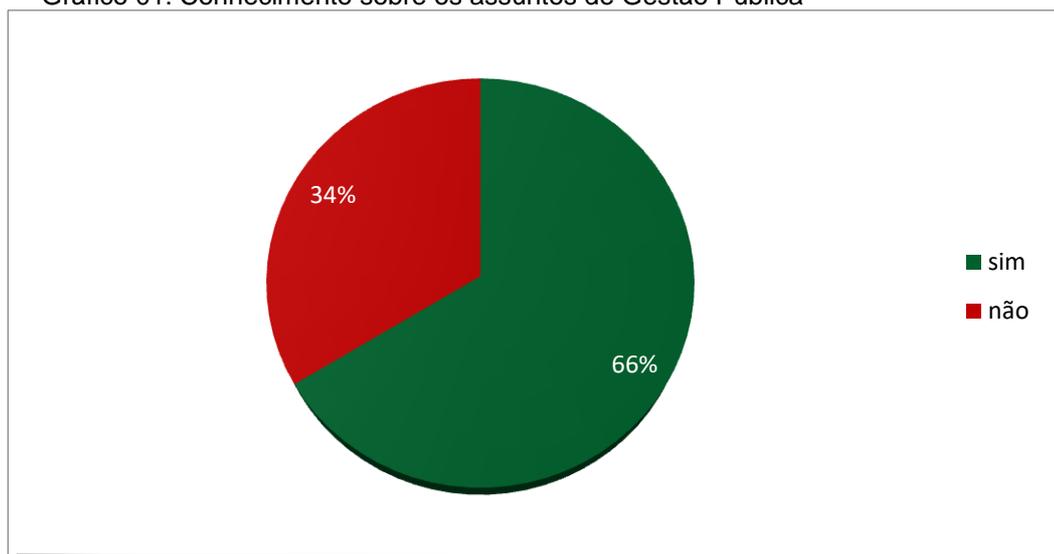
3.1 REQUISITOS DE UMA PLATAFORMA DE PRÁTICAS EDUCATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA SOBRE A ÓTICA DOS CIDADÃOS

A pesquisa enfatiza a importância da gestão pública na vida dos cidadãos, pois ela é definida segundo Matias (2012), como algo amplo e muito complexo, pois abrange todas as questões internas e externas de um país, estados e municípios para serem rigorosamente governados, sendo que a Gestão Pública não depende somente da eficiência e eficácia, mas também precisam atender as questões como a legalidade e legitimidade para realizar-se uma gestão de governo. Com base nisso, o estudo aborda a importância da participação da sociedade em debates sobre os assuntos de interesses públicos.

Entretanto, na busca da resposta a problemática da pesquisa, foram aplicados questionários para colaboradores diretos e acadêmicos de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior – ICES, com questões objetivas a fim de identificar os requisitos que a sociedade vislumbra encontrar evidenciados nos sítios das prefeituras.

Os participantes da pesquisa foram questionados sobre o conhecimento, grau de importância e interesses pelos assuntos relacionados à gestão pública, e após a compilação das respostas verificou-se que um grande número significativo de respondentes possui conhecimento sobre assuntos relacionados à gestão pública, conforme demonstrado no gráfico 01:

Gráfico 01: Conhecimento sobre os assuntos de Gestão Pública

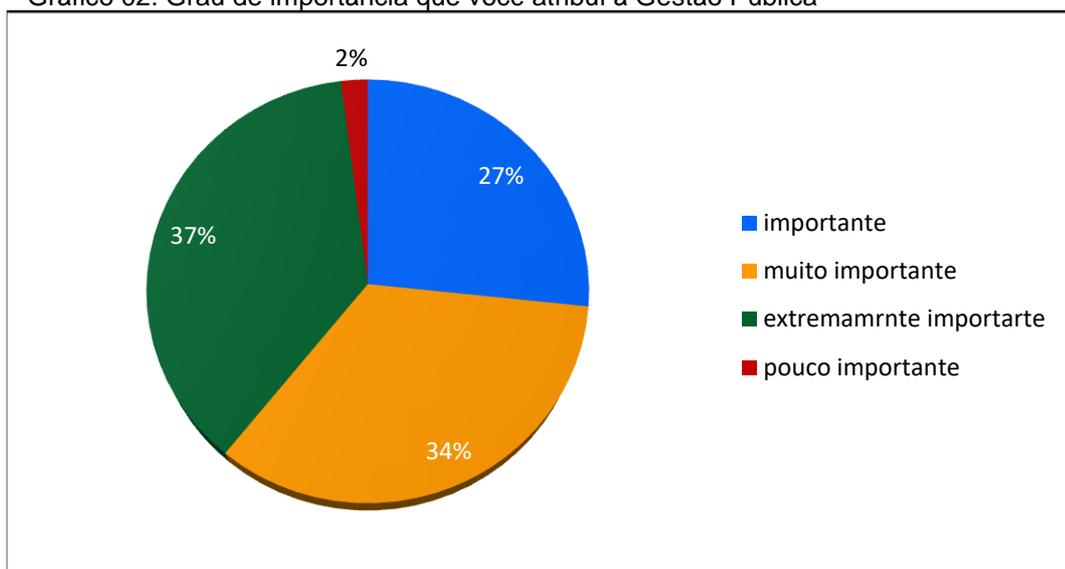


Fonte: elaborada pela autora

Ficou evidente que 66% dos respondentes possuem conhecimento dos assuntos relativos à gestão pública, sendo 244 acadêmicos e 120 colaboradores diretos da ICES - Instituição Comunitária de ensino Superior.

Para a maioria dos entrevistados o grau de importância atribuído a gestão pública é extremamente importante, mesmo que para eles os assuntos relativos à gestão pública não sejam abordados e discutidos com muita frequência tornando-se uma barreira entre a sociedade e as entidades públicas, conforme demonstra o gráfico 02.

Gráfico 02: Grau de importância que você atribui à Gestão Pública

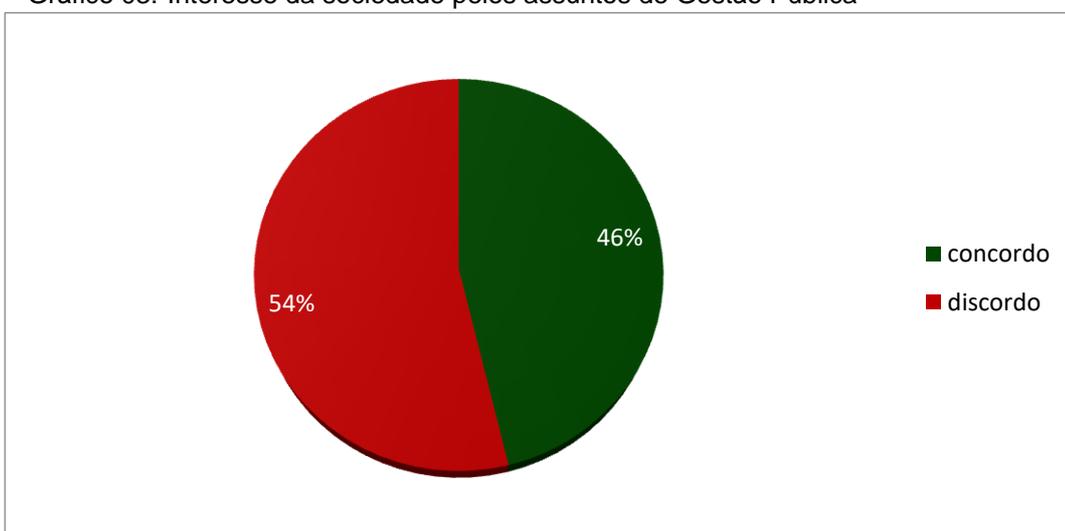


Fonte: elaborada pela autora

Dos 551 entrevistados, 205 apontam que a gestão pública é extremamente importante, seguido por 188 respondentes consideram muito bom, 147 participantes consideram a gestão pública importante e por fim, ocupando o último lugar o item pouco importante com apenas 11 entrevistados. Portanto, os resultados refletem o quanto a gestão pública vem se tornando importante na vida dos cidadãos.

A maioria dos respondentes alega que ainda a sociedade não tem apresentado grandes interesses pelos assuntos de gestão pública, identificado no gráfico 03.

Gráfico 03: Interesse da sociedade pelos assuntos de Gestão Pública

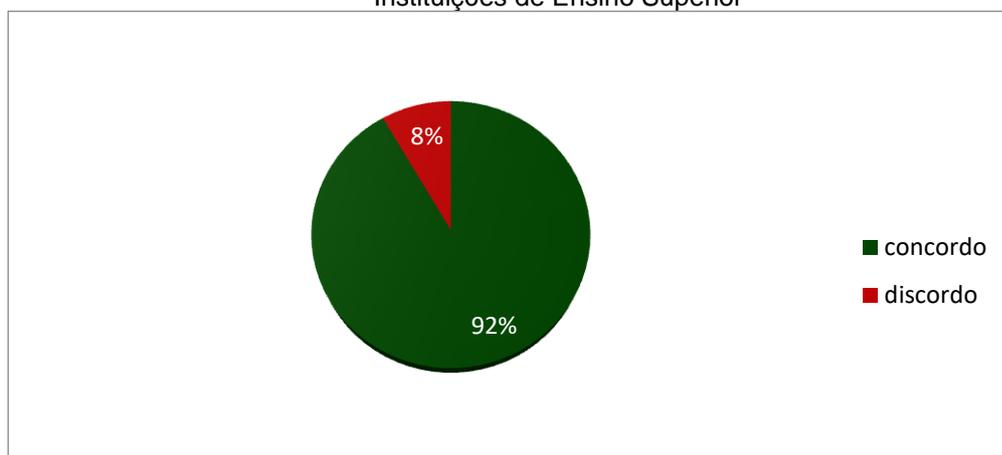


Fonte: elaborada pela autora

Conforme demonstrado no gráfico 03, para 298 respondentes não há interesses da sociedade pelos assuntos de gestão pública, pelo fato de não existir a cultura do diálogo entre a população e os gestores públicos municipais. Diante desse resultado se ressalta a importância dos órgãos públicos em estabelecer estratégias para que os cidadãos possam participar ativamente dos ciclos, cujo objetivo é debater ideias para encontrar soluções para os problemas enfrentados em diversos setores da rede pública.

Para a maioria dos entrevistados o fornecimento das disciplinas sobre gestão pública nas Instituições de Ensino Superior seria relevante, conforme demonstrado no gráfico 04.

Gráfico 04: Fornecimento das disciplinas que abordam assunto de Gestão Pública nas Instituições de Ensino Superior

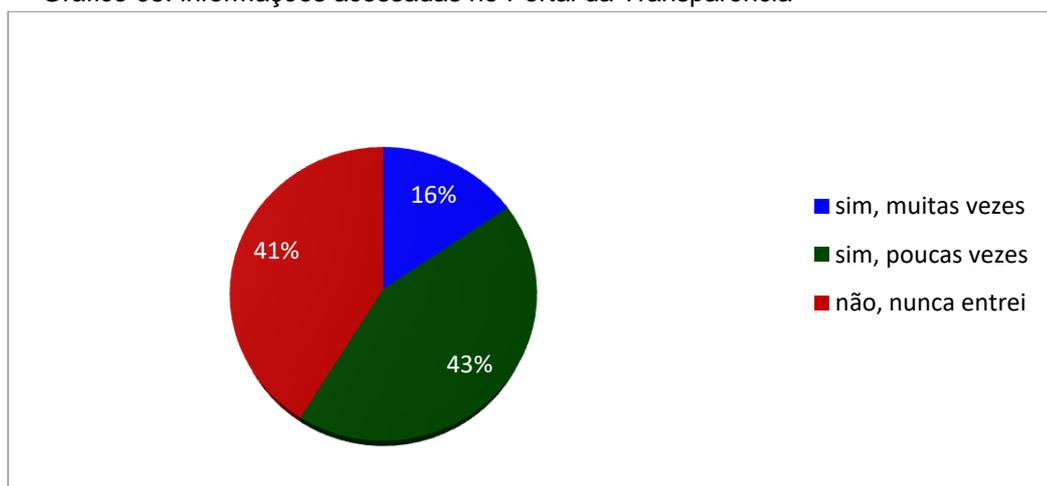


Fonte: elaborada pela autora

Nota-se que no quesito sobre abordar temas sobre assuntos de gestão pública nas Instituições de Ensino Superior, 504 entrevistados alegam que as Instituições de Ensino Superior deveriam fornecer em suas grades curriculares disciplinas que abordam assuntos pertinentes ao tema. Isso reflete o quanto é importante estabelecer mecanismo de debates para os assuntos públicos em Instituições de Ensino Superior para que possamos compreender de fato o que acontece com a nossa administração pública municipal.

Sobre a transparência das informações geradas pela gestão pública os participantes admitem que acessem poucas vezes o portal da transparência, devido às informações ser pouco compreensível, conforme abordado no gráfico 05.

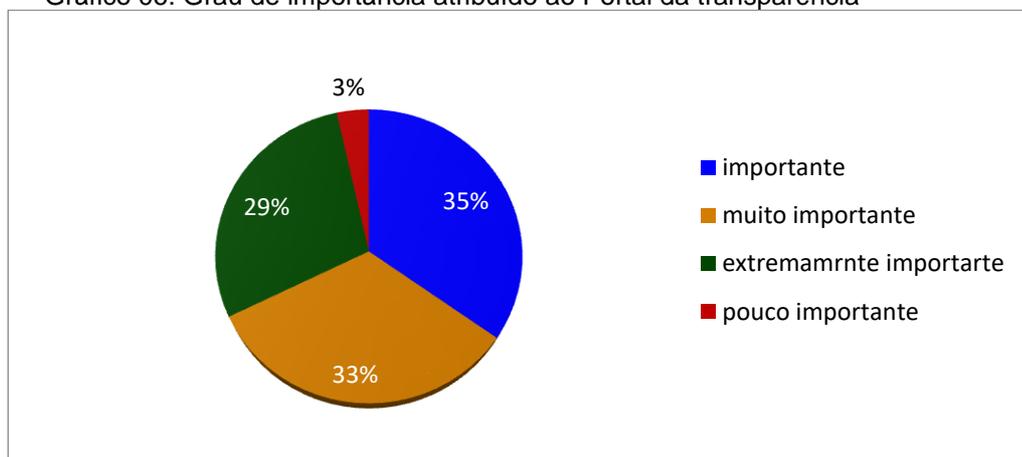
Gráfico 05: informações acessadas no Portal da Transparência



Fonte: elaborada pela autora

Dos participantes, 239 respondentes afirmam que já buscaram algum tipo de informação no portal da transparência, mas, relatam que apresentam dificuldade na interpretação das informações disponíveis, ou, as informações desejáveis encontram-se indisponíveis no portal da transparência. Ainda assim, os participantes alegam que o portal da transparência é importante para os cidadãos, como demonstra o gráfico 06.

Gráfico 06: Grau de importância atribuído ao Portal da transparência



Fonte: elaborada pela autora

Para os 190 participantes consideram o portal da transparência importante, pois o portal é uma ferramenta de utilidade pública que evidencia todas as informações públicas relacionadas às esferas: federal, estadual e municipal.

De acordo com a literatura a Plataforma de Práticas Educativas deve abordar assuntos relacionados ao conhecimento acumulado pela sociedade como

um processo formativo, apresentando-se no presente estudo como: Cultura/Lazer, Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Educação, Economia, Meio Ambiente, Saneamento Básico, Saúde, Trabalhista/Previdenciária e Transparência. No quadro 06 apresenta-se a descrição de cada uma dessas categorias.

Quadro 06: Categorias da Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública

Categoria	Descrição
Cultura/Lazer	Vecchiatti (2004) afirma que o desenvolvimento da cultura é valorizar as identidades individuais ou coletivas promovendo uma coesão entre as comunidades de um determinado território, uma das características apresentada pela cultura é beneficiar o desenvolvimento econômico e socioambiental dos municípios
Direitos Humanos	Segundo a ONU (2018) os direitos humanos são direitos aplicáveis todos os seres humanos independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.
Desenvolvimento Social	O Desenvolvimento Social corresponde a um conjunto de políticas públicas para reduzir a desigualdade social que ainda existe no Brasil. Para que isso aconteça o governo federal tem o compromisso de apoiar os Estados e municípios em um trabalho convergente na condução dos programas sociais a toda sociedade (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018).
Educação	A educação representa tudo àquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades. (VIANA, 2006).
Economia	A Economia foca no desempenho econômico e financeiro do país, estados e municípios, gerando lucro e produzindo produtos em benefício a sociedade (DIAS, 2011).
Meio Ambiente	Meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018)
Saneamento Básico	A Lei nº 11445 de 2007 define o Saneamento Básico como um o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais.
Saúde	A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”.
Trabalhista/Previdenciária	São legislações que garantem os direitos e obrigações dos trabalhadores
Transparência	A Transparência Pública apresenta os dados referentes às despesas realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com informações sobre execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens (MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

Fonte: elaborada pela autora

Com base na descrição das categorias, foram identificados os requisitos correspondentes a cada categoria, por sua vez, a identificação e categorização dos requisitos foi resultado das análises realizadas através dos relatórios disponibilizados nos sítios dos governos, nas legislações e artigos científicos, conforme demonstrado no quadro 07.

Quadro 07: Identificação dos requisitos para a elaboração da matriz para uma plataforma de práticas educativas de gestão pública

Onde foi obtido	Estudos / Documentos / Site
Literatura teórica	Bedin et. al. (2015); Junior e Cunha (2015); Meyer (2016); Nascimento (2012); Frota et. al. (2015), Vecchiatti (2004), Vianna (2006), Righetto (2009)
Leis e normas nacionais	Lei Rouanet (8313/91), Lei da responsabilidade fiscal (101/2000), Código tributário nacional, consolidação das legislações trabalhista (CLT), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996) Lei do Desenvolvimento Social (8.677/1993); Política Nacional do Meio Ambiente (6.938/1981); Lei Orgânica da Saúde (8.080/1990), Estatuto da Pessoa com Deficiência (13.146/2015), Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/1990), Estatuto do Idoso (10.741/2003), CONAMA (369/2006).
Documentos de orientações	Indicadores: orientações básicas aplicadas na gestão pública (2012), Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB (2013), Cartilha sobre uso de incentivos fiscais (2015) Manual do Saneamento Básico (2012), Relação Nacional de Medicamentos Essenciais RENAME (2017), Guia de Políticas e Programas (2017), Caderno de Licenciamento Ambiental (2009), Diferenças entre patrimônios materiais e imateriais (2009), as metas do Plano Nacional de Cultura (2012), Mananciais (2018), lixo (2016)

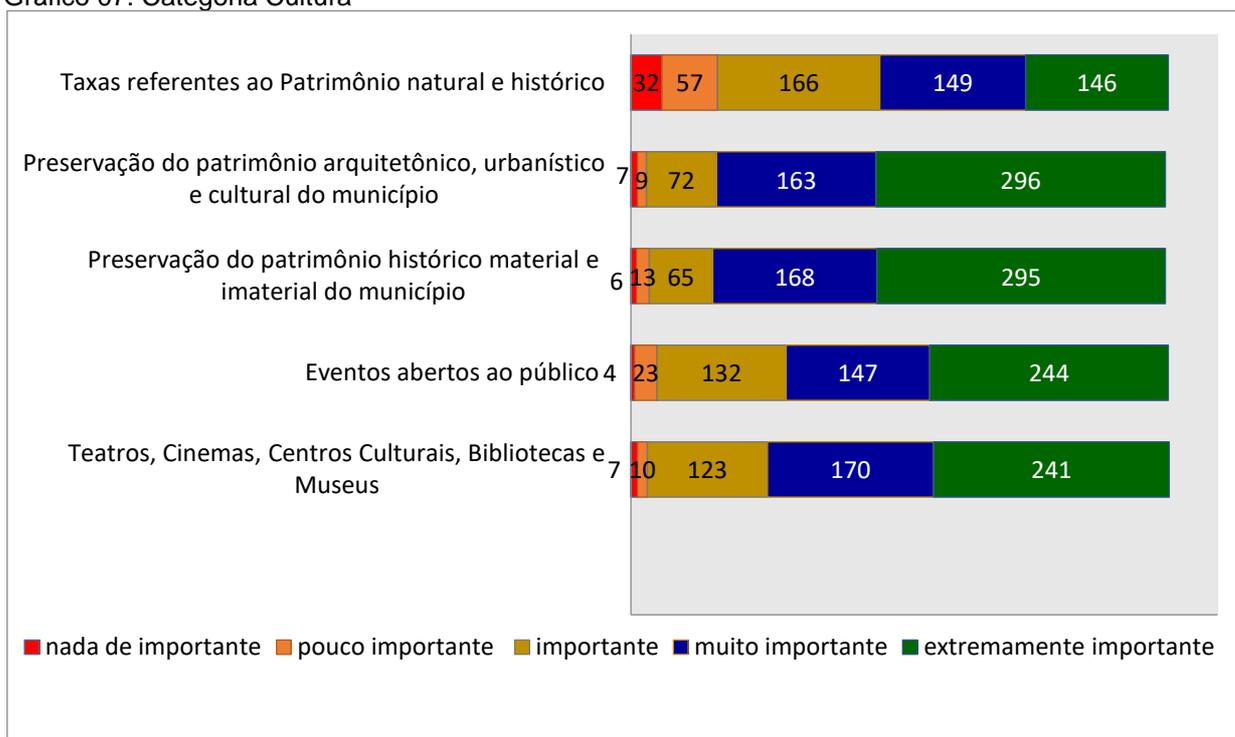
Fonte: Elaborada pela autora

Esse levantamento resultou em uma relação de 60 itens que integralizaram as categorias da matriz de requisitos para uma plataforma de práticas educativas de gestão pública, apresentado no apêndice B e C. Desse total, 05 itens pertencem a categoria Cultura, a categoria de Direitos Humanos possui 04 itens, 10 são da categoria Educação, 12 estão na categoria Econômica, 14 pertencem a categoria Meio Ambiente, 06 são da categoria saúde, 03 fazem parte da categoria transparência e nas categorias Desenvolvimento Social, Saneamento Básico e Trabalhista/Previdenciária possuem 02 itens cada.

Para tanto foram questionados sobre o grau de importância dos itens que compõem as categorias para a elaboração da Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública, apresentando os seguintes resultados.

A categoria Cultura está representada pelos itens como: a) Teatros, Cinemas, Centros Culturais, Bibliotecas e Museus; b) Eventos abertos ao público; c) Preservação do patrimônio histórico material e imaterial do município; d) Preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural do município; e, e) Taxas referentes ao Patrimônio natural e histórico. Foi possível verificar uma avaliação positiva oriundas dos participantes, onde obtivemos bons níveis de importância. A média geral de importância foi de 4,03 pontos em uma escala de 01 a 05, como demonstra o gráfico 07. Penso que teria que dividir o somatório pelo número de respostas.

Gráfico 07: Categoria Cultura

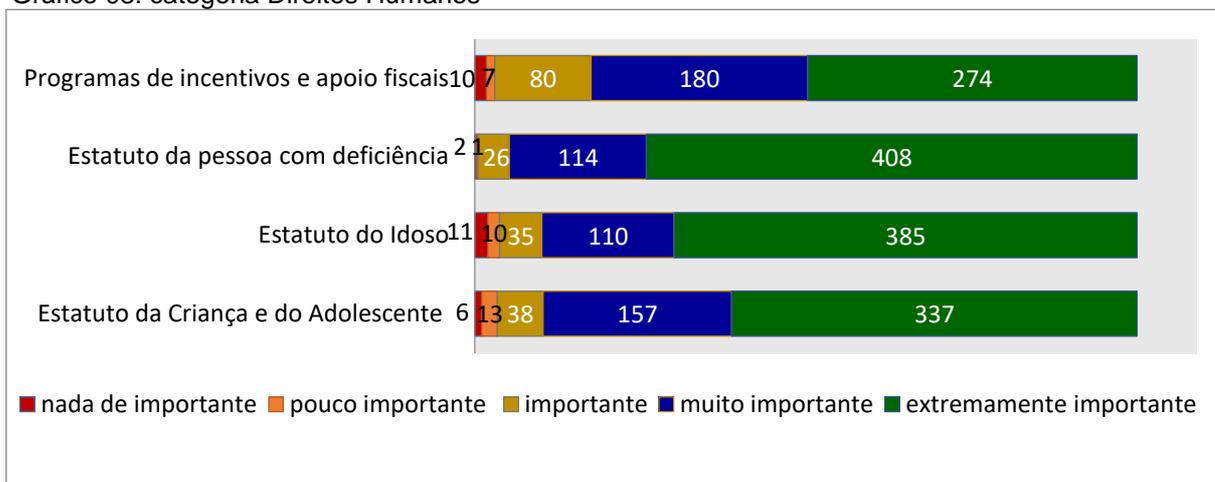


Fonte: elaborada pela autora

Para os participantes quatro itens foram considerados extremamente importantes para a sociedade como a Preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural do município e a Preservação do patrimônio histórico material e imaterial do município, ambos apresentam 24% cada um, os itens relacionados a eventos abertos para o público e Teatros, Cinemas, Centros Culturais, Bibliotecas e Museus apresentando 20% cada um. Já o item Taxas referentes ao Patrimônio natural e histórico foi considerado pelos participantes importante com 30%. Percebe-se o quanto a cultura é importante para a sociedade, pois ela nos remete ao passado, através das preservações de objeto, prédios, monumentos, dialeto, folclores, danças e gastronomia regional que permite aos cidadãos tornar-se um conhecedor da sua própria história.

Na categoria direitos humanos a pesquisadora trouxe quatro temas relevantes para a sociedade atualmente como: a) Estatuto da Criança e do Adolescente, b) Estatuto do Idoso, c) Estatuto da pessoa com deficiência e d) Programas de incentivos e apoio fiscais. Os resultados apresentados obtiveram uma avaliação positiva pelos participantes. A média geral de importância dos itens que integram a categoria direitos humanos alcançou os 4,91 pontos em uma escala de 01 a 05, conforme apresentado no gráfico 08.

Gráfico 08: categoria Direitos Humanos

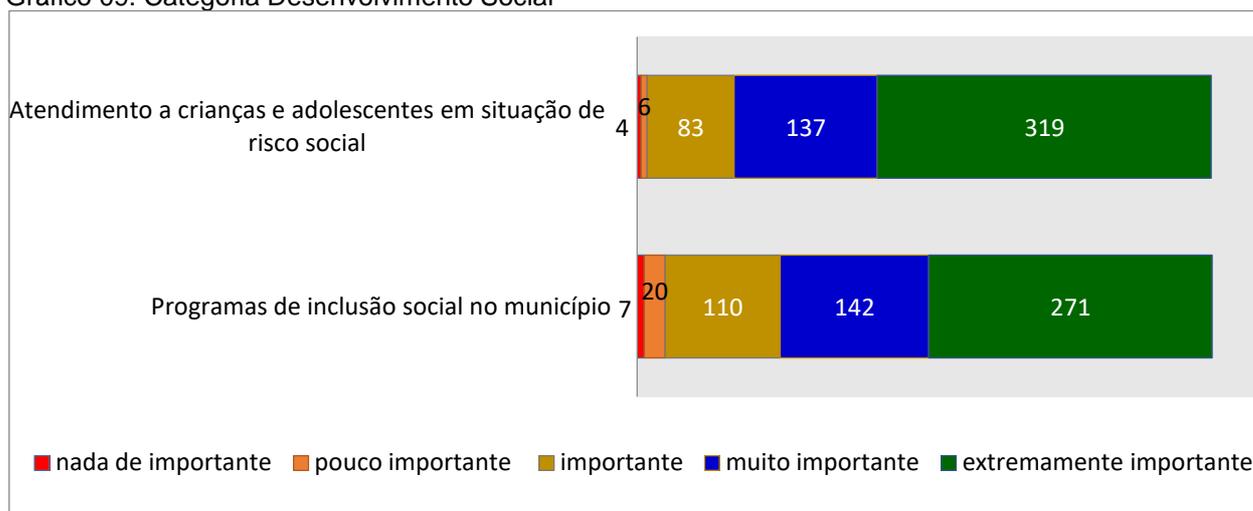


Fonte: elaborada pela autora

O gráfico demonstrou que todos os itens da categoria direitos humanos são extremamente importantes para a sociedade, para tanto o item que apresentou o maior percentual foi o Estatuto da Pessoa com Deficiência com 29%, seguido pelo Estatuto do Idoso com 27%, Estatuto da Criança e do Adolescente com 24%, e com apenas 20% está o item Programas de incentivos e apoio fiscais. A categoria direitos humanos se mostrou de muita relevância para a sociedade, pois ela evidenciará os direitos, obrigações e programas fornecidos pelos governos para os grupos apresentados na plataforma de práticas educativas de gestão pública.

A categoria desenvolvimento social apresentou como seus integrantes: a) Programas de inclusão social no município e b) Atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social, obtendo excelentes resultados. Portanto a média geral de níveis de importância atingiu os 4,34 pontos em uma escala de 01 a 05, conforme apresenta o gráfico 09.

Gráfico 09: Categoria Desenvolvimento Social

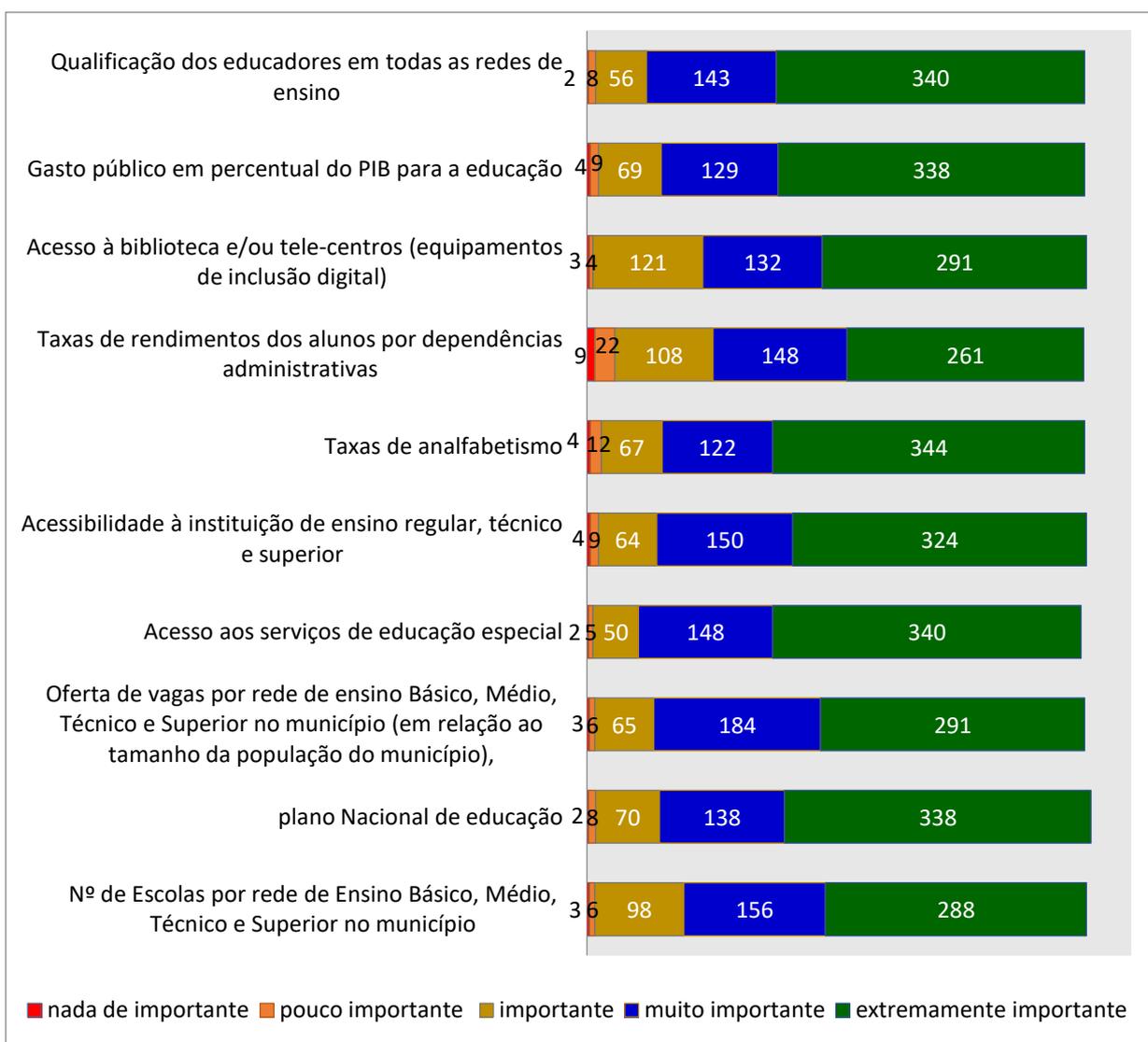


Fonte: elaborada pela autora

Os integrantes da categoria desenvolvimento social foram considerados extremamente importantes para a sociedade, dessa forma o item Atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social apresentou o maior número de participantes com 54% e o item Programas de inclusão social no município com 46%. É possível verificar o quanto os programas de atendimentos e inclusão social são importantes atualmente, pois é através deles que formamos crianças e jovens em profissionais capacitados a exercer quaisquer funções.

Na categoria educação estão inseridos os itens como: a) Nº de Escolas por rede de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município, b) Plano Nacional de educação, c) Oferta de vagas por rede de ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município (em relação ao tamanho da população do município), d) Acesso aos serviços de educação especial, e) Acessibilidade à instituição de ensino regular, técnico e superior, f) Taxas de analfabetismo, g) Taxas de rendimentos dos alunos por dependências administrativas, h) Acesso à biblioteca e/ou tele centros (equipamentos de inclusão digital), i) Gasto público em percentual do PIB para a educação e j) Qualificação dos educadores em todas as redes de ensino. A média geral de importância da categoria educação atingiu os 4,60 pontos em uma escala de 01 a 05, como aborda o gráfico 10.

Gráfico 10: Categoria educação



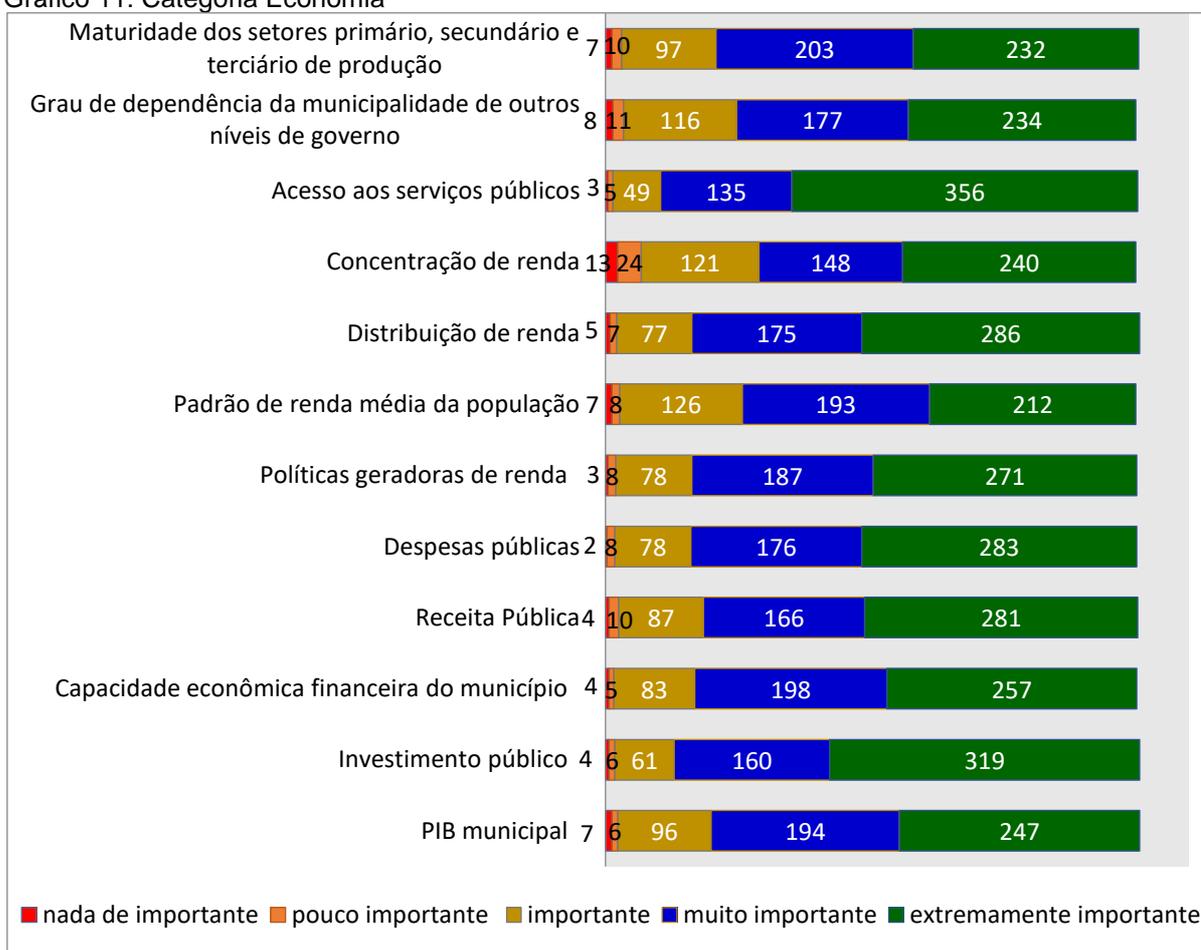
Fonte: elaborada pela autora

Para os participantes os itens que integram a categoria Educação são extremamente importantes, visto que cada tema aborda muito assuntos de interesses da sociedade. Dessa forma os integrantes que apresentaram maior número de participantes foram taxa de analfabetismo, Acesso aos serviços de educação especial, Qualificação dos educadores em todas as redes de ensino, Plano nacional de educação e Gasto público em percentual do PIB para a educação com 11% cada um. O item Acessibilidade à instituição de ensino regular, técnico e superior ficou com 10% seguido por acesso à biblioteca e/ou tele centros (equipamentos de inclusão digital), Oferta de vagas por rede de ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município (em relação ao tamanho da população do município) e Nº de Escolas por rede de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no

município com 9% cada um. E por fim, o item correspondente a Taxas de rendimentos dos alunos por dependências administrativas ficou com apenas 8%. Portanto foi possível verificar a importância que cada tema tem para a sociedade, pois eles contribuem para que o país, os estados e os municípios estabeleçam estratégias solucionar os problemas enfrentados pela educação atualmente.

A economia brasileira está passando por uma grande crise, em razão disso a pesquisadora reuniu doze integrantes na categoria economia como: a) PIB municipal, b) Investimento público, c) Capacidade econômica financeira do município, d) Receita Pública, e) Despesas públicas, f) Políticas geradoras de renda, g) Padrão de renda média da população, h) Distribuição de renda, i) Concentração de renda, j) Acesso aos serviços públicos, k) Grau de dependência da municipalidade de outros níveis de governo e l) Maturidade dos setores primário, secundário e terciário de produção. A média de importância desta categoria foi de 4,44 pontos em uma escala de 01 a 05, como demonstra o gráfico 11.

Gráfico 11: Categoria Economia



Fonte: elaborada pela autora

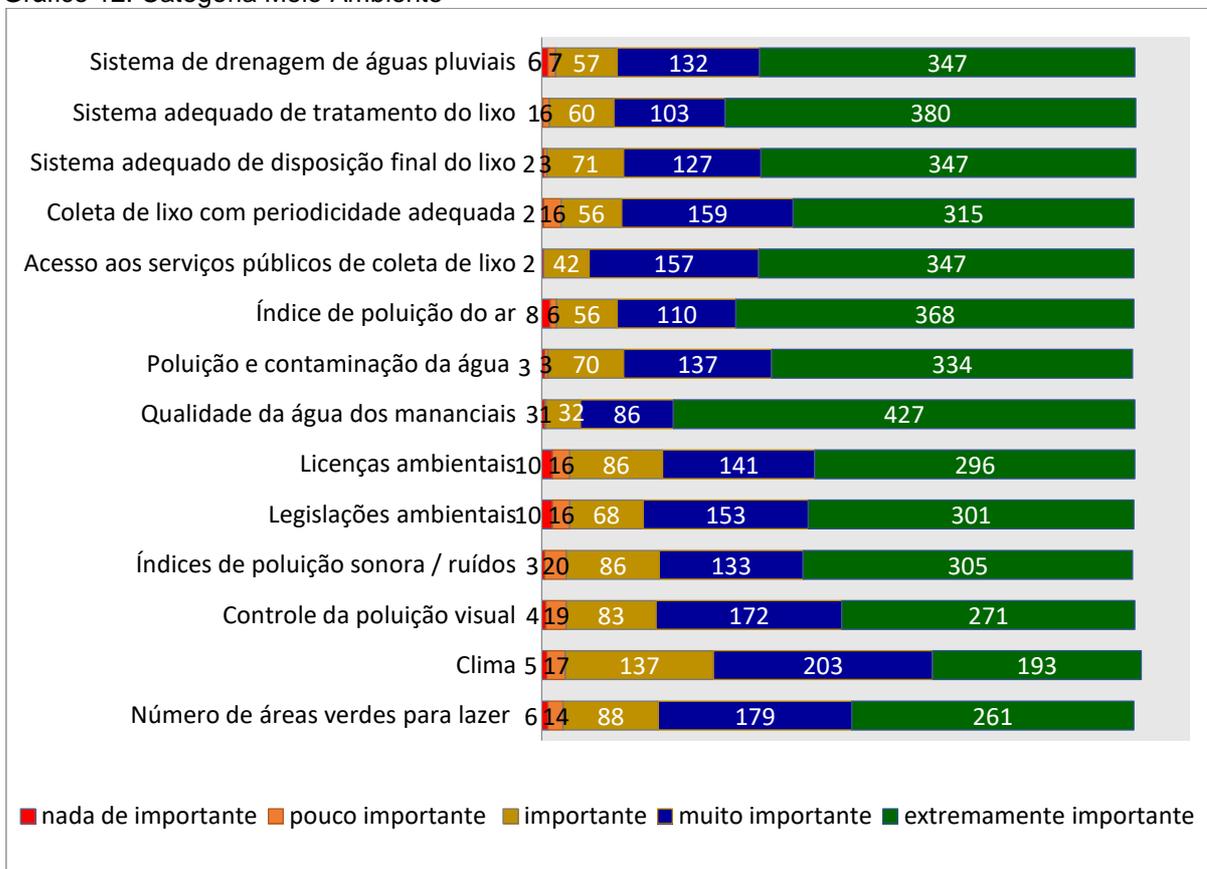
Observou-se que todos os integrantes da categoria economia são considerados extremamente importantes pelos respondentes, pois cada tema aborda assuntos que interessam a todos os cidadãos atualmente, com base neste contexto, o item que apresentou o maior número de respondentes foi o Acesso aos serviços públicos com 11%, seguido pelo Investimento público com 10%, os itens que atingiram os 9% cada um foi a distribuição de renda, as Despesas públicas e as Receitas Públicas. Os integrantes relacionados a Políticas geradoras de renda, Capacidade econômica financeira do município e o PIB municipal apresentou 8% cada, por fim, os temas como Concentração de renda, Grau de dependência da municipalidade de outros níveis de governo, Maturidade dos setores primário, secundário e terciário de produção e Padrão de renda média da população atingiram 7% cada um. Dessa forma se verificou a importância da economia para a vida dos cidadãos, pois é através dela que os governos estabelecem estratégias para equilibrar as contas sendo elas da União, Estados e Municípios.

De acordo com a literatura o Meio Ambiente é um dos pilares do Desenvolvimento Sustentável, por essa razão tem se tornado um dos assuntos mais debatido na atualidade em eventos nacionais e internacionais, pois o seu objetivo é propagar mecanismo eficientes para uma gestão ambiental de qualidade. A categoria Meio Ambiente apresenta como seus integrantes: a) Número de áreas verdes para lazer, b) Clima, c) Controle da poluição visual, d) Índices de poluição sonora/ruídos, e) Legislações ambientais, f) Licenças ambientais, g) Qualidade da água dos mananciais, h) Poluição e contaminação da água, i) Índice de poluição do ar, j) Acesso aos serviços públicos de coleta de lixo, k) Coleta de lixo com periodicidade adequada, l) Sistema adequado de disposição final do lixo, m) Sistema adequado de tratamento do lixo e n) Sistema de drenagem de águas pluviais. A média dessa categoria apresentou 4,63 pontos de importância em uma escala de 01 a 05, demonstrado no gráfico 12.

A categoria Meio Ambiente apresentou excelentes resultados, visto que para os participantes 13 integrantes dessa categoria são considerados expressamente importantes para a sociedade. A Qualidade da água dos mananciais ficou com 9%, seguido pelos itens Coleta de lixo com periodicidade adequada, Sistema adequado de tratamento do lixo, Índice de poluição do ar, Poluição e contaminação da água, Acesso aos serviços públicos de coleta de lixo, Sistema adequado de disposição

final do lixo e Sistema de drenagem de águas pluviais ambos apresentaram 8% cada um.

Gráfico 12: Categoria Meio Ambiente

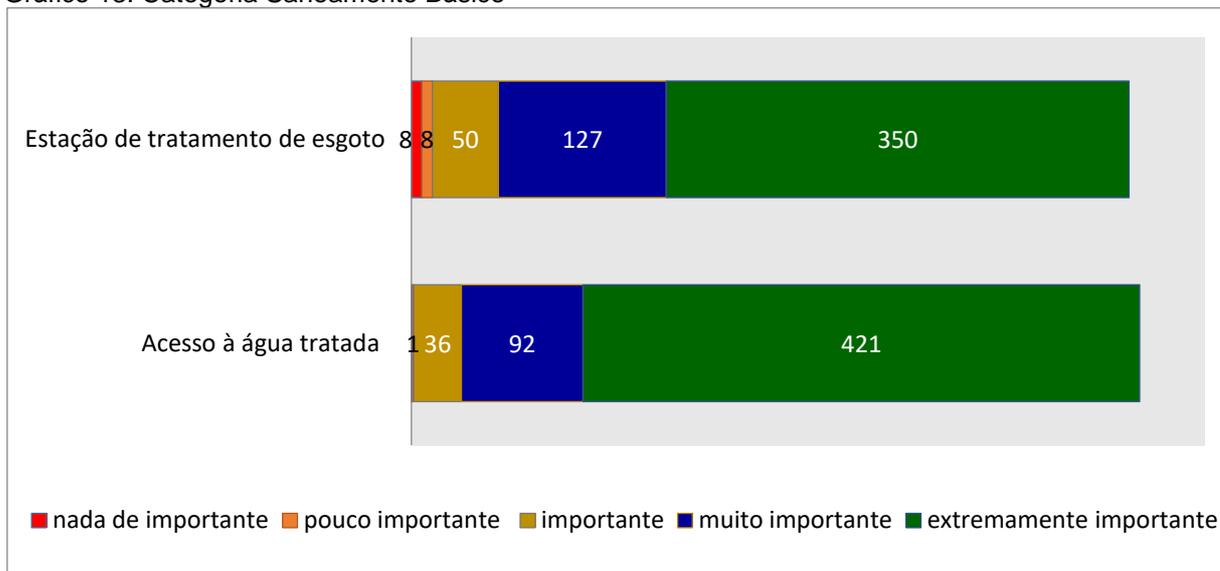


Fonte: elaborada pela autora

Os itens relacionados a Índices de poluição sonora/ruídos e Legislações ambientais atingiram 7% cada. Os últimos itens que atingiram a pontuação máxima foram Licenças ambientais, Controle da poluição visual e Número de áreas verdes para lazer atingindo 6% cada um. O item referente ao clima foi considerado muito importante pelos participantes ficando com 10%. Dessa forma foi possível verificar o quanto o meio ambiente é importante na vida das pessoas, pois é a missão como cidadãos de preservar a natureza e tudo que ela oferece. Pensando nisso, a matriz de práticas educativa de gestão pública vai levar até os cidadãos às informações ambientais dos municípios.

A categoria Saneamento Básico está representada pelos itens como: a) Acesso à água tratada e b) Estação de tratamento de esgoto. Sua média de importância totalizou 4,95 pontos em uma escala de 01 a 05, como demonstra o gráfico 13.

Gráfico 13: Categoria Saneamento Básico



Fonte: elaborada pela autora

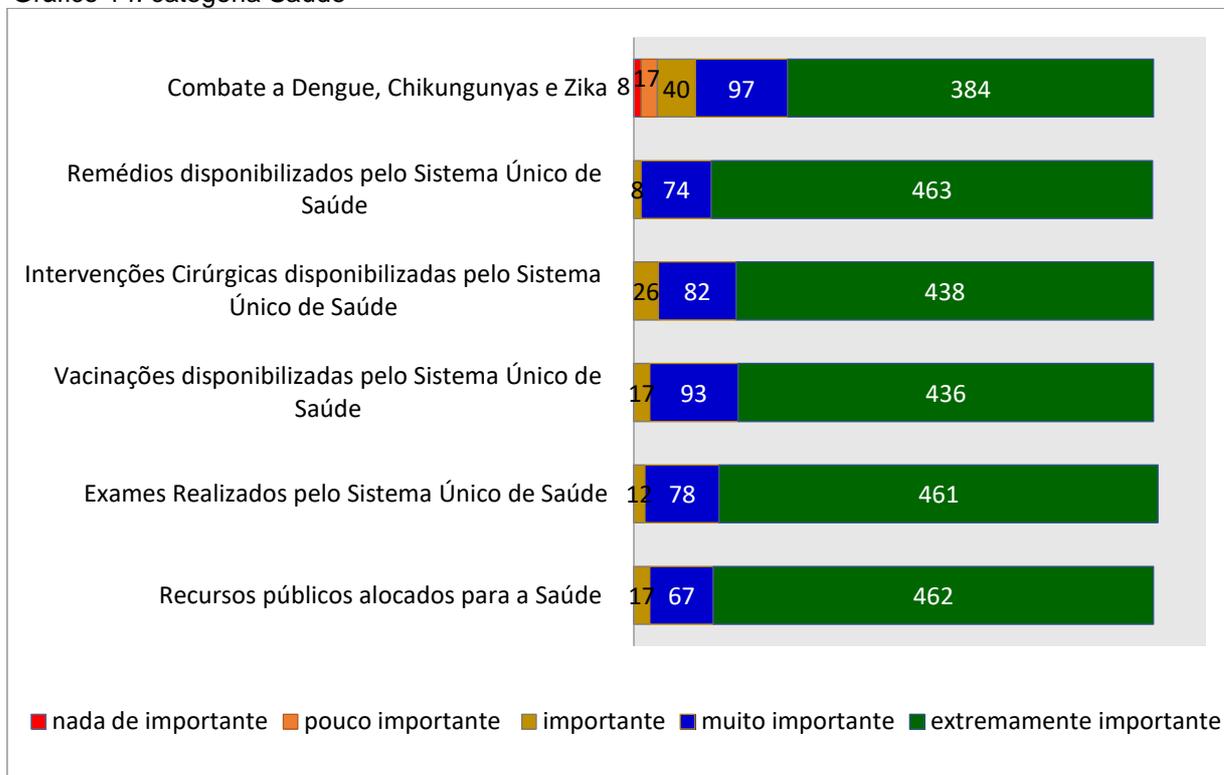
Para os participantes os integrantes que correspondem à categoria Saneamento Básico são extremamente importantes para a sociedade, sendo assim, o item que recebeu o maior número de participantes foi o Acesso à água tratada com 55%, seguido por Estação de tratamento de esgoto com 45%, isso só demonstra que o país, estados e municípios precisam estabelecer estratégias para solucionar os problemas enfrentados pela população por falta de um plano adequado de saneamento básico.

A Saúde Pública vem sofrendo com as consequências da crise econômica, pensando nisso a pesquisadora trouxe temas relevantes para ser analisados e discutidos pela sociedade na categoria saúde como: a) Recursos públicos alocados para a Saúde, b) Exames Realizados pelo Sistema Único de Saúde, c) Vacinações disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde, d) Intervenções Cirúrgicas disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde e) Remédios disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde e f) Combate à Dengue, Chikungunyas e Zika. A média de importância para esta categoria é de 5,22 pontos em uma escala de 01 a 05, como apresenta o gráfico 14.

A categoria Saúde apresentou excelentes resultados, visto que seus integrantes são considerados extremamente importantes pela sociedade. O item correspondente a Remédios disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde atingiu 18%, seguidos pelos itens Recursos públicos alocados para a Saúde, Exames

Realizados pelo Sistema Único de Saúde e Intervenções Cirúrgicas disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde ambos apresentaram 17% cada um.

Gráfico 14: categoria Saúde

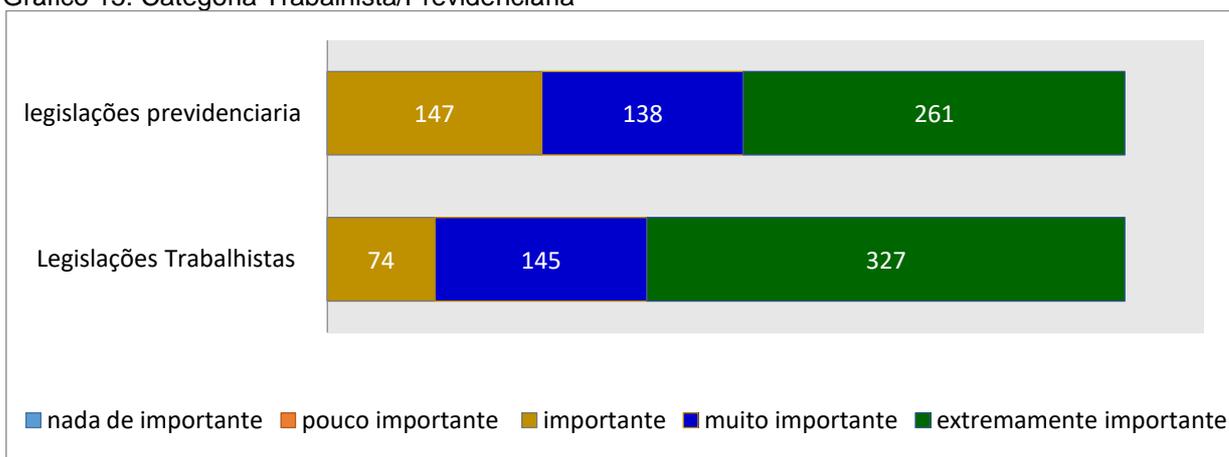


Fonte: elaborada pela autora

O item relacionado a Vacinações disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde atingiu 16% e o item Combate à Dengue, Chikungunyas e Zika ficou com apenas 15%. Com base nos resultados evidenciados foi possível verificar o interesse da sociedade nos assuntos relacionados à Saúde Pública que hoje precisa de atenção dos órgãos governamentais para estabelecer estratégias eficientes na elaboração de um plano de saúde que visa atender toda a população.

Os direitos trabalhistas e previdenciários foram estabelecidos na década de 30, pelo então presidente da república Getulio Vargas, desde então muitas coisas se modificou. Pensando nisso, a categoria Trabalhista/Previdenciária é composta pelos integrantes como: a) Legislações Trabalhistas e b) Legislações previdenciária, atingindo uma média de importância de 4,35 pontos em uma escala de 01 a 05, como demonstra o gráfico 15.

Gráfico 15: Categoria Trabalhista/Previdenciária



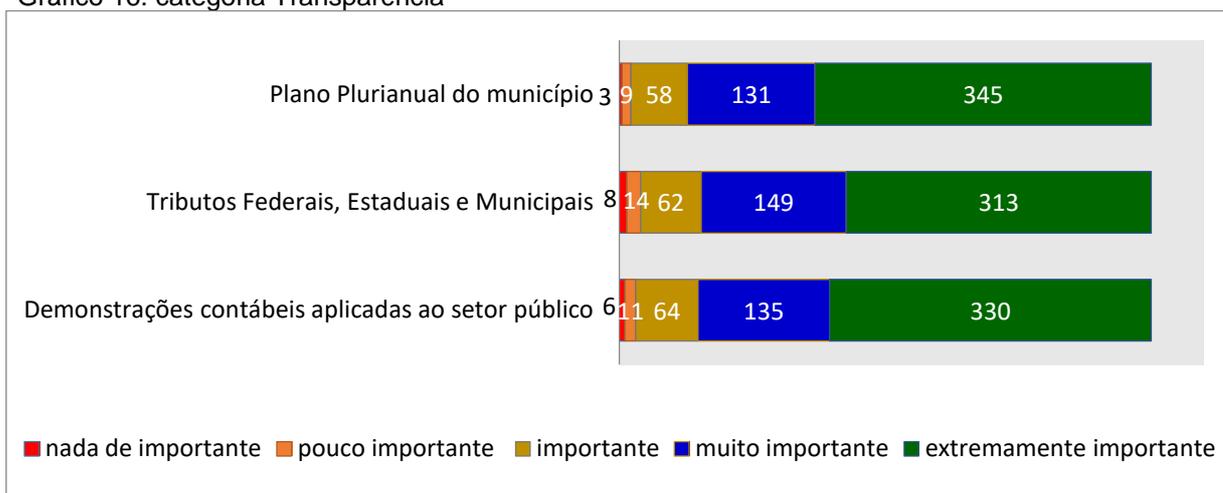
Fonte: elaborada pela autora

Os participantes afirmam que os integrantes da categoria Trabalhista/Previdenciária são extremamente importantes para a sociedade, o item que obteve o maior nível de importância foi as Legislações Trabalhistas com 56%, seguido pelas Legislações previdenciárias com 44%. Para tanto foi possível verificar o quanto são importantes as legislações trabalhistas e previdenciárias para os cidadãos. Na plataforma de práticas educativas constarão todas as legislações trabalhistas e previdenciárias vigentes atualmente.

Como o Brasil é um país democrático a Transparência tornou-se uma ferramenta indispensável nas entidades pública, pois é através da transparência que a sociedade fica sabendo onde são destinados os recursos públicos oriundos de impostos e taxas de contribuições. Dessa forma, a categoria Transparência apresenta como seus integrantes: a) Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, b) Tributos Federais, Estaduais e Municipais e c) Plano Plurianual do município, tendo uma média de 4,67 pontos de importância em uma escala de 01 a 05, apresentado no gráfico 16.

Os integrantes da categoria transparência foram considerados extremamente importantes pelos participantes, sendo que o item correspondente ao Plano Plurianual do município atingiu 35% da pontuação máxima, as Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público apresentaram 33% e os Tributos Federais, Estaduais e Municipais ficou com 32%. Atualmente com o auxílio da internet os órgãos públicos disponibilizam frequentemente suas informações no portal da transparência ou até mesmos nos próprios sítios, com o intuito de manter a sociedade atualizada e tornando possível a formação de opinião.

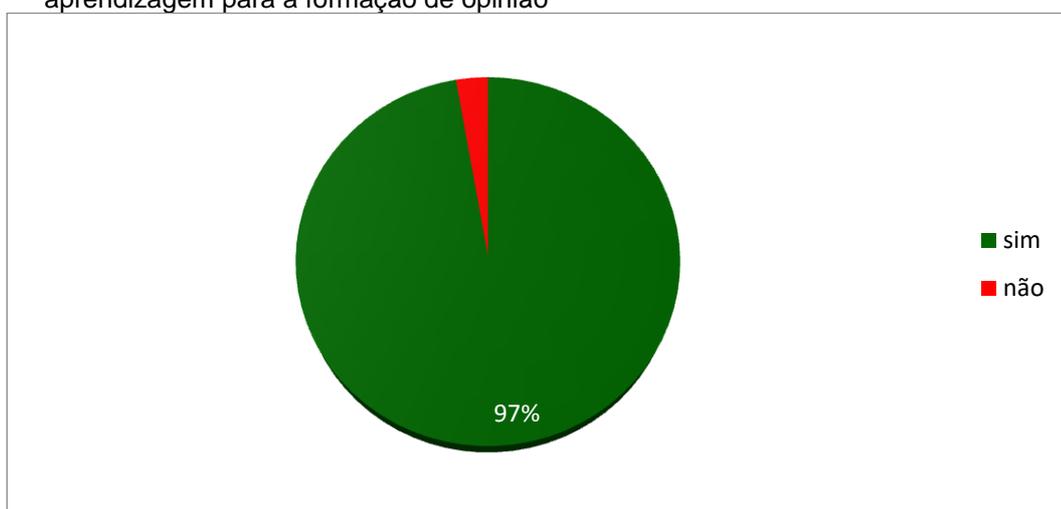
Gráfico 16: categoria Transparência



Fonte: elaborada pela autora

Por fim, foram questionados se a plataforma de prática educativa de gestão pública facilitaria a compreensão das informações públicas no processo de aprendizagem para a formação de opinião, e diante das análises realizadas verificou-se um grande número de respondentes que afirmam que a plataforma será sim um instrumento de auxílio na busca de informações referentes ao seu município, como demonstra o gráfico 17.

Gráfico 17: Facilidade na compreensão das informações públicas no processo de aprendizagem para a formação de opinião



Fonte: elaborada pela autora

Os 530 participantes alegam que a plataforma de práticas educativas de Gestão pública contribuirá no desenvolvimento do conhecimento dos cidadãos, pois possibilitará que os mesmos possam tirar suas dúvidas relacionadas sobre os

assuntos públicos, tornando possível a criação de ciclos de debates entre a sociedade e as entidades públicas.

3.1.1. Análise das informações para a elaboração da Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública

Com base no levantamento dos itens, foram analisadas as informações apresentadas nos sítios de 26 municípios da região das missões do Rio Grande do Sul, levando em consideração os integrantes que sobre a ótica dos cidadãos são extremamente importantes para a sociedade em geral.

As tabelas apresentadas relacionam os integrantes das categorias considerados extremamente importantes com as informações evidenciadas pelos municípios, para a obtenção da matriz de requisitos. Para tanto os municípios analisados foram Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre Ijuís, Eugenio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Antonio das Missões, Santo Ângelo, Sete de Setembro, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Ubiretama e Vitória das missões.

Canedo (2009) afirma que a cultura evoca interesses multidisciplinares, pois ela estuda a influência de valores, das crenças e hábitos culturais de uma sociedade, permitindo que todos tenham acesso a história de seus antepassados, através dos patrimônios históricos, na literatura, danças e artesanato, propondo também o desenvolvimento econômico da região. Assim, inicia-se apresentando os integrantes que compõem a categoria cultura, conforme a tabela 01.

A tabela 01 demonstrou que na categoria Cultura os municípios analisados deixam a desejar, porque os municípios não evidenciam todas as informações relacionadas à cultura e lazer nos seus sítios para a sociedade. 19 municípios procuram evidenciar em seus sítios o requisito eventos aberto para o público, seguido pelos requisitos Preservação do patrimônio histórico material e imaterial do município e Preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural que são evidenciados por 09 e 07 municípios. O requisito menos evidenciado nos sítios é o requisito Teatros, Cinemas, Centros Culturais, Bibliotecas e Museus, sendo evidenciado por 03 municípios apenas. Percebe-se que os municípios não possuem

interesses em apresentar as informações relacionadas à cultura e lazer em suas páginas eletrônicas.

Tabela 01: integrantes da categoria cultura

Municípios	Preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural	Preservação do patrimônio histórico material e imaterial do município	Eventos abertos ao público	Teatros, Cinemas, Centros Culturais, Bibliotecas e Museus
Bossoroca	■	■	■	■
Caibaté	■	■	■	■
Cerro Largo	■	■	■	■
Dezesseis de Novembro	■	■	■	■
Entre Ijuís	■	■	■	■
Eugenio de Castro	■	■	■	■
Garruchos	■	■	■	■
Giruá	■	■	■	■
Guarani das Missões	■	■	■	■
Mato Queimado	■	■	■	■
Pirapó	■	■	■	■
Porto Xavier	■	■	■	■
Rolador	■	■	■	■
Roque Gonzales	■	■	■	■
Salvador das Missões	■	■	■	■
Santo Antonio das Missões	■	■	■	■
Santo Ângelo	■	■	■	■
Sete de Setembro	■	■	■	■
São Borja	■	■	■	■
São Luiz Gonzaga	■	■	■	■
São Miguel das Missões	■	■	■	■
São Nicolau	■	■	■	■
São Paulo das Missões	■	■	■	■
São Pedro do Butiá	■	■	■	■
Ubiretama	■	■	■	■
Vitória das Missões	■	■	■	■

Legenda: ■ não evidenciado ■ pouco evidenciado ■ muito evidenciado

Fonte: elaborada pela autora.

Para Baruffi (2006) os Direitos Humanos estão relacionados com os conceitos de justiça, igualdade e democracia para a sociedade em geral. Sua finalidade é proteger a dignidade humana em todas as dimensões. Os itens identificados que representam a categoria Direitos Humanos estão elencados na tabela 02.

Tabela 02: integrantes da categoria Direitos Humanos

Municípios	Estatuto da Pessoa com Deficiência	Estatuto do Idoso	Estatuto da Criança e do Adolescente	Programas de incentivos e apoio fiscais
Bossoroca				
Caibaté				
Cerro Largo				
Dezesseis de Novembro				
Entre Ijuís				
Eugenio de Castro				
Garruchos				
Giruí				
Guarani das Missões				
Mato Queimado				
Pirapó				
Porto Xavier				
Rolador				
Roque Gonzales				
Salvador das Missões				
Santo Antonio das Missões				
Santo Ângelo				
Sete de Setembro				
São Borja				
São Luiz Gonzaga				
São Miguel das missões				
São Nicolau				
São Paulo das Missões				
São Pedro do Butiá				
Ubiretama				
Vitória das Missões				

Legenda: ■ não evidenciado ■ pouco evidenciado ■ muito evidenciado

Fonte: elaborada pela autora.

A tabela 02 demonstra que na categoria Direitos humanos os 26 municípios analisados não apresentam nenhuma informação dessa categoria em seus sítios para os cidadãos. Com base nos resultados apresentados é correto afirmar que a Plataforma de Práticas Educativa de Gestão pública será um instrumento de apoio para os municípios, pois na plataforma constarão todos os tipos de informação não evidenciadas nos sítios como foi no caso da categoria Direitos Humanos.

O conceito de Desenvolvimento Social é muito complexo, pois ele aborda um conjunto de políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2017). Assim, a tabela 03, apresenta-se os integrantes identificados da categoria de Desenvolvimento Social.

Tabela 03: integrantes da categoria Desenvolvimento Social

Municípios	Atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social	Programas de inclusão social no município
Bossoroca		
Caibaté		
Cerro Largo		
Dezesseis de Novembro		
Entre Ijuís		
Eugenio de Castro		
Garruchos		
Giruá		
Guarani das Missões		
Mato Queimado		
Pirapó		
Porto Xavier		
Rolador		
Roque Gonzales		
Salvador das Missões		
Santo Antonio das Missões		
Santo Ângelo		
Sete de Setembro		
São Borja		
São Luiz Gonzaga		
São Miguel das Missões		
São Nicolau		
São Paulo das Missões		
São Pedro do Butiá		
Ubiretama		
Vitória das Missões		

Legenda: ■ não evidenciado ■ pouco evidenciado ■ muito evidenciado
 Fonte: elaborada pela autora.

A tabela 03 demonstrou que dos 26 municípios analisados somente 07 municípios evidenciam algumas informações correspondendo aos programas que atendam crianças e adolescentes que estão em situação de riscos sociais. O município de Cerro Largo foi o único a apresentar informações em seu sitio sobre os Programas de inclusão social como o programa Bolsa-Família.

Para Viana (2006) a educação é o grande alimento que auxilia o ser humano no processo de desenvolvimento de suas habilidades físicas, mentais e intelectuais, dando ao indivíduo a autonomia de liberdade de escolha para o alcance dos objetivos pessoais e profissionais. A tabela 04 tem-se os integrantes que pertencem à categoria Educação.

Tabela 04: Integrantes da Categoria Educação

	Taxas de analfabetismo	Acesso aos serviços de educação especial	Qualificação dos educadores em todas as redes de ensino	Plano Nacional de Educação	Gasto público em percentual do PIB para a educação	Acessibilidade à instituição de ensino regular, técnico e superior	Acesso à biblioteca e/ou tele-centros (equipamentos de inclusão digital)	Oferta de vagas por rede de ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município.	Nº de Escolas por rede de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município	Taxas de rendimentos dos alunos por dependências administrativas
Bossoroca										
Caibaté										
Cerro Largo										
Dezesseis de Novembro										
Entre Ijuís										
Eugenio de Castro										
Garruchos										
Giruá										
Guarani das Missões										
Mato Queimado										
Pirapó										
Porto Xavier										
Rolador										
Roque Gonzales										
Salvador das Missões										
Santo Antonio das Missões										
Santo Ângelo										
Sete de Setembro										
São Borja										
São Luiz Gonzaga										
São Miguel das Missões										
São Nicolau										
São Paulo das Missões										
São Pedro do Butiá										
Ubiretama										
Vitória das Missões										

Legenda: ■ não evidenciado ■ pouco evidenciado ■ muito evidenciado

Fonte: elaborada pela autora.

A tabela 04 demonstrou que são poucos os municípios que apresentam informações relacionadas à educação. Algumas informações são evidenciadas nos sítios dos municípios como:

- a) Nº de Escolas por rede de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município, sendo evidenciado por 08 municípios (Cerro Largo, Entre Ijuís, Pirapó, Rolador, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões e Vitória das Missões).
- b) Plano Nacional de Educação, sendo evidenciado por 03 municípios apenas (dezesseis de novembro Mato Queimado e São Miguel das Missões).
- c) Qualificação dos educadores em todas as redes de ensino é evidenciada somente no município de Caibaté onde são realizadas palestras e debates para melhor a educação do município.

O crescimento econômico de um país, estados e municípios ocorre em função de sua trajetória de acumulação de fatores de produção, capital e trabalho, e da evolução do nível de eficiência com que a economia transforma tais fatores em produto. Para tanto é necessário que os governos federal, estadual e municipal estabeleçam estratégias que identificam e solucionam os problemas provocados pela crise econômica (NEGRI; ARAÚJO; BACELETTE, 2018). A tabela 05 apresenta-se os integrantes da categoria Econômica.

Tabela 05: Integrantes da Categoria Econômica

Municípios	Acesso aos serviços públicos	Investimento público	Distribuição de renda	Despesas públicas	Receita Pública	Políticas geradoras de renda	Capacidade econômica financeira	PIB	Concentração de renda	Grau de dependência da municipalidade de outros níveis de governo	Maturidade dos setores primário, secundário e terciário de produção	Padrão de renda média da população
Bossoroca												
Caibaté												
Cerro Largo												
Dezesseis de Novembro												
Entre Ijuís												
Eugenio de Castro												
Garruchos												
Girúá												
Guarani das Missões												
Mato Queimado												
Pirapó												
Porto Xavier												
Rolador												
Roque Gonzales												
Salvador das Missões												
Santo Antonio das Missões												
Santo Ângelo												
Sete de Setembro												
São Borja												
São Luiz Gonzaga												
São Miguel das Missões												
São Nicolau												
São Paulo das Missões												
São Pedro do Butiá												
Ubiretama												
Vitória das Missões												

Legenda: ■ não evidenciado ■ pouco evidenciado ■ muito evidenciado

Fonte: elaborada pela autora.

A tabela 05 demonstrou que todos os municípios analisados apresentam as informações relacionadas às despesas e receitas orçadas e executadas em seus sítios, para que os cidadãos possam verificar onde está sendo investindo o dinheiro público, mas deixam muito a desejar quanto às outras informações, pois elas não são evidenciadas pelos municípios. Dessa forma vale ressaltar a importância da plataforma de práticas educativas de gestão pública para os municípios e os cidadãos.

O processo de crescimento e urbanização dos municípios nas últimas décadas ocorreu de maneira desordenada, ocasionando vários transtornos ambientais para a população. Dessa forma, a recuperação e a preservação da natureza e rios tornaram se um grande desafio para a sociedade atualmente (Jackisch; Vieira, 2013). Na tabela 06 estão os integrantes pertencentes à categoria Meio Ambiente.

Tabela 06: Integrantes da Categoria Meio Ambiente

Municípios	Qualidade da água dos mananciais	Coleta de lixo	Sistema de tratamento do lixo	Índice de poluição do ar	Poluição e contaminação da água	Acesso aos serviços públicos de coleta de lixo	Sistema de disposição final do lixo	Sistema de drenagem de águas pluviais	Índices de poluição sonora/ruídos	Legislações ambientais	Licenças ambientais	Controle da poluição visual	Número de áreas verdes para lazer
Bossoroca													
Caibaté													
Cerro Largo													
Dezesseis de Novembro													
Entre Ijuís													
Eugenio de Castro													
Garruchos													
Girúá													
Guarani das Missões													
Mato Queimado													
Pirapó													
Porto Xavier													
Rolador													
Roque Gonzales													
Salvador das Missões													
Santo Antonio das Missões													
Santo Ângelo													
Sete de Setembro													
São Borja													
São Luiz Gonzaga													
São Miguel das Missões													
São Nicolau													
São Paulo das Missões													
São Pedro do Butiá													
Ubiretama													
Vitória das Missões													

Legenda: ■ não evidenciado ■ pouco evidenciado ■ muito evidenciado

Fonte: elaborada pela autora.

A tabela 06 demonstrou que são poucos os municípios que evidenciam suas informações referentes à categoria meio ambiente nos sítios dos municípios analisados. A informação coleta de lixo apresentou o maior número de município que a evidenciam, sendo os municípios de Cerro Largo Entre Ijuís, Porto Xavier, Santo Ângelo e São Borja. Seguidos pela informação Legislações ambientais que são evidenciadas pelos municípios de Entre Ijuís, Santo Ângelo e São Borja. A informação correspondente a Acesso aos serviços públicos de coleta de lixo é evidenciada pelos municípios Cerro Largo e São Borja e por fim, a informações sobre Licenças ambientais é evidenciado somente nos municípios de Giruá e Santo Ângelo.

Todos os cidadãos têm o direito de ter acesso a um Saneamento Básico, pois ele abrange um conjunto de políticas preventivas, com a finalidade de prevenir as doenças e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos (TRATA BRASIL, 2012). A Tabela 07 apresenta os integrantes que compõem a categoria Saneamento Básico.

Tabela 07: Integrantes da Categoria Saneamento Básico

Municípios	Acesso à água tratada	Estação de tratamento de esgoto
Bossoroca		
Caibaté		
Cerro Largo		
Dezesseis de Novembro		
Entre Ijuís		
Eugenio de Castro		
Garruchos		
Giruá		
Guarani das Missões		
Mato Queimado		
Pirapó		
Porto Xavier		
Rolador		
Roque Gonzales		
Salvador das Missões		
Santo Antonio das Missões		
Santo Ângelo		
Sete de Setembro		
São Borja		
São Luiz Gonzaga		
São Miguel das Missões		
São Nicolau		
São Paulo das Missões		
São Pedro do Butiá		
Ubiretama		
Vitória das Missões		

Legenda: ■ não evidenciado ■ pouco evidenciado ■ muito evidenciado

Fonte: elaborada pela autora.

A tabela 07 demonstrou que dos 26 municípios analisados, apenas oito apresentam um plano de saneamento básico em seus sítios. Os municípios que evidenciam o plano de saneamento básico são: Bossoroca, Caibaté, Giruá, Pirapó, Porto Xavier, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Nicolau. Dessa forma, foi possível verificar a importância do plano de saneamento básico para os municípios, pois são através deles que os cidadãos podem ter acesso a água tratada e uma estação de tratamento de esgoto de qualidade, reduzindo o risco de doenças causadas pela falta de saneamento básico.

O conceito de saúde pública abrange uma série de fatores complexos que interceptam entre si como alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego, lazer e liberdade, garantindo a qualidade de vida dos cidadãos que necessariamente precisam dos serviços públicos de saúde (PINHO, et.al. 2012). Na tabela 08 estão os integrantes pertencentes à categoria Saúde.

Tabela 08: integrantes da categoria Saúde

Municípios	Remédios pelo SUS	Recursos públicos alocados para a Saúde	Exames pelo SUS	Intervenções Cirúrgicas pelo SUS	Vacinações pelo SUS	Combate a Dengue, Chikungunya e Zika
Bossoroca						
Caibaté						
Cerro Largo						
Dezesseis de Novembro						
Entre Ijuís						
Eugenio de Castro						
Garruchos						
Giruá						
Guarani das Missões						
Mato Queimado						
Pirapó						
Porto Xavier						
Rolador						
Roque Gonzales						
Salvador das Missões						
Santo Antonio das						

Missões						
Santo Ângelo						
Sete de Setembro						
São Borja						
São Luiz Gonzaga						
São Miguel das Missões						
São Nicolau						
São Paulo das Missões						
São Pedro do Butiá						
Ubiretama						
Vitória das Missões						

Legenda: ■ não evidenciado ■ pouco evidenciado ■ muito evidenciado

Fonte: elaborada pela autora.

A tabela 08 demonstrou que as informações apresentadas na categoria Saúde não são evidenciadas nos sítios dos municípios, exceto as campanhas de conscientização sobre Combate à Dengue, Chikungunya e Zika, que abordam métodos auxilia no combate do mosquito *Aedes Aegypti*.

A Consolidação das Leis do Trabalho é um conjunto de legislações complexas que abrange os direitos e deveres de todos os cidadãos que possuem vínculos empregatícios. A previdência social é um seguro social, sobre o qual o cidadão contribui mensalmente, garantindo uma renda ao cidadão que no momento não estar em condições de trabalhar (CLT, 2017; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2004). A tabela 09 apresenta os integrantes correspondentes à categoria trabalhista e previdenciária.

Tabela 09: Integrantes da Categoria Trabalhista/Previdenciária

Municípios	Legislações Trabalhistas	Legislações previdenciárias
Bossoroca		
Caibaté		
Cerro Largo		
Dezesseis de Novembro		
Entre Ijuís		
Eugenio de Castro		
Garruchos		
Girúá		
Guarani das Missões		
Mato Queimado		
Pirapó		

Porto Xavier		
Rolador		
Roque Gonzales		
Salvador das Missões		
Santo Antonio das Missões		
Santo Ângelo		
Sete de Setembro		
São Borja		
São Luiz Gonzaga		
São Miguel das Missões		
São Nicolau		
São Paulo das Missões		
São Pedro do Butiá		
Ubiretama		
Vitória das Missões		

Legenda: ■ não evidenciado ■ pouco evidenciado ■ muito evidenciado

Fonte: elaborada pela autora.

A tabela 09 demonstrou que nenhum municípios evidenciam as legislações trabalhistas em seus sítios, por outro lado, as legislações previdenciárias são evidenciadas por cinco municípios apenas.

A transparência pública é fundamental, pois é através dela que os cidadãos possam analisar o desempenho diário, mensal e anual das esferas: federal, estaduais e municipais. (MINISTÉRIO DA TRANSPARENCIA, 2018). Na tabela 10 estão os integrantes da categoria Transparência.

Tabela 10: Integrantes da Categoria Transparência

Municípios	Plano Plurianual do município	Tributos Federais, Estaduais e Municipais	Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público
Bossoroca			
Caibaté			
Cerro Largo			
Dezesseis de Novembro			
Entre Ijuís			
Eugenio de Castro			
Garruchos			
Giruá			
Guarani das Missões			
Mato Queimado			
Pirapó			
Porto Xavier			
Rolador			
Roque Gonzales			
Salvador das Missões			
Santo Antonio das Missões			
Santo Ângelo			
Sete de Setembro			
São Borja			
São Luiz Gonzaga			
São Miguel das Missões			

São Nicolau			
São Paulo das Missões			
São Pedro do Butiá			
Ubiretama			
Vitória das Missões			

Legenda: ■ não evidenciado ■ pouco evidenciado ■ muito evidenciado

Fonte: elaborada pela autora.

A tabela 10 demonstrou que os municípios de São Borja e São Paulo das Missões apresentam as informações como o Plano Plurianual do município, Tributos Federais, Estaduais e Municipais e as Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público em seu sítio, para que os cidadãos possam analisar o desempenho financeiro e os planos estratégicos do município. Enquanto os outros municípios apresentam somente as informações referentes a Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, e por fim, a informação correspondente aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais é pouco evidenciada nos municípios de Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Guarani das Missões, Porto Xavier, Santo Antonio das Missões, Santo Ângelo e São Miguel das Missões.

Para finalizar esse tópico, foi realizada uma análise demonstrando quais os municípios que apresentaram um número maior de evidenciação das informações consideradas extremamente pela sociedade.

Tabela 11: Números de informações evidenciadas pelos municípios.

Município	Categoria Cultura	Categoria Direitos Humanos	Categoria Desenvolvimento social	Categoria Educação	Categoria Economia	Categoria Meio Ambiente	Categoria Saneamento Básico	Categoria Saúde	Categoria Trabalhista/Previdenciária	Categoria Transparência	Total de informação evidenciada
Bossoroca	2	0	2	0	2	0	2	1	0	3	12
Caibaté	1	0	2	1	2	0	2	1	0	2	11
Cerro Largo	1	0	2	1	2	2	0	1	0	3	12
Dezesseis de Novembro	1	0	0	1	2	0	0	1	0	1	6
Entre Ijuís	2	0	0	1	2	2	0	1	1	1	10
Eugenio de Castro	1	0	0	0	2	0	0	1	1	2	7
Garruchos	1	0	0	0	2	0	0	1	0	1	5
Giruá	1	0	0	0	2	1	2	1	0	1	8
Guarani das Missões	3	0	0	0	2	0	0	1	0	3	9
Mato Queimado	1	0	0	1	2	0	0	1	0	1	6
Pirapó	1	0	0	1	2	0	2	1	0	1	8
Porto Xavier	1	0	2	0	2	1	2	1	0	3	12
Rolador	0	0	0	1	2	0	0	1	1	1	6
Roque Gonzales	0	0	0	0	2	0	0	1	0	1	4
Salvador das Missões	1	0	0	0	2	0	0	1	0	1	5
Santo Antonio das Missões	0	0	0	0	2	0	0	1	1	2	6
Santo Ângelo	1	0	0	0	2	3	2	1	1	2	12
Sete de Setembro	0	0	0	0	2	0	0	1	0	1	4
São Borja	4	0	0	1	2	3	0	1	0	3	14
São Luiz Gonzaga	3	0	2	1	2	0	2	1	0	1	12
São Miguel das Missões	3	0	2	2	2	0	0	1	0	2	12
São Nicolau	4	0	2	0	2	0	2	1	0	1	12
São Paulo das Missões	1	0	0	0	2	0	0	1	0	3	7
São Pedro do Butiá	3	0	0	0	2	0	0	1	0	1	7
Ubiretama	2	0	0	0	2	0	0	1	0	1	6
Vitória das Missões	1	0	0	1	2	0	0	1	0	1	6

Fonte: elaborada pela autora.

A tabela 11 demonstrou a quantidade de informações relacionadas à Gestão públicas evidenciadas nos sítios dos municípios. Dentre os municípios analisados, os quais que apresentaram maior número de informações foram os municípios de São Borja, Bossoroca, Cerro Largo, Porto Xavier, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, Caibaté e Entre Ijuís.

3.2 INFORMAÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA EVIDENCIADAS PELOS MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS MISSÕES - AMM

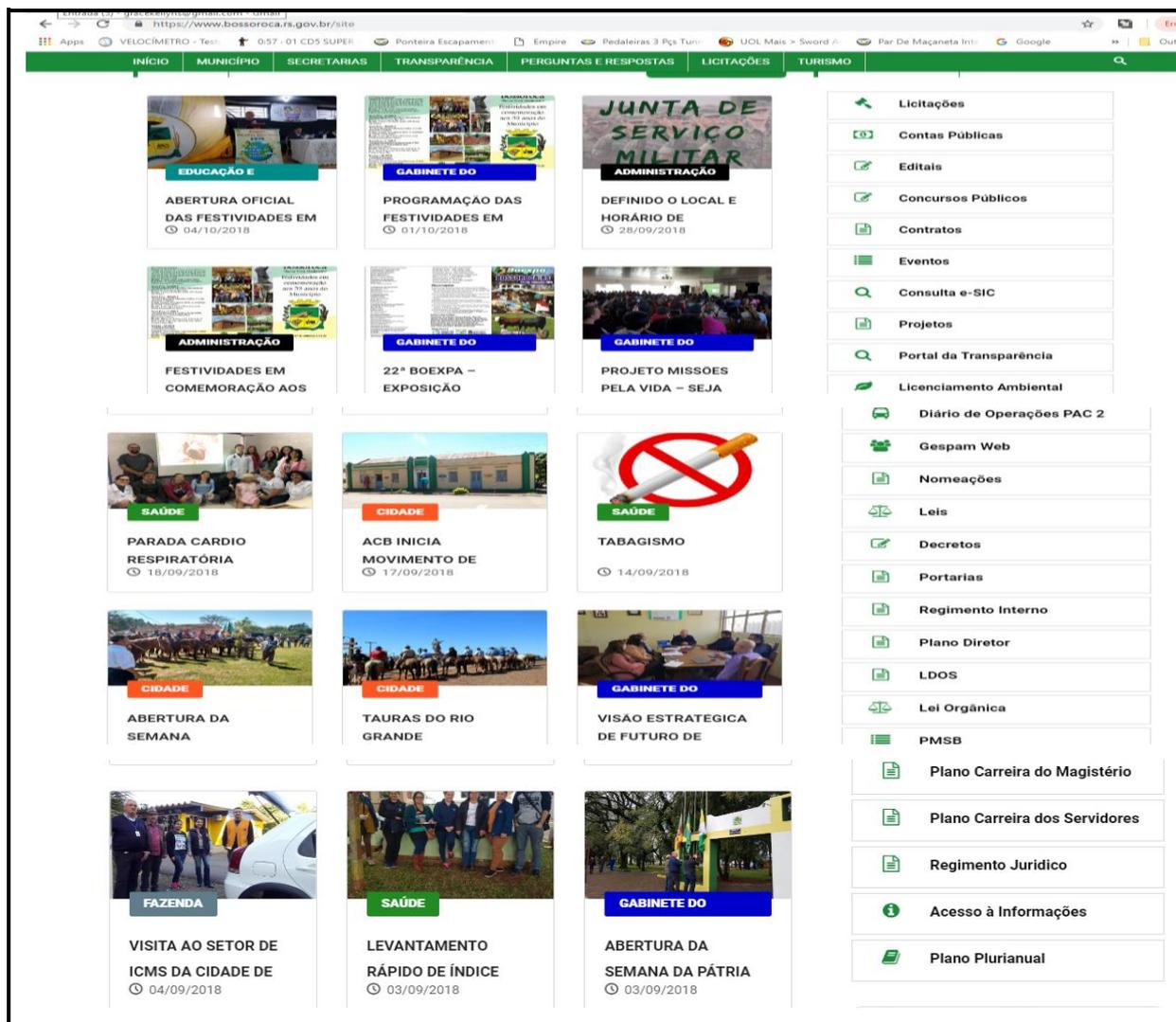
Os municípios foram escolhidos com base no levantamento das informações consideradas pelos cidadãos extremamente importantes para a sociedade. Portanto foram realizadas análises nos municípios de Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Entre Ijuís, Porto Xavier, Santo Ângelo, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões e São Nicolau, a fim de verificar o quanto os municípios são transparentes para com seus cidadãos.

3.2.1. Bossoroca

Bossoroca foi emancipada em 12 de outubro de 1965, atualmente o município de Bossoroca é composto por 6.801 habitantes. Tendo como atividade econômica a produção de soja e do trigo, pecuária e a atividade comercial e serviços (PREFEITURA DE BOSSOROCA, 2018).

A figura 09 representa o sitio da prefeitura de Bossoroca onde são encontradas as informações disponibilizadas sobre o município.

Figura 09: Sitio da Prefeitura de Bossoroca



Fonte: prefeitura de Bossoroca (2018)

A prefeitura de Bossoroca disponibiliza em seu sitio diversas abas que tem por finalidade evidenciar informações sobre temas pertinentes a gestão Pública, sendo assim apresentada:

- a) **Início:** na aba esta evidenciada as informações correspondentes aos eventos municipais, Licitações, Contas Públicas, Concursos Realizados No Município, Contratos, Consultas ao E-SIC, Projetos, Licenciamento Ambiental, Diário das Operações do PAC, Gespam Web, Nomeações, Legislações, Decretos, Portarias, Regimento Interno, Plano Diretor, LDOS, Lei Orgânica, PMSB, Plano de Carreira do Magistério, Plano de Carreira dos Servidores Municipais, Regimento Jurídico, Acesso a Informação e o Plano Plurianual.

- b) **Município:** nesta aba estão evidenciadas as informações referentes à Ata de Instalações do Município, Bandeira e Brasão, Biblioteca Pública, Contato, Dados Gerais, Denominação da Buena Terra, Emancipação e história do município, Históricos dos Prefeitos e o Museu Municipal.
- c) **Secretarias Municipais:** aqui são apresentadas as oito secretarias e o gabinete do Prefeito. No município de Bossoroca tem as secretarias da Fazenda, Saúde, Administração, Agricultura e Meio Ambiente, Assistência Social, Educação e Cultura, Obras e Trânsitos, e, Turismo e Desenvolvimento Econômico.
- d) **Transparência:** as informações evidenciadas dizem a respeito ao desempenho financeiro do município como as receitas, despesas, diárias e relatórios financeiros das demonstrações contábeis.
- e) **Perguntas e Respostas:** correspondem as dúvidas dos cidadãos quanto a podas e árvores públicas que apresentam riscos de quedas.
- f) **Turismo:** são apresentados diversos pontos turísticos do município como a Cerca de pedras, Casa de pedra, Cemitério dos cativos, Estátua de Noel Guarany, Igrejinha, Mausoléu de Noel Guarany, sobrados e senzalas e Vossorocas.

3.3.2. Caibaté

O município de Caibaté foi emancipado em 15 de maio de 1966, Caibaté abrange cerca de 5.000 habitantes. No município a cultura predominante é alemã, pois fica evidente em suas festas as características alemãs como é o caso do baile de Kerp, onde além da apresentação do grupo de danças típicas alemãs SONNENTRAHL, onde são realizados leilões regados a Chopp e guloseimas. Além disso, Caibaté é conhecido por seus folclores como lendas campeiras jesuítas e casos e cantigas antigas (RIO GRANDE DO SUL TURISMO, 2018).

A figura 10 refere-se ao sitio da prefeitura de Caibaté, onde são encontradas as informações relacionadas à gestão pública.

Figura 10: Sítio da Prefeitura de Caibaté

The screenshot displays the website of the Prefeitura de Caibaté. At the top, there is a navigation bar with tabs for INÍCIO, GOVERNO MUNICIPAL, CONTATOS, PERGUNTAS E RESPOSTAS, AGENDA, PASSE LIVRE ESTUDANTIL, and PMSB. Below this is a vertical menu on the left with buttons for various services: Concurso Público 2018, Processo Seletivo 01/2018, Legislação Digitalizada, Contas Públicas, Contratos, Editais, Legislação Municipal, Licitações, e-SIC, Consulta e-SIC, ISS-e / NFS-e, Portal da Transparência, Portal do Servidor, and Atas.

The main content area features a grid of news cards. The first row includes: 'EDITAL 06/2018 - INSCRIÇÕES PARA' (05/10/2018), 'I RÚSTICA CAIBATÉ' (05/10/2018), and '2º PASSEIO CICLÍSTICO ACONTECE NESTE' (30/08/2018). The second row includes: 'ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO-2019 É' (30/08/2018), 'CICLO DE PALESTRAS IDEALIZADO PELA AMM' (30/08/2018), and 'FILME "MARTÍRIO" CONTARÁ A HISTÓRIA DO' (30/08/2018).

Below the news cards are three banners: 'PMSB Plano Municipal de Saneamento Básico', 'Publicação Preços Registrados', and 'Nota Fiscal Gaúcha'. To the right is a banner for 'Educação e bons costumes é a nossa obrigação'.

At the bottom, there are two sections: 'ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES' and 'PREVISÃO DO TEMPO'. The 'ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES' section lists: 'CONCORRÊNCIA PÚBLICA' (08/10/2018 08h42min), 'EDITAL 06/2018 e DECRETO - INSCRIÇÕES LOTEAMENTO COSTA DO FORTE' (05/10/2018 12h56min), 'Relatório de Avaliação de Metas Fiscais - 2º Quadrimestre 2018' (28/09/2018 15h50min), and 'PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2018 - AQUISIÇÃO E RECAPAGEM DE PNEUS' (28/09/2018 11h17min). The 'PREVISÃO DO TEMPO' section shows forecasts for: 'Seg - 08/10/2018' (31°C Máx, 17°C Mín), 'Ter - 09/10/2018' (27°C Máx, 19°C Mín), and 'Qua - 10/10/2018' (27°C Máx, 18°C Mín).

Fonte: prefeitura de Caibaté (2018)

No sítio da prefeitura de Caibaté as informações de gestão pública são evidenciadas da seguinte forma:

- Início:** são evidenciadas as informações como Concursos Públicos, Legislações Municipais, Contas Públicas, Contratos, Editais, Licitações, e-SIC, Consultas aos ISS e as NFe, Portal da Transparência, Portal do Servidor, Previsões do tempo atualizadas e as Atas.
- Governo Municipal:** são apresentadas as seis secretarias do município e também o gabinete do prefeito. Caibaté conta com as secretarias de Administração/Planejamento, Agricultura, Educação/Cultura/Turismo, Finanças, Obras/Saneamento/Transito e Saúde/Ação social.
- Contatos:** aqui são evidenciadas as informações como os telefones de cada secretaria e da própria prefeitura.
- Agenda:** está relacionada aos Eventos Municipais.

- e) **Passe Livre Estudantil:** é programa desenvolvido pelo município com o propósito de garantir o transporte escolar para crianças e jovens de baixa renda.
- f) **Plano Municipal de Saneamento básico:** nessa aba apresentam-se todas as estratégias municipais, garantindo que todos os cidadãos possam ter acesso a um saneamento básico adequado.

3.3.3 Cerro Largo

Cerro Largo foi emancipado em 04 de outubro de 1902, o município abriga mais de 13 289 habitantes, sua base econômica é composta pela agricultura e pecuária (soja, trigo, milho, suinocultura e gado de leite), Prestação de serviços, Comércio e Indústrias. Além disso, Cerro Largo é conhecido por sua flora abundante e pela cultura Alemã (PREFEITURA DE CERRO LARGO, 2018).

A figura 11 apresenta o sitio de Cerro Largo, onde o município disponibiliza as informações públicas para os cidadãos.

Figura 11: Sitio da Prefeitura de Cerro Largo

The screenshot shows the website of the Prefeitura de Cerro Largo. The top navigation bar includes links for INÍCIO, MUNICÍPIO, GABINETE, SECRETARIAS, ASSESSORIAS, TRANSPARÊNCIA, PERGUNTAS E RESPOSTA, and LEGISLAÇÃO. Below the navigation bar, there are two main sections: NOTÍCIAS and ACESSO RÁPIDO.

NOTÍCIAS

- Administración:** Comunicado (DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA, 05/10/2018)
- Assistência:** CAPACITAÇÃO EQUIPE DO CRAS (04/10/2018)
- Administración:** ATENÇÃO PARA OS CONTEMPLADOS NO CPF NA NOTA (04/10/2018)
- Assistência:** CONTEMPLADOS NO (04/10/2018)
- Educação:** COOPERCAUN - CRAS, (01/10/2018)
- Educação:** DIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA PE. JOSÉ (28/09/2018)
- Esportes:** FINAIS DO CAMPEONATO (28/09/2018)
- Esportes:** CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA (28/09/2018)

ACESSO RÁPIDO

- Emissão IPTU 2018
- Contracheque Online
- Transparência
- e-SIC
- Ouvidoria
- Contas Públicas
- Eventos
- Concursos e Seleções
- Leis Municipais
- Licitações
- Contratos
- Portal do Cidadão
- Portal Ambiental
- ITBI online
- Nota Fiscal Eletrônica
- Cidadão Mobile
- Gespam Web
- Bolsa Família

At the bottom of the page, there are three promotional banners: "Calendário de Eventos", "Conheça Cerro Largo", and "PPA PLANO PLURIANUAL 2018-2021".

Fonte: prefeitura de Cerro Largo (2018)

A Prefeitura de Cerro Largo disponibiliza em seu sitio as seguintes informações:

- a) **Início:** nessa aba são evidenciadas as Notícias Municipais, Emissão do IPTU, Contracheques dos Servidores, E-SIC, Ouvidoria, Contas públicas, eventos, Concursos/Seleções, Licitações, Contratos, Portal do cidadão, Portal Ambiental, ITB

Online, Nota Fiscal Eletrônica, Cidadão Mobile, Gespam Web, Bolsa Família e Plano Plurianual.

- b) **Município:** são encontradas informações sobre o Município, Dados Gerais, Historia, e Contato da Prefeitura.
- c) **Gabinete:** são evidenciadas informações sobre Chefe de gabinete, Estrutura Administrativa, Galeria de Prefeitos.
- d) **Secretarias:** a Administração Municipal de Cerro Largo é composta por nove secretarias sendo ela: Administração, Agricultura/Econômica, Educação/Cultura, Fazenda, Saúde, Esporte, Obras/transporte, Indústria/Comercio/Turismo e Trabalho/assistência Social.
- e) **Acessória:** aqui o cidadão encontra informações sobre as acessórias de comunicação, jurídica e Planejamento.
- f) **Transparência:** as informações evidenciadas dizem a respeito ao desempenho financeiro do município como as receitas, despesas, diárias e relatórios financeiros das demonstrações contábeis.
- g) **Perguntas frequentes:** os cidadãos geralmente possuem algumas duvida como as solicitações de alvarás, coletas de lixos e também em relação ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).
- h) **Legislações:** são evidenciadas as legislações municipais, para que os cidadãos seus direitos e deveres. Além de ser uma ferramenta de estudos para aqueles que estão querendo fazer um concurso municipal

3.3.4 Entre Ijuís

O município de Entre Ijuís foi emancipado em 13 de abril de 1988, atualmente o município conta com 8.938 habitantes e sua atividade econômica é basicamente a agricultura (PREFEITURA DE ENTRE IJUÍS).

A figura 12 demonstra o sitio da prefeitura de Entre Ijuís, onde o município evidencia as informações de gestão pública para os cidadãos.

Figura 12: Sitio da Prefeitura de Entre Ijuís



Fonte: prefeitura de Entre Ijuís (2018)

No sitio da prefeitura de Entre Ijuís encontram-se informações referentes ao portal do contribuinte, Nota Fiscal Eletrônica, Portal da Transparência, Acesso a informação, Portal dos Convênios Municipais, Licitações, legislações municipais, Eventos e Notícias do município.

3.3.5 Porto Xavier

Porto Xavier foi emancipado em 15 de maio de 1966, o município abrange 10.580 habitantes, sua atividade econômica se baseia na atividade portuária desenvolvida na região atualmente (ROTA MISSÕES, 2018).

A figura 13 representa o sitio da prefeitura de Porto Xavier, onde são encontradas as informações públicas disponibilizadas pelo município.

Figura 13: Sítio da Prefeitura de Porto Xavier

The screenshot displays the official website of the Municipality of Porto Xavier. At the top, there is a navigation menu with the following items: INÍCIO, MUNICÍPIO, SECRETARIAS, GABINETE, INFORMAÇÕES, CONTROLE INTERNO, and LEGISLAÇÃO. Below the menu is a banner image of a rural landscape.

The main content area is divided into several sections:

- NOTÍCIAS**: A grid of news items with categories like FAZENDA, DESENVOLVIMENTO, OBRAS, SAÚDE, and ASSISTÊNCIA SOCIAL. Each item includes a title, a date, and a small image.
- ACESSO RÁPIDO**: A sidebar with quick links to various services such as Portal da Transparência, Licitações, Legislação Municipal, Ouvidoria, CRESU, e-SIC, SICONV, Portal do Servidor, and Portal do Cidadão.
- Notícias do Esporte**: A dedicated section for sports news with a colorful logo.
- Assistência Social**: A section for social assistance programs.

At the bottom of the page, there are four informational banners: PPA (Plano Plurianual 2018-2021), Horário de Balsa, LOA (Lei Orçamentária Anual), and LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Fonte: prefeitura de Porto Xavier (2018)

A prefeitura de Porto Xavier disponibiliza para os cidadãos todas as informações relacionadas à gestão públicas em seu sitio, sendo assim apresentadas:

- a) **Início:** são evidenciadas informações sobre Portal da Transparência, Licitações, Ouvidoria, CRESU, e-SIC, SICOV, Portal do Cidadão, Portal do Servidor, NF-e/ISS, Consultar e-SIC, contratos, contas públicas, Números da LAI, Portal Ambiental, LTCAT, Concursos/Seleções, Editais, Diárias, FAPS, Gespam Web, Repasses/Transferências, Programas Ação Projetos de Obras, Patrimônio Público, Plano Plurianual, Horário da Balsa, Lei orçamentária Anual e Lei das Diretrizes Orçamentária.
- b) **Município:** História do Município, contatos da prefeitura de Porto Xavier, e o mapa do Município.
- c) **Secretarias:** O município apresenta nove secretarias sendo elas: Administração, Agricultura/Saneamento/Meio Ambiente, assistência Social/Habitação, Coordenação/Planejamento, Desenvolvimento/Turismo/MERCOSUL, Educação/Cultura/Desporto, Fazenda, Obras/Infraestrutura e Saúde. Além de apresentar informações relacionadas a escolas públicas Municipais.
- d) **Gabinete:** informações relacionadas ao Prefeito e o Vice-Prefeito do município.
- e) **Informações:** nessa aba são apresentadas as informações sobre a Frota de Veículos Municipais, o Quadro Funcional e Perguntas Frequentes
- f) **Controle Interno:** aqui os cidadãos encontram informações sobre Decreto/Lei/Portarias de Controle Interno no município e Relatórios de Gestão.
- g) **Legislações:** são evidenciadas as legislações municipais, para que os cidadãos seus direitos e deveres. Além de ser uma ferramenta de estudos para aqueles que estão querendo fazer um concurso municipal.

3.3.6 Santo Ângelo

Santo Ângelo foi um dos sete povos das missões fundado pelo padre jesuíta Diogo Haze em 1706, sendo assim, a Redução de Santo Ângelo foi consagrada ao Anjo Custódio das Missões (aquele que tem a custódia, a guarda), o protetor de todos os povos missioneiros. Em 22 de março de 1873, santo Ângelo torna-se um

dos municípios do noroeste do Rio Grande Sul, atualmente o município abriga mais de 80.000 habitantes (PREFEITURA DE SANTO ÂNGELO, 2018)

O sitio da prefeitura Santo Ângelo é estruturado em abas para melhor compreensão e visualização das informações e serviços disponibilizados pela prefeitura, conforme demonstra a figura 14.

Figura 14: sitio da prefeitura de Santo Ângelo



Fonte: prefeitura de Santo Ângelo (2018)

Na aba site do município estão disponibilizadas as informações relevantes à agenda de eventos, notícias, as secretarias e coordenadorias do município, os concursos públicos realizados no município e as legislações sobre os incentivos a cultura/esporte.

O portal Gepam Web fornece para prefeitura o acesso nas informações referentes à contabilidade, tributos, recursos humanos e controle assim como o Educar Web que permite o acesso do município para as informações relacionadas à educação municipal.

No portal do contribuinte estão disponibilizados serviços como: a nota fiscal eletrônica, Emissão do IPTU, Emissão da Certidão Negativa, Emissão da Certidão Positiva, Protocolos. Emissão da Certidão Negativa Imobiliária, Emissão da Certidão

Positiva Imobiliária, Autenticidade de Certidão. O portal da do servidor também disponibiliza para os servidores públicos os serviços como consultas de contracheques, consultas das férias e o histórico do servidor na administração pública municipal.

O portal da transparência e o portal das contas públicas do município demonstram a execução orçamentária municipal, também disponibiliza as informações relacionadas a despesas, receitas, patrimônio, licitações/contratos, convênios abrangidos para a população e servidores públicos, além de abordar a Lei da Responsabilidade Fiscal. Já o portal de gestão ambiental encontra-se desativado.

Na aba legislações municipais são encontradas as leis e decretos vigentes no município. E por fim, Santo Ângelo também aderiu ao aplicativo cidadão móvel possibilitando aos cidadãos um contato direto aos serviços oferecidos pela administração pública municipal.

3.3.7 São Borja

São Borja foi uma das reduções dos sete povos que foi construída pelos padres jesuítas e índios guaranis em 1682. Durante essa época São Borja foi cenário de importâncias batalhas como, por exemplo, a guerra do Paraguai, mas em 21 de maio de 1830 São Borja torna-se um município com pouco mais de 61.671 habitantes. A base econômica do município é a agricultura, possui também serviços de logísticas. Na área da educação São Borja tornou-se um município universitário, pois ele conta com três universidades federais sendo elas Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), garantindo a todos os cidadãos o direito de estudar (PREFEITURA DE SÃO BORJA, 2018).

A figura 15 representa o sitio de São Borja, onde o município disponibiliza suas informações públicas para todos os cidadãos.

Figura 15: sitio da prefeitura de São Borja



Fonte: prefeitura de São Borja (2018)

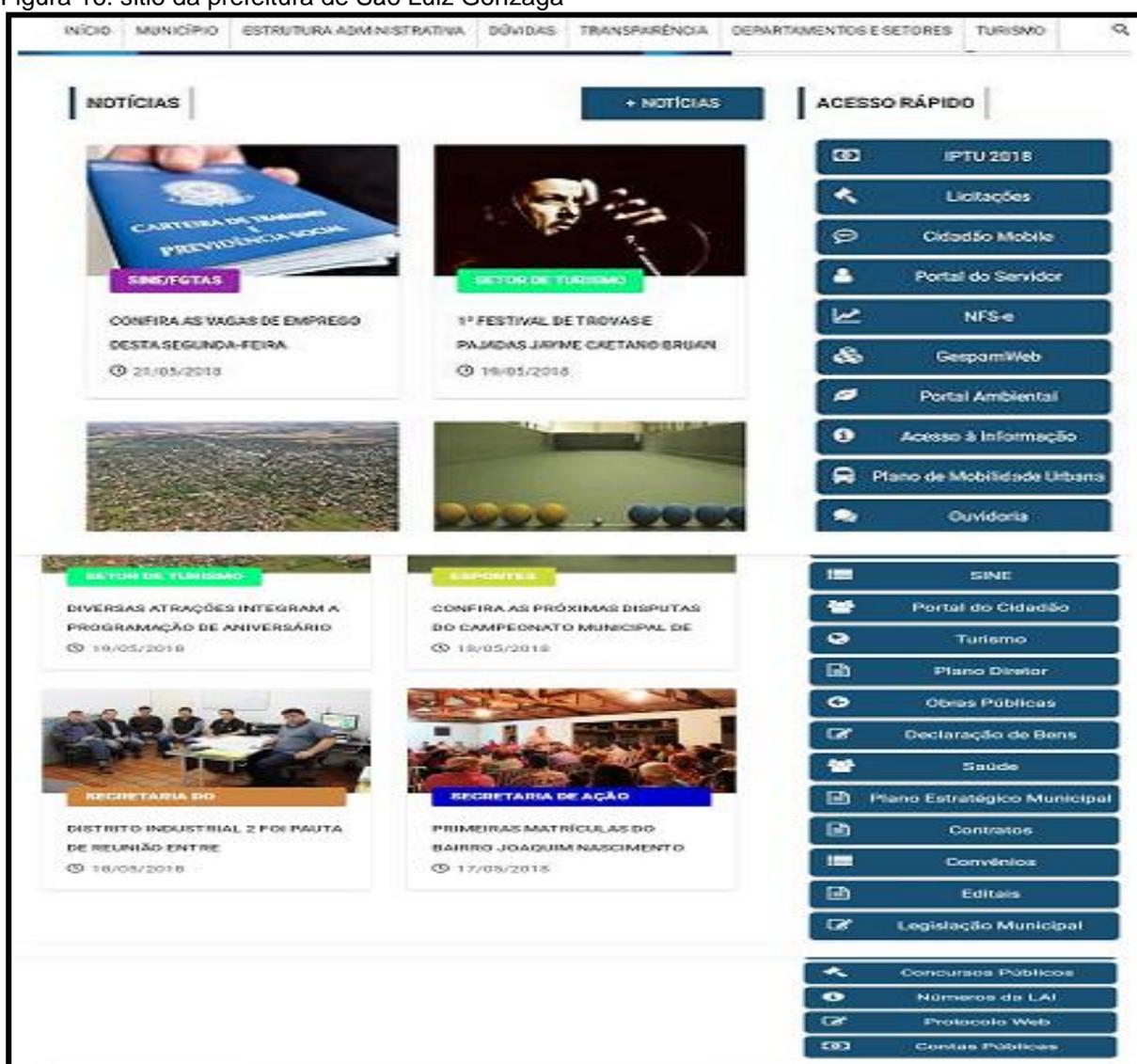
A Prefeitura de São Borja disponibiliza as seguintes informações em seu site.

- a) **Página Inicial:** são evidenciadas as informações referentes ao município, prefeitura, secretarias, empreendedor, acesso às informações, serviço central de conteúdos, além das notícias destaques de São Borja.
- b) **Cidadão Web/Protocolo Web:** aqui o cidadão encontra os serviços disponibilizados pela prefeitura.
- c) **Nota Fiscal Eletrônica/Livros Eletrônico:** as empresas prestadoras de serviços devem emitir suas notas fiscais e retirar suas guias de ISS mensais

3.3.8 São Luiz Gonzaga

São Luiz Gonzaga também foi uma redução jesuíta criada pelo Padre Miguel Fernandes em 1687 e foi emancipada em 03 de junho de 1880. Atualmente o município é composto por mais de 34.000 habitantes, sua atividade econômica é agricultura e pecuária (PREFEITURA DE SÃO LUIZ GONZAGA, 2018). O site da prefeitura de São Luiz Gonzaga disponibiliza muitas informações a respeito da gestão pública como demonstra a figura 16.

Figura 16: sitio da prefeitura de São Luiz Gonzaga



Fonte: prefeitura de São Luiz Gonzaga (2018)

No sitio da prefeitura de São Luiz Gonzaga o contribuinte poderá ter acesso aos documentos relacionados ao plano estratégico do município e o plano diretor sobre o qual estabelecem detalhes de como será administrado o município para os quatro anos seguintes. Também fornece informações referentes aos concursos públicos, licitações, convênios realizados e as legislações e decretos vigentes no município. A transparência e as contas públicas demonstram a capacidade do município para a execução orçamentária, também disponibiliza as informações relacionadas a despesas, receitas, patrimônio, investimentos, recursos financeiros para as obras realizadas na cidade.

O portal de gestão ambiental fornece o acesso aos cidadãos para a solicitação de licenças ambientais. Com o avanço da tecnologia o município de são

Luiz Gonzaga criou duas páginas no Facebook, sendo uma para o turismo que demonstra para os cidadãos os pontos turísticos do município e a outra para a saúde que disponibiliza informações relacionadas à saúde pública municipal para os cidadãos.

O portal do contribuinte disponibiliza para os cidadãos os serviços oferecidos pela entidade como a nota fiscal eletrônica, Emissão do IPTU, Emissão da Certidão Negativa, Emissão da Certidão Positiva, Protocolos. Emissão da Certidão Negativa Imobiliária, Emissão da Certidão Positiva Imobiliária, Autenticidade de Certidão. O portal da do servidor também disponibiliza para os servidores públicos os serviços como consultas de contracheques, consultas das férias e o histórico do servidor na administração pública municipal.

No SINE estão disponibilizadas as vagas de emprego na região, assim como os serviços oferecidos para a comunidade como a requisição e entrega de carteiras de trabalho, confecção de carteiras de identidade, encaminhamento de seguro-desemprego. São Luiz Gonzaga também possui o aplicativo cidadão móvel com objetivo de interagir com a população sobre os assuntos de gestão pública.

3.3.9 São Miguel das Missões

O município de São Miguel das Missões também foi umas das reduções constituídas pelos padres jesuítas e índios guaranis em 1687, foi nesse período que a redução obteve grande desenvolvimento e num processo de transculturação os índios guarani vão gradualmente absorvendo a cultura européia, transformando-se em hábeis artífices, metalúrgicos, tipógrafos, escultores, pintores, músicos, ceramistas, canteiros e fabricantes de instrumentos musicais. Mas com as expulsões dos padres jesuítas e dos índios em 1768, a redução de São Miguel das missões passou a ser governados pelos espanhóis e portugueses causando uma grande guerra guaraníca que ocasionou a derrota dos índios, antes de abandonar suas terras, os índios ateiam fogo às suas residências e ao Colégio. Portanto esse período um marco importante para a história do Brasil, pois em 1983 o sítio arqueológico de São Miguel foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, onde recebe milhares de turistas do mundo inteiro (PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES, 2018)

São Miguel das Missões foi emancipado em 29 de abril de 1988, atualmente o município conta com mais de 7.421 habitantes, sua base econômica é composta pela agricultura/pecuária (soja, trigo, arroz e milho, ovino, equinos, bovinos e suínos), além disso, o município agrega o turismo como fonte geradora de empregos, sendo possível transformá-lo como a principal atividade econômica do município (SÃO MIGUEL DAS MISSÕES/RS, 2018). A figura 17 demonstra o sitio da prefeitura de São Miguel das Missões, onde o município disponibiliza as informações públicas para todos os cidadãos.

Figura 17: Sitio da Prefeitura de São Miguel das Missões.

The screenshot displays the official website of the Municipality of São Miguel das Missões. At the top, there is a green navigation bar with the following menu items: INÍCIO, MUNICÍPIO, SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS, CONTATOS, AOS TURISTAS, and TOUR 360*. Below the navigation bar, the page is divided into two main sections: NOTÍCIAS and ACESSO RÁPIDO.

The NOTÍCIAS section features a grid of news items, each with a thumbnail image, a category label, a title, and a date. The categories include:

- AÇÃO SOCIAL:**
 - LEGISLATIVO MUNICIPAL REPASSA (10/10/2018)
 - MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL É (10/10/2018)
 - ADMINISTRAÇÃO INICIA AMPLIAÇÃO DO (10/10/2018)
- SAÚDE:**
 - VISITAM PONTOS (05/10/2018)
 - 3º SEMINÁRIO DE (03/10/2018)
 - NOVEMBRO AZUL. (03/10/2018)
- FAZENDA:**
 - CONTEMPLADOS - NOTA FISCAL GAÚCHA (02/10/2018)
- EDUCAÇÃO:**
 - PALESTRA HISTÓRIA E TURISMO NAS (02/10/2018)
- SAÚDE:**
 - GRUPO DE EMAGRECIMENTO - (02/10/2018)

The ACESSO RÁPIDO section provides quick access to various municipal services and information, including:

- Vídeo Institucional
- Portal da Transparência
- e-SIC
- E-mail
- Licitações
- Portal do Servidor
- Gespam Web
- Portal Ambiental
- Ouvidoria
- Consulta e-SIC
- Editais
- Concursos e Seleções
- Legislação Municipal
- Contas Públicas
- Educação Fiscal
- Legislação Digitalizada
- Portal do Cidadão
- CODIGO DE POSTURA

Fonte: prefeitura de São Miguel das Missões

No sitio da prefeitura de São Miguel das Missões as informações de gestão pública são evidenciadas da seguinte forma:

a) **Início:** são evidenciadas as informações como Vídeo Institucional, Portal da Transparência, e-SIC, E-mail, Licitações, Portal do Servidor, Gespam Web, Portal

Ambiental, Ouvidorias, Consulta do e-SIC, Editais, Concursos/Seleções, Legislações Municipais Digitalizadas, Contas Públicas, Educação Fiscal, Portal do Cidadão e Código de postura.

- b) **Município:** constam informações sobre Gabinetes do Prefeito/Vice-Prefeito, Hino Municipal e a História de São Miguel das Missões.
- c) **Secretarias:** são apresentadas as oito secretarias do município sendo as secretarias da Fazenda, de Ação Social, Administração, Agricultura, Educação, Obras /Transito, Saúde e Turismo.
- d) **Departamentos:** aqui se encontram informações relacionadas à COMDICA, Departamento Municipal de Transito, Departamento Municipal de Meio Ambiente e o Setor de Planejamento Municipal.
- e) **Contatos:** aqui são evidenciadas as informações como o endereço e os telefones da prefeitura Municipal.
- f) **Aos Turistas:** os cidadãos poderão encontrar informações sobre as Agencias de turismos, Aplicativos de Guias Turísticas, Atrativos turísticos, Eventos Municipais, Mapas do Município, Restaurantes, Hotéis e Roteiros Turísticos.
- g) **Tour 360º:** sabendo que o sítio arqueológico de São Miguel é um Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, os cidadãos estrangeiros poderão encontrar as informações e quatro idiomas sendo eles: Espanhol, Frances, Inglês e Português.

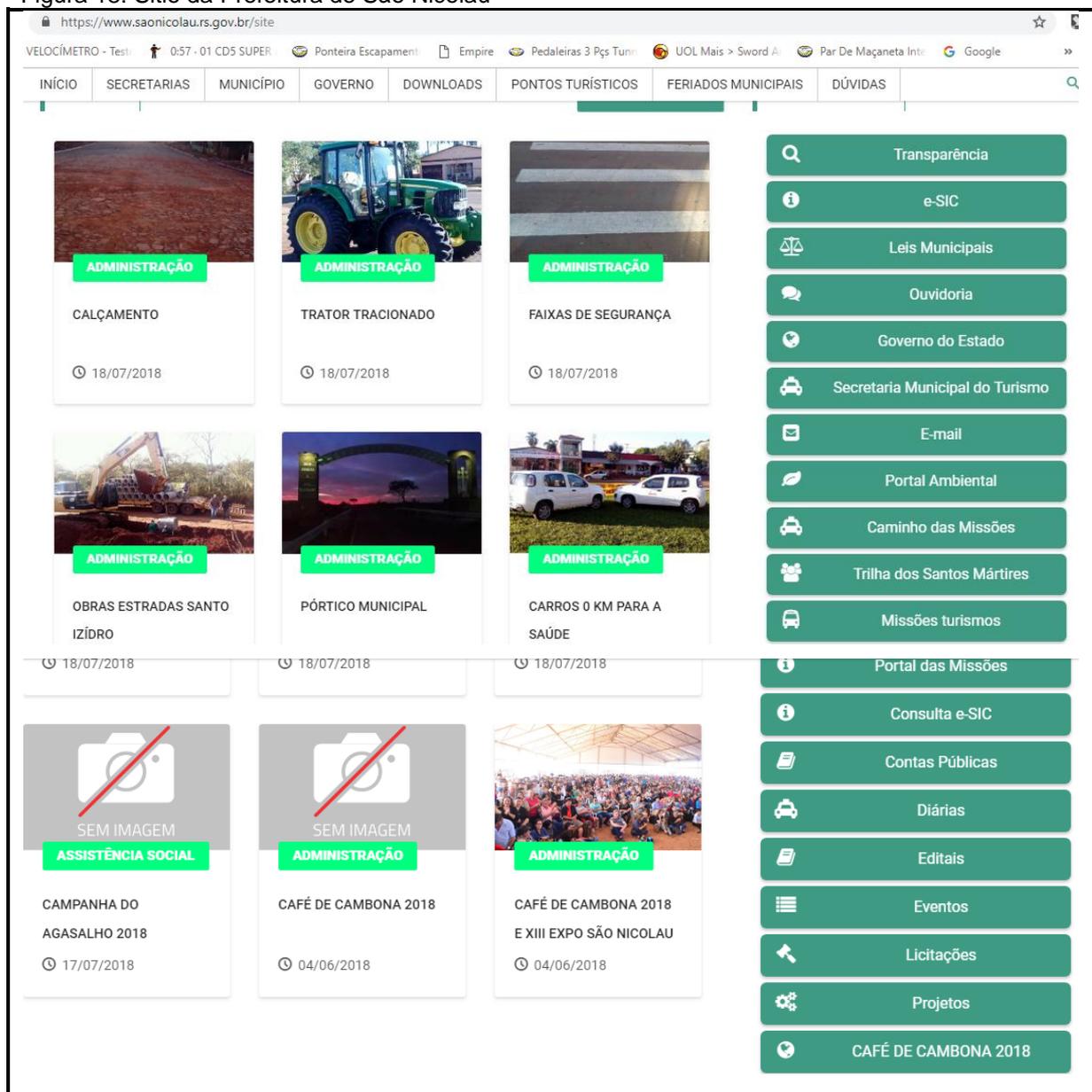
3.3.10 São Nicolau

São Nicolau foi a primeira redução jesuítica fundada à margem esquerda do Rio Uruguai por ação do padre jesuíta Roque Gonzalez, em 1626. Por este motivo é conhecida como a Primeira Querência do Rio Grande. Neste período os índios trabalhavam na agricultura para que o povoado crescesse economicamente, mas um tornado devastou o destruiu, e logo depois de um ano novamente construído e recuperado das consequências deixadas pelo tornado, um incêndio se alastrou na maior parte do povoado, pondo fim nos sonho dos índios e padres que ali habitavam.

Em decorrência dos fatos históricos contribuíram em muito para a emancipação do município que ocorreu em 03 de 1966, atualmente São Nicolau abrange 5.727 habitantes, sua base econômica é a agricultura.

A figura 18 refere-se ao sitio da prefeitura de São Nicolau, onde o município disponibiliza as informações para todos os cidadãos.

Figura 18: Sitio da Prefeitura de São Nicolau



Fonte: prefeitura de São Nicolau

A prefeitura de São Nicolau tem disponibilizado as seguintes informações em seu sitio.

a) **Início:** são evidenciadas as informações sobre Portal da Transparência, e-SIC, Legislações Municipais, Ouvidoria, Governo do Estado, Secretaria Municipal de turismo, E-mail, Portal Ambiental, Caminho das Missões, Trilha dos Santos Mártires,

Missões turismos, Portal das Missões Consulta do e-SIC, Contas Públicas, Diárias, Editais, Eventos, Licitações, Projetos e Café de Cambona.

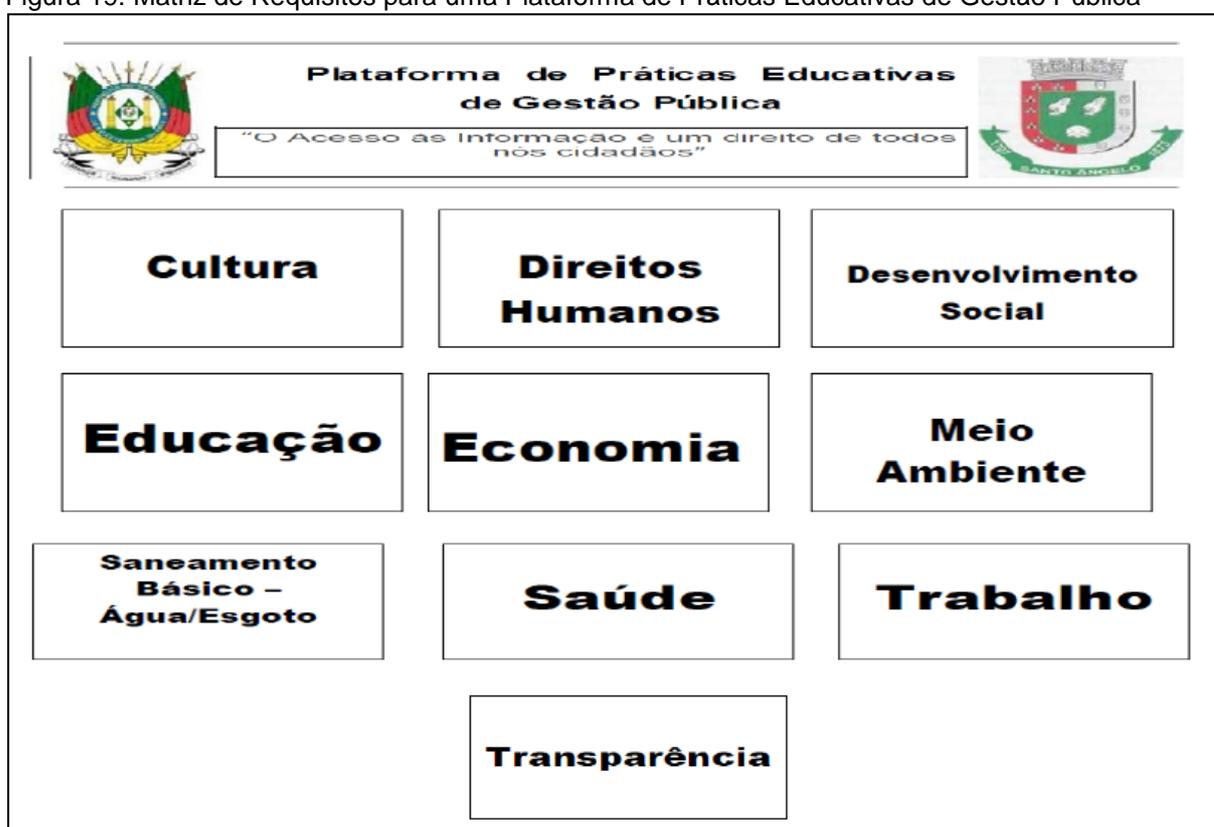
- b) **Secretarias:** são apresentadas as oito secretarias do município sendo as secretarias da Administração, Agricultura/Pecuária/Meio Ambiente, Educação/Cultura, Fazenda, Habitação, Obras, Planejamento, Saúde e Turismo.
- c) **Município:** constam informações sobre os Conselhos Municipais, Contatos da prefeitura de São Nicolau e a História do Município.
- d) **Governo:** são evidenciadas as informações sobre o Prefeito e o seu Vice.
- e) **Downloads:** os cidadãos poderão baixar gratuitamente as informações sobre Extratos do Estatuto CRESU, Lei Orgânica do Município, Logomarca, Mapa das Missões, Mapa Urbano, Plano Municipal de Saneamento Básico, Regulamento Interno e Regulamento e Ficha de Inscrição para a Rainha do Município e Rainha do Café de Cambona.
- f) **Pontos Turísticos:** as informações evidenciadas correspondem a Adegas Jesuítas, Cabildos, Casa de Pedra, Imagens Sacras, Passo do Padre – Santo Izidro, Sítio Arqueológico de São Nicolau e Sobrado da Família Silva.
- g) **Feriados Municipais:** os cidadãos encontram informações relativas sobre o dia 03 de maio, data que se comemora a fundação histórica de São Nicolau e no dia 06 de dezembro, data que se comemora o dia do Santo São Nicolau.
- h) **Dúvidas:** aqui são evidenciadas as informações como Farmácia Básica, Licenciamento Ambiental e do Regulamento para a Rainha do Município e Rainha do Café de Cambona, evento que ocorre anualmente no município.

Os municípios apresentados pela pesquisadora foram os municípios que mais divulgam suas informações em seus sítios para os cidadãos. Dessa forma, foi possível verificar a importância das informações públicas para o desenvolvimento socioeducativo dos cidadãos, sendo esse o objetivo proposto pela Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública.

3.4. MATRIZ DE REQUISITOS PARA UMA PLATAFORMA DE PRÁTICAS EDUCATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA PARA MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

A Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública é composta por dez categorias: Cultura, Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Educação, Economia, Meio Ambiente, Saneamento Básico, Saúde, Trabalhista/Previdenciária e Transparência, conforme demonstra a figura 19.

Figura 19: Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública



Fonte: elaborada pela autora

Para tanto, os requisitos que compõem as categorias da Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública são assim apresentados.

3.4.1. Categoria Cultura

O Ministério da cultura admite que "as políticas para a cultura ainda ocupam posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas

de forma pouco profissional” (2012, pg.11). Pois muitos cidadãos pensam que a cultura é um assunto da sociedade e que por isso o Estado deve intervir o mínimo possível, e outros acreditam que a sociedade e o estado devam atuar juntos no desenvolvimento e crescimento da cultura trazendo benefícios econômicos e responsabilidade socioambiental para as regiões.

Na Categoria Cultura compõem-se os seguintes requisitos Preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural, Preservação do patrimônio histórico material e imaterial do município, Eventos abertos ao público e Teatros/Cinemas/Centros Culturais/Bibliotecas/Museus, como demonstra a figura 20.

Figura 20: Categoria Cultura



Fonte: elaborada pela autora

3.4.1.1. Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Cultural do Município

O requisito Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Cultural está intimamente ligado à identidade local, bem como aos valores históricos e artísticos dos municípios, pois o patrimônio arquitetônico destaca os períodos importantes que marcaram a história dos municípios.

Dessa forma é possível visualizar através das edificações históricas os processos de transformação dos municípios, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico.

Nesse sentido, é importante ressaltar a importância que os cidadãos e os órgãos públicos competentes precisam se unir para preservar o patrimônio arquitetônico, pois ele carrega uma bagagem repleta de histórias que levaram vários municípios a serem turísticos.

3.4.1.2. Preservação do patrimônio histórico material e imaterial do município

O requisito Preservação do patrimônio histórico material e imaterial do município é definido como a preservação da identidade cultural de um povo, isto é, manter vivos os registros dos acontecimentos que marcaram a história de um município.

Segundo o Ministério da cultura (2009) o patrimônio histórico material e imaterial é composto por duas definições bem distintas, o patrimônio histórico material é formado por um conjunto de bens arqueológico, paisagístico, etnográfico e artesanatos. Por outro lado, temos Patrimônio histórico imaterial corresponde a um conjunto de costumes e tradições de um povo.

Portanto é imprescindível que todos se conscientizem da importância de preservar os bens materiais e imateriais que fazem parte da nossa identidade cultural, podendo assim auxiliar no desenvolvimento turístico e econômico dos municípios.

3.4.1.3. Eventos abertos ao público

Todos os municípios proporcionam momentos de lazer e descontração para a sociedade, promovendo shows, festivais de músicas, teatro e eventos esportivos e etc.

O requisito Eventos abertos ao público abordará uma série de eventos realizados no município, cujo objetivo é apresentar para os turistas de outras regiões os diversos eventos que se encontra nos municípios, podendo ser reconhecido externamente como o município de Santo Ângelo, conhecido como Terra da Fenamilho e muitos outros.

3.4.1.4. Teatros, Cinemas, Centros Culturais, Bibliotecas e Museus

No documento apresentado pelo ministério da cultura em 2012 afirmou que houve uma redução expressiva quanto aos espaços culturais devido à falta de estrutura e incentivos dos municípios para a cultura.

Em consequência disso, o governo tem estabelecido metas para os municípios em relação aos espaços culturais, pois esses espaços criam oportunidades para que os cidadãos possam expressar suas habilidades artísticas através dos livros, teatros e centros culturais.

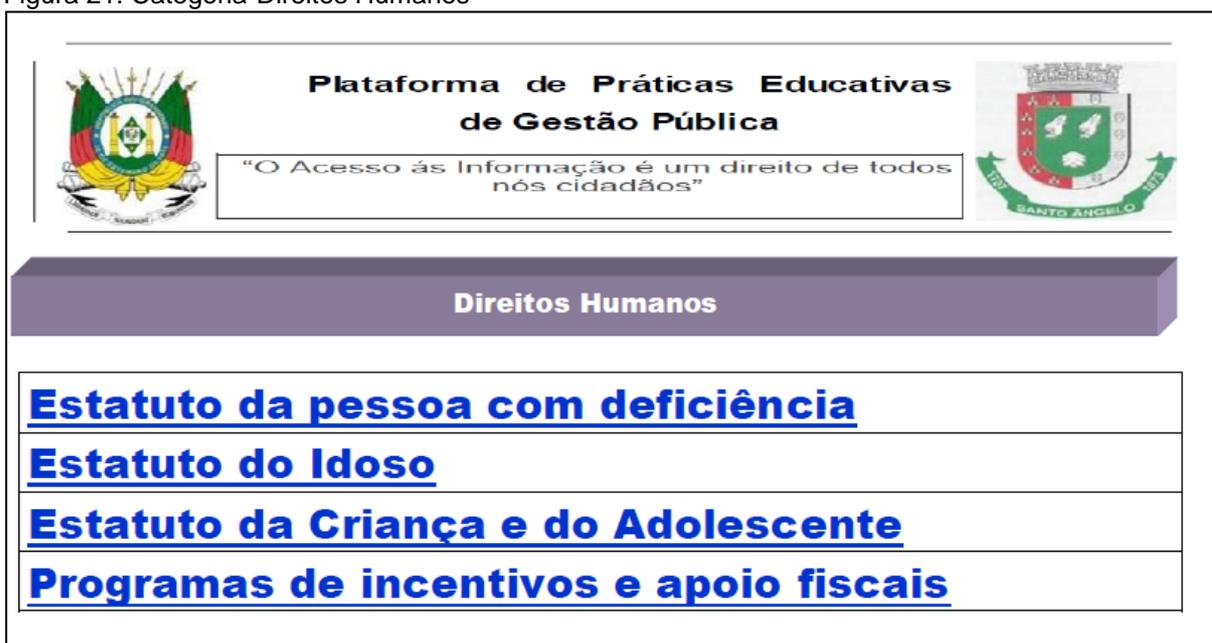
Com base nisso, o requisito Teatros, Cinemas, Centros Culturais, Bibliotecas e Museus tornaram-se uma base de apoio onde poderão ser encontradas diversas opções de lazer nos municípios.

3.4.2. Categoria Direitos Humanos

A carta das nações unidas estabelece alguns propósitos sendo um deles de desenvolver as relações amistosas entre as nações baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos.

Levando em consideração os fatos mencionados, o estudo demonstrou a importância de apresentar a categoria de direitos humanos na plataforma, pois nela serão abordadas questões sobre o estatuto da criança e do adolescente, estatuto do idoso, estatuto das pessoas com deficiência e os programas de incentivos e apoio fiscais. A figura 21 demonstra os requisitos da categoria Direitos Humanos, os quais são de extrema importância para a sociedade em geral, pois eles expressam os direitos e os deveres de cada indivíduo na sociedade.

Figura 21: Categoria Direitos Humanos



Fonte: elaborada pela autora

3.4.2.1. Estatuto da pessoa com deficiência

Há registros históricos que as pessoas com algum tipo de deficiências não eram bem vistas pela sociedade por terem “certos defeitos”, e por isso que eram condenadas a viverem extremamente isolados da sociedade ou em alguns casos mais sérios as pessoas perdiam o direito de viver.

Mas com o passar do tempo, a visão da sociedade em relação às pessoas com deficiências se modificou muito, pois hoje temos legislações que garantem os direitos como qualquer outro ser humano. Também temos projetos sociais que possibilitam a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade com o intuito de que elas mesmas possam compartilhar suas ideias e opiniões em relação aos assuntos importantes.

Levando em consideração os fatos mencionados, ainda hoje temos pontos a serem debatidos pela sociedade e um deles é a acessibilidade, pois a acessibilidade é extremamente importante para a sociedade, através da acessibilidade que as pessoas com deficiência conquistam sua independência e conseqüentemente participam ativamente dos grupos sociais onde eles estão inseridos.

Portanto conclui-se que o estatuto das pessoas com deficiência é muito importante, pois nele aborda temas como acessibilidade, inclusão social, educação e saúde, cujo são de extrema relevância para a sociedade atualmente.

3.4.2.2. Estatuto dos Idosos

O estatuto dos idosos foi criado em 2003 com o propósito de assegurar os direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, pois atualmente no Brasil a grande maioria da população é considerada idosa.

Segundo o relatório da secretaria dos direitos humanos em 2013 relatou que o envelhecimento populacional está desafiando a sociedade a encontrarem soluções para as questões como: políticas públicas de seguridade social, políticas urbanas, políticas sociais, políticas de trabalho e emprego, de mobilidade urbana e de acessibilidade, de ações Inter geracionais e pluriculturais, nas quais eram consideradas como tabus há décadas.

Diante desse contexto, é possível afirmar que hoje o governo federal em conjunto com os órgãos públicos estaduais e municipais está promovendo grandes avanços institucionais e adotando políticas públicas voltadas às pessoas idosas, garantido a elas o bem-estar.

Dessa forma é importante ressaltar que a plataforma abordará o estatuto do idoso com o intuito de esclarecer as dúvidas da sociedade em relação aos direitos que abrange todas as pessoas idosas.

3.4.2.3. Estatuto da Criança e Adolescente

O Estatuto da Criança e Adolescente foi criado em 1990 com objetivo de assegurar os direitos e deveres das crianças e adolescente, sendo este um elemento de muito debate atualmente. Outro fator relevante no estatuto é que nele consta um conjunto de políticas pública nas quais são essenciais para o desenvolvimento saudável das crianças e dos adolescentes.

Hoje o governo federal em conjunto com as organizações não governamentais está desenvolvendo projetos que estimulam os interesses nas crianças e nos adolescentes a demonstrarem suas habilidades perante a sociedade.

Portanto o estatuto da criança e do adolescente é fundamental para a sociedade, pois ressalta a importância de promover o desenvolvimento do bem-estar social das crianças e adolescentes que necessitam de uma atenção maior das entidades públicas e também da sociedade na qual fazem parte.

3.4.2.4. Programas de Incentivos e Apoio Fiscais

A Cartilha sobre uso de incentivos fiscais (2015, pg. 03) define o incentivo fiscal para como “um instrumento usado pelo governo para estimular atividades específicas por prazo determinado e constitui-se em uma forma de a empresa ou pessoa física escolher a destinação de uma parte dos impostos que já seriam pagos por ela, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de projetos pela sociedade”.

A cartilha explica também para onde serão destinados os incentivos fiscais recebidos das empresas e das pessoas físicas. Quando recebidos os incentivos fiscais, respectivamente são distribuídos para os grupos de beneficiados, como crianças e adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência, onde os mesmos realizam projetos promovendo o bem-estar social das crianças, adolescentes e idosos.

Pela legislação brasileira, os tributos que podem ser deduzidos por prestarem incentivos fiscais às entidades beneficentes, atingem nos três níveis de governo, sendo:

1. Federal: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ);
2. Estadual: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
3. Municipal: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto Sobre Serviços (ISS)

O valor destinado pela empresa pode ser descontado, adiante do imposto a pagar, de acordo com as regras de cada uma das leis. Tendo em vista os fatos mencionados, verificou-se que o requisito Programas de Incentivos e Apoio Fiscais será importante, pois demonstrará os benefícios trazidos dos incentivos fiscais para os projetos que promovem o desenvolvimento social das crianças, adolescentes, pessoas com necessidades especiais e idosos.

3.4.3. Categoria Desenvolvimento Social

O ministério do desenvolvimento social (2017, pg. 11) afirma que um dos desafios enfrentados pelos estados e municípios é “promover a integração entre os vários segmentos, considerando não só políticas de um ministério específico, mas também de todos os setores”. Isso significa que cabe aos prefeitos e a cidadãos a responsabilidade de estabelecer estratégias para a resolução dos problemas sociais.

Na figura 22 aborda a categoria do Desenvolvimento Social apresentando os requisitos que são considerados pelos participantes extremamente importantes para a gestão pública.

Figura 22: categoria Desenvolvimento Social



Fonte: elaborada pela autora

3.4.3.1. Atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social

Atualmente as questões referentes às crianças e adolescentes que vivem em situações de riscos tornaram-se um assunto atual e relevante para diversos estudos sobre o tema. Nesses estudos é demonstrado às melhores alternativas para a diminuição das desigualdades socioeducativas sobre o qual melhoraria a qualidade de vida entre os jovens que vivem em situações de risco, reduzindo os casos de morte que sempre são provocados por drogas. Levando em consideração os fatos mencionados acima, é de suma importância que as autoridades competentes criam mecanismo de apoio para estas crianças e adolescentes que vivem em situações de riscos a todo o momento.

Diante disso, a plataforma abordara o requisito Atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social, nele serão apresentados os serviços de atendimentos disponibilizados pelos municípios as crianças e adolescentes que necessariamente precisam de apoios psicológicos para se visualizar em um futuro melhor.

3.4.3.2. Programas de inclusão social no município

Para acabar com as desigualdades sociais o governo federal promoveu uma série de programas sociais, cujo objetivo é incentivar as famílias que necessitam de apoio para serem re-enquadrados na sociedade. Com base nisso, a união dos gestores federais, estaduais, municipais e até mesmo a sociedade pode contribuir para estabelecer estratégias para que os programas possam atingir seus objetivos.

No entanto é importante ressaltar que a plataforma de práticas educativas de gestão pública irá abordar todos os programas de inclusão social oferecidos pelo governo como forma de esclarecer as dúvidas dos cidadãos e auxiliá-los nos processos de cadastramento.

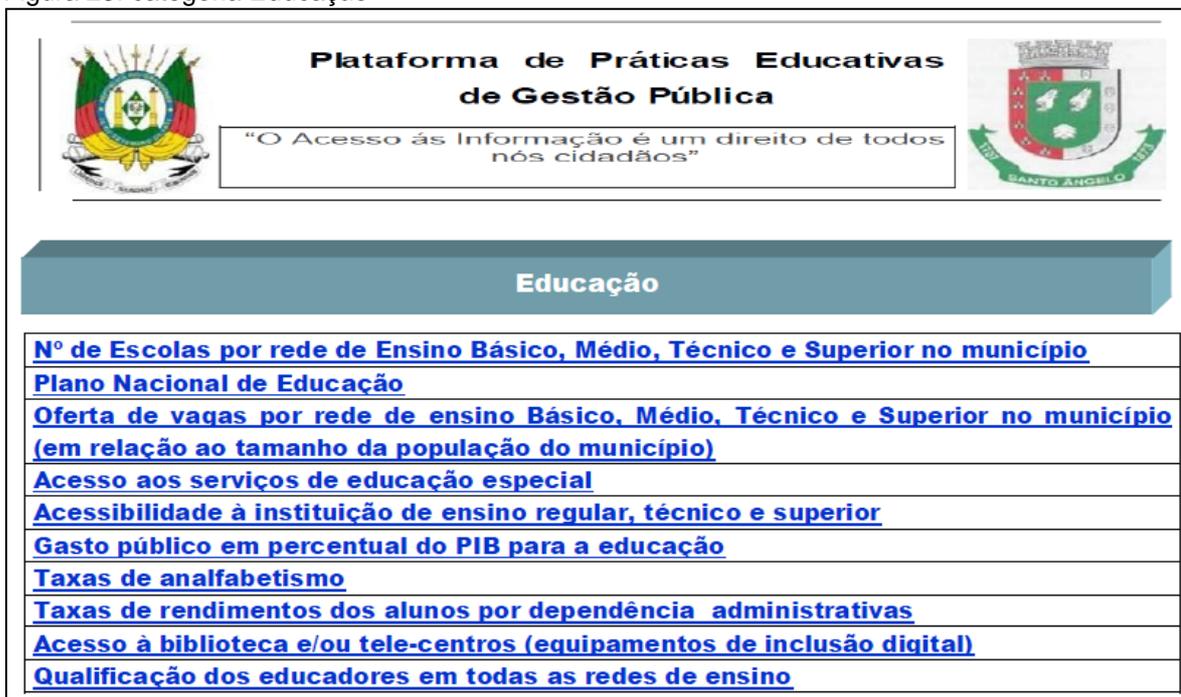
3.4.4. Categoria Educação

“O Brasil só vai ter a verdadeira revolução na educação quando a sociedade, como um todo, aderir à causa, quando todos se preocuparem e se mobilizarem com relação à educação” (BEZERRA FILHO, 2018).

O comentário do ministro da educação em um seminário realizado em fevereiro de 2018, vem causando uma profunda reflexão perante a sociedade, pois nos últimos anos, o ensino brasileiro passa por inúmeros problemas como a falta de investimentos para as escolas públicas e os grandes números de greves que prejudicam tanto os alunos quanto os professores que precisam estar em dia com suas atividades curriculares.

Para que aconteça uma revolução na educação é preciso que a sociedade participe dos ciclos de debates expondo suas ideias e opiniões em relação ao assunto debatido, pois a educação é o alicerce para constituirmos uma sociedade mais digna e respeitosa. A figura 23 demonstra os requisitos que compõem a categoria Educação na plataforma de práticas educativas de gestão pública.

Figura 23: categoria Educação



Fonte: elaborada pela autora

3.4.4.1. Número de Escola por rede de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município

A educação é vista como um instrumento de transformação, pois só ela é capaz de semear, cultivar e colher os frutos do conhecimento. No entanto, para que toda essa magia aconteça é preciso de escolas e professores qualificados para atender grandes números de alunos desde a pré-escola até o nível superior. Sendo assim o requisito denominado Numero de Escola por rede de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município propõe ao cidadão uma ampla visão das escolas localizadas nos municípios contendo informações relevantes para que os cidadãos possam decidir quais das instituições de ensino escolher para os seus filhos.

3.4.4.2. Plano Nacional da Educação

O governo federal estabeleceu o Plano Nacional de Educação que determinam diretrizes, metas e estratégias para uma política educacional eficaz. O Plano Nacional de Educação é dividido em quatro grupos, sendo que o primeiro

grupo estão enquadradas as metas para a educação básica de qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, a universalização do ensino obrigatório, e a ampliação das oportunidades educacionais, o segundo grupo é composto por metas e estratégias que diz respeito a redução das desigualdade e a valorização das diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade, o terceiro grupo correspondem as metas para a valorização das dos profissionais da educação e por fim, o quarto grupo estão estruturadas as metas para o ensino superior.

No entanto, o Plano Nacional de Educação tem sido fundamental para que o país, os estados e os municípios cumpram as metas estabelecidas para uma educação de qualidade e eficaz.

3.4.4.3. Oferta de vagas por rede de ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município

Atualmente o Brasil vem sofrendo com os problemas enfrentados na área educacional, em razão disso em 2017 o número de matrícula, sendo 48,6 milhões de estudantes matriculados nos país. O MEC por sua vez, explica essa redução acontece porque existem muitos gargalos no sistema educacional brasileiro, e um dos fatores que limitam o acesso à educação é a desigualdade social que ainda é muito grande no país (FERREIRA; SOUZA,2018).

3.4.4.4 .Acesso aos serviços de educação especial

A educação especial pode ser definida como uma modalidade de ensino para as pessoas com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/super dotação nas escolas comuns do ensino regular. Além disso, os professores da educação especial devem elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade que auxilie essas pessoas na eliminação das barreiras de suas limitações, tornando-as independentes.

Com base nisso, a plataforma disponibilizara para os usuários as escolas que fornecem a educação especial para crianças, jovens e adultos que necessitam desses ensinios para superar as barreiras impostas pelas limitações, pois todos têm direito a educação de qualidade.

3.4.4.5. Acessibilidade à instituição de ensino regular, técnico e superior

Hoje é comum de vermos, instituições de ensinos adaptadas para receber as pessoas com deficiências, pois a questão da acessibilidade veio através da lei 10.098 (BRASIL, 2000) que se transformou mais tarde um dos assuntos mais debatido em congressos sobre inclusão. Além disso, a acessibilidade é dividida em três categorias:

- 1) Físicos: pessoas com dificuldade de locomoção;
- 2) Auditivos: pessoas com dificuldade na audição. Em decorrência do problema auditivo a pessoa também tem problema na fala causando a mudez;
- 3) Visual: pessoas com dificuldade na visão, causando a perda total ou parte da visão.

Sabendo da importância da acessibilidade para as instituições de ensino, a plataforma disponibilizara para os cidadãos as escolas que estão devidamente enquadradas na lei da acessibilidade para receber pessoas com deficiência, possibilitando a inclusão dessas pessoas na sociedade.

3.4.4.6. Gasto público em percentual do PIB para a educação

O Brasil é o país que mais gasta para ter uma educação eficiente e de qualidade, mas o Tesouro Nacional relata que mesmo com os aumentos dos recursos federais para a educação ainda não é o suficiente para tirar o país das últimas posições em avaliações internacionais de desempenho escolar e nem melhorar outros indicadores educacionais. O principal desafio para a educação é estabelecer estratégias para melhorar a qualidade do ensino básico, convertendo os gastos em aprimoramento de políticas e processos educacionais (OLIVEIRA, 2018).

3.4.4.7. Taxas de analfabetismo

O analfabetismo é um problema sério que o Brasil enfrenta a décadas, sendo assim o governo federal criou um programa que objetiva a alfabetização para jovens, adultos e idosos com interesses de elevar o grau de escolaridade. No

entanto, o programa Brasil alfabetizado abrange todo o território nacional, com atendimento prioritário para os municípios que possuem altas taxas de analfabetismo.

Atualmente em uma pesquisa realizado pelo IBGE demonstrou que a taxa de analfabetismo caiu cerca de 9% em relação aos anos anteriores, esse resultado indica que a alfabetização deve estar integralizada a uma política de educação de jovens, adultos e idosos, para que os mesmos possam dar continuidade aos estudos futuramente.

Contudo a plataforma de práticas educativas de gestão pública fornecerá para os cidadãos às taxas de analfabetismo do município e com base nessas informações a plataforma também disponibilizara os recursos utilizados para a redução do analfabetismo entre jovens, adultos e idosos.

3.4.4.8. Taxas de rendimentos dos alunos por dependências administrativas

O rendimento dos alunos em salas de aulas pode variar muito de um aluno para o outro, isso depende da capacidade de aprendizagem de cada um, podendo impactar nos índices referentes à educação. Com base nisso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza anualmente os cálculos das taxas de rendimentos dos alunos nas instituições de ensino.

Sendo assim, cada aluno tem um código de identificação que permite o INEP acompanhar o desempenho escolar, proporcionando uma visão complexa sobre o sistema educacional das instituições de ensino.

Diante disso a plataforma de práticas educativas de gestão pública ira evidenciar aos cidadãos como está o desempenho dos nossos estudantes na rede ensino público e privado com relação às taxas de aprovação, repetência e evasão nas instituições de ensino.

3.4.4.9. Acesso à biblioteca e/ou tele centros (equipamentos de inclusão digital)

Com os avanços da tecnologia muitas bibliotecas públicas estão aderindo aos projetos de inclusão digital, possibilitando a ampliação dos serviços da biblioteca para os seus usuários e o aceso as informações passaram a ser mais rápida para a

geração de conhecimento, diminuindo o tempo espera da formação de opiniões referente ao um assunto em discussão (SOUZA, 2011).

3.4.4.10. Qualificação dos educadores em todas as redes de ensino

A qualificação dos professores é extremamente importante para a sociedade, pois são através deles que são formados os profissionais, e atualmente os professores são poucos valorizados no Brasil. Para Ribeiro (2014) é preciso investir na qualificação dos profissionais da educação para garantir as melhorias na qualidade dos ensinos: básico, técnico e superior.

3.4.5. Categoria Economia

A Economia Brasileira passou a enfrentar a pior crise econômica do país, saindo de um boom econômico em 2010 para uma profunda recessão em 2014, o que contribuiu para o Brasil estar nesta situação foi à falta de investimento em infraestrutura, falta de planejamento estratégico para a economia ao longo prazo e a corrupção trazendo graves consequências como a desestruturação da máquina pública, desempregos, aumento da inflação, rebaixamento da nota do país nas agências de crédito internacional e por fim, a falta de credibilidade dos governantes perante a sociedade.

Apesar da pior recessão econômica da história dos últimos anos, os economistas alegam que mesmos com números abaixo do que o esperado pelo governo e o mercado financeiro o país deixou a recessão e está em processo de recuperação econômica, esse processo gera um trabalho que requer muito cuidado para os setores que movimentam a economia.

A figura 24 apresenta a categoria Economia com seus requisitos que compõem a plataforma de práticas educativas de gestão pública.

Figura 24: categoria Economia



**Plataforma de Práticas Educativas
de Gestão Pública**

“O Acesso às Informação é um direito de todos
nós cidadãos”



Economia

<u>PIB municipal</u>
<u>Investimento público</u>
<u>Capacidade econômica financeira do município</u>
<u>Receita Pública</u>
<u>Despesas públicas</u>
<u>Políticas geradoras de renda</u>
<u>Padrão de renda média da população</u>
<u>Distribuição de renda</u>
<u>Concentração de renda</u>
<u>Acesso aos serviços públicos</u>
<u>Grau de dependência da municipalidade de outros níveis de governo</u>
<u>Maturidade dos setores primário, secundário e terciário de produção</u>

Fonte: elaborada pela autora

3.4.5.1. Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto é definido como uma medida do valor referente aos bens e serviços que o país, produz durante um período, pois é calculado sobre a produção, a demanda e a renda, três elementos fundamentais para o crescimento da economia.

Com a crise econômica no país, diversos setores da produção e serviços foram prejudicados e com isso levou a queda do produto interno bruto por dois anos consecutivos entre 2014 a 2016, retornando a crescer em 2017, mas para os economistas “ainda é cedo para falar que a crise acabou”, pois, vários setores da economia ainda estão receosos quanto aos investimentos e isso acaba impactando negativamente para economia. Com base nisso, a plataforma será um instrumento de apoio para qualquer cidadão que deseja saber um pouco mais do PIB, sendo ele do nacional, regional e municipal.

3.4.5.2. Investimento público

O Investimento Público do Brasil sofreu uma queda brusca, devido a crise econômica, sendo investido 1,17% do seu PIB em 2017. Isso significa que além de a infraestrutura pública estar prejudicada pela falta de novos investimentos, os gastos não são suficientes sequer para manter o que já existe, gerando problemas para a sociedade (FERNANDES, 2018). Para tanto, a União, os estados e os municípios devem estabelecer estratégias para alavancar os investimentos públicos em curto, médio e longo prazo, para que o país volte a crescer economicamente e obtenha a sua própria sustentabilidade fiscal (IPEA, 2016).

3.4.5.3. Capacidade econômica financeira do município

A Capacidade econômica financeira refere-se sobre a capacidade do município se auto-sustentar economicamente pela sua geração de receitas e despesas. Para isso, é preciso realizar anualmente a Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual (CAMERA DOS DEPUTADOS, 2018).

3.4.5.4. Receita Pública

A Receita Pública é composta pela arrecadação dos impostos, de aluguéis e venda de bens, prestação de alguns serviços, venda de títulos do tesouro nacional, recebimento de indenizações. Os estágios da receita pública são através do orçamento, lançamento e arrecadação/execução (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

A fase do orçamento compreende o valor estimado para a arrecadação, evitando os gastos desnecessários dos governos. Na fase do lançamento é realizada a identificação dos contribuintes, sobre o qual tem o dever de pagar para o governo. Por fim, a fase de arrecadação/execução pode ser definida como a fase em que é entregue aos governos a sua arrecadação, para que as entidades públicas possam prestar serviços à sociedade em geral (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

3.4.5.5. Despesas Públicas

Despesa pública pode ser definida como a aplicação do dinheiro arrecadado através de impostos e taxas de contribuição para custear os serviços públicos para a sociedade e também para a realização de investimentos. Os estágios da despesa pública são empenho, liquidação e pagamento (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

A fase do empenho está relacionada à reserva o dinheiro que será pago quando o bem for entregue ou o serviço concluído, para que o governo não gaste mais do que foi planejado. A fase da liquidação é a verificação se os governos receberam os bens/serviços prestados da entidade contratada para assim efetivá-lo o pagamento dos bens/serviços prestados (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

3.4.5.6. Políticas públicas geradoras de renda

As Políticas públicas geradoras de renda tornaram-se muito importante no combate ao desemprego que hoje é muito grande no Brasil devido à crise econômica em 2014. Em razão disso, o governo federal tem colocado à disposição da sociedade programas e projetos que incentivam a qualificação profissional daqueles que perderam seus empregos para serem recolocados no mercado de trabalho. Entre as políticas públicas para a geração de renda estão:

- a) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): esse programa objetiva oferecer aos jovens estudantes de ensino médio a oportunidade de conhecer os vastos campos de atuação e o programa também é direcionado para jovens e adultos que buscam melhorar sua qualificação profissional diante dos cursos oferecidos pelo Pronatec;
- b) Aprendizagem: esse programa possibilita os jovens entre 14 a 24 a serem inseridos no mercado de trabalho. A duração do contrato é no máximo de dois anos;
- c) Sistema Nacional de Emprego: esse sistema contém um banco de dados sobre vagas de empregos, possibilitando os interessados realizarem um cadastro no SINE para as vagas oferecidas; e
- d) Microempreendedor individual: a categoria Micro empreendedor individual (MEI) foi criada para atender profissionais que trabalham por conta própria e que querem

se formalizar como pequeno empresário, sendo que o seu faturamento anual não ultrapasse os R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

As políticas públicas de geração de renda devem ser vistas como uma alternativa necessária e não como uma estratégia de desenvolvimento econômico, pois contemplam um conjunto de atividades produtivas que geram muitas ocupações de alta qualidade (MINISTERIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2008). Diante desse contexto a plataforma apresentara as políticas públicas de geração de rendas desenvolvidas pelos municípios para a redução de desempregos e da desigualdade social que ainda assombram a vida dos cidadãos brasileiros.

3.4.5.7. Padrão de renda média da população

A renda média da população caiu em 2017: passou de R\$ 2.124, em 2016, para R\$ 2.112, e um dos problemas enfrentados no Brasil é a desigualdade social nas regiões Sul, centro-oeste, nordeste e norte, somente na região sudeste que a desigualdade social teve uma leve queda de 0,535 para 0,529 (UOL, 2018).

3.4.5.8. Distribuição de Renda

A Distribuição de renda compreende todas as atividades que os cidadãos realizam para obter uma renda no final do mês. No Brasil são mais de 60% da população que possui algum tipo de renda, sendo distribuída da seguinte forma:

- Aposentadoria/pensão com 14,1% dos rendimentos;
- Pensão alimentícia/doação/mesada corresponde a 7,4% dos rendimentos;
- Aluguel/arrendamento com 1,9% dos rendimentos; e
- Outras fontes de rendimento equivalente a 7,5% dos rendimentos (AGENCIA IBGE, 2018)

3.4.5.9. Concentração de Renda

A concentração de renda é bastante variada no Brasil, sendo que na região centro-oeste apresenta-se o maior valor em que as pessoas que possuem algum tipo de rendimento, sendo cerca de R\$ 2.479,00. A região sul concentra-se o maior percentual com rendimento efetivamente recebido de todos os trabalhos (46,8%) e o

segundo maior percentual com rendimento proveniente de outras fontes (25,9%). Nas regiões norte e nordeste concentram-se os rendimentos como a aposentadoria ou pensão (14,1%), seguido por outros rendimentos (7,5%), categoria que inclui seguro-desemprego, programas de transferência de renda, poupança, entre outros. Pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador (2,4%) e aluguel e arrendamento (1,9%) estão na sequência (AGENCIA IBGE, 2018).

3.4.5.10. Acesso aos serviços públicos

O governo vem adotando medidas sociais, pois a política social contribui para o crescimento econômico, fortalecendo o mercado interno de consumo de massas, e ampliando os investimentos na expansão da infraestrutura para enfrentar as deficiências estruturais na oferta de serviços públicos de boa qualidade (FAGNANI, ET.AL, 2016).

3.4.5.11. Grau de dependência da municipalidade de outros níveis de governo

Na constituição de 88 garante a autonomia administrativa municipal através da lei Orgânica que visa os direitos e deveres do município, desde que estejam dentro dos limites estabelecidos pelas constituições Federal e Estadual. Para tanto é a união que institui as espécies tributárias (imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições especiais), abrangendo os mais diversos fatos geradores, ficando a cargo da união e dos estados de repassar os percentuais da arrecadação tributária para os municípios, tornando-se dependentes (ANDRADE, 2016).

3.4.5.12. Maturidade dos setores primário, secundário e terciário de produção

O Brasil é dividido por três setores econômico sendo o primário está relacionado pelas atividades como agricultura, pesca pecuária, extrativismo vegetal, mineração e caça. O setor secundário é onde que acontece a transformação das matérias-primas. O setor terciário corresponde à prestação de serviços, varejos, atacados e turismo (PLANTIER, 2018).

Nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste o setor de atividade econômica predominante é o primário, onde a agricultura e a pecuária são fontes de geração de renda para os habitantes das regiões. No Norte o setor de atividade econômica predominante é o secundário, onde se encontram grandes indústrias (TERRA, 2012)

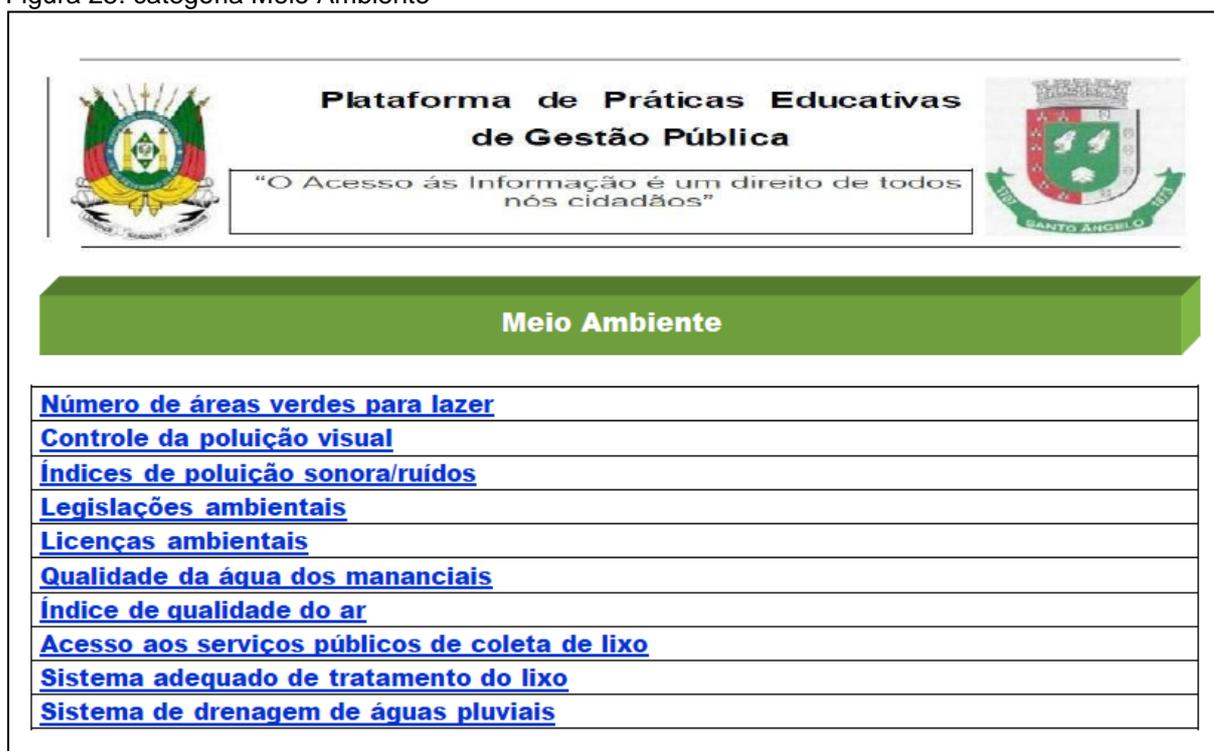
3.4. 6. Categoria Meio Ambiente

O Ministério do Meio Ambiente ressalta a importância da preservação do meio ambiente, pois hoje o meio ambiente é um tema muito debatido em conferências nacionais e internacionais. Diante disso, o governo federal aderiu aos programas e projetos chamando a atenção de toda sociedade e dos órgãos competentes para estabelecer estratégias que auxiliarão na redução dos impactos ambientais.

Sendo assim o governo federal lançou o programa Cidades sustentáveis que tem por objetivo de apresentar para a sociedade uma visão geral sobre os processos de urbanização e seus efeitos causados nos sistemas socioambientais, abordando questões relativas à biodiversidade, as mudanças climáticas e os ecossistemas da região.

Diante disso, a plataforma de práticas educativas de gestão pública levará para todos os cidadãos informações a respeito da responsabilidade socioambiental no município, tendo como objetivo a aproximação dos cidadãos com os órgãos públicos para juntos possam encontrar soluções para os problemas ambientais que ainda causam grandes impactos a natureza e a toda sociedade, demonstrada na figura 25.

Figura 25: categoria Meio Ambiente



Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública

“O Acesso às Informação é um direito de todos nós cidadãos”

Meio Ambiente

- [Número de áreas verdes para lazer](#)
- [Controle da poluição visual](#)
- [Índices de poluição sonora/ruidos](#)
- [Legislações ambientais](#)
- [Licenças ambientais](#)
- [Qualidade da água dos mananciais](#)
- [Índice de qualidade do ar](#)
- [Acesso aos serviços públicos de coleta de lixo](#)
- [Sistema adequado de tratamento do lixo](#)
- [Sistema de drenagem de águas pluviais](#)

Fonte: elaborada pela autora

3.4.6.1. Áreas Verdes para Lazer

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2016) as áreas verdes são consideradas como “um conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades”.

Os municípios em geral estão ampliando esses espaços com objetivo de proporcionarem para a população um contato com a natureza além de fornecer para o público diversos atrativos como os equipamentos de atividades físicas e parque para garantir a alegria da criançada, sendo que essas áreas verdes contribuem muito para o bem-estar físico, mental e social das pessoas que passeiam nestes locais.

Sabendo da importância das áreas verdes para os municípios, a plataforma disponibilizara para os cidadãos os espaços que concentram os maiores números de área verde no município, para que as pessoas possam curtir com sua família e seus amigos.

3.4.6.2. Controle da poluição visual

A poluição visual está geralmente ligada aos fatores que afetam indiretamente a qualidade ambiental e o bem-estar dos cidadãos, pois está relacionado com o excesso de outdoors, Faixas, pichações, aglomeração de pessoas, engarrafamentos de trânsito e moradores de rua alojados em viadutos/praças públicas, podendo assim modificar a visão paisagista do município (BEDIN et al. 2015).

A implementação de legislações ambientais direcionadas para o controle da poluição visual nos municípios se tornou um tema muito importante para debater, pois seu objetivo é estabelecer estratégias que visam à melhoria da qualidade de vida no meio urbano, propondo para seus cidadãos e turistas um ambiente agradável e harmonioso.

3.4.6.3. Índices de poluição sonora/ruídos

Os ruídos são considerados pela lei 4.260/2001, como um problema ambiental, pois podem provocar a perda de audição nas pessoas e também perturbações o sono, podendo assim prejudicar o desempenho das pessoas no trabalho e a qualidade de vida (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA A QUALIDADE ACÚSTICA, 2018).

3.4.6.4. Legislações Ambientais

Atualmente os órgãos públicos estão propondo projetos que mobilizam a sociedade para a conscientização da preservação do meio ambiente, trazendo muitos benefícios como o bem-estar econômico, social e ambiental a população. Além dos projetos de conscientização ambientais temos as legislações ambientais que abordam temas muito importante como: os riscos dos resíduos sólidos, educação ambiental, crimes ambientais, controle de poluição, biomas brasileiros e entre outros.

Com base nisso as legislações ambientais estarão disponíveis na plataforma de práticas educativa de gestão pública com o objetivo de esclarecer as dúvidas dos

cidadãos em relação ao meio ambiente e salientando a importância dos projetos de preservação ambiental para o desenvolvimento sustentável da região.

3.4.6.5. Licenças ambientais

Segundo o ministério do meio ambiente (2007) a licença ambiental é um instrumento de autorização dos órgãos públicos ambientais que estabelecem as condições, restrições e medidas de controle ambientais que deverão ser obedecidas pelos solicitantes para a utilização dos recursos naturais sem causar danos irreversíveis ao meio ambiente.

A licença ambiental deverá ser elaborada passando por três fases fundamentais para obter a autorização para explorar os recursos naturais do local exigido pelo solicitante, sendo elas:

- a) Previa: essa fase corresponde à fase de apresentação do planejamento da área a ser explorada pelo solicitante, logo após a apresentação, será a vez das autoridades ambientais deferirem os documentos apresentando uma série de condições básicas para a atividade que será realizada;
- b) Instalação: é a fase que autoriza o solicitante a instalação da atividade na área a ser explorada, mas deverá ser realizado de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;
- c) Operacional: essa fase dá ao solicitante a plena autorização para a execução das atividades estabelecidas no planejamento e com as devidas exigências colocadas pelas autoridades ambientais. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

Sabendo das dificuldades que a população tem de encontrar informações referentes às licenças ambientais para esclarecer suas dúvidas, a plataforma apresentará todos os tipos de licenças ambientais para os cidadãos verificar das quais licenças ambientais se enquadram sua atividade a ser realizada.

3.4.6.6. Qualidade das águas dos mananciais

Nos últimos anos a água tem se tornado cada vez mais escassa devido às consequências provocadas pela poluição e desmatamento provocando também modificações na qualidade da água dos mananciais. Entretanto os órgãos ambientais estabelecem instrumentos gerenciais de proteção, planejamento e utilização, para que os municípios planejam ações que facilitam a redução dos impactos sobre os mananciais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018).

Com base nisso, a plataforma fornecerá todas as informações a respeito dos mananciais localizados nos municípios como forma de demonstrar aos cidadãos as ações realizadas pela prefeitura e sua comunidade para reduzir os impactos provocados pelas poluições e desmatamento sobre os rios e lagos, alterando sua qualidade e tornando a água imprópria para o consumo.

É importante ressaltar que, como cidadãos devemos fazer a nossa parte para que nossos rios e lagos não sofram com as consequências dos impactos provocados por nós seres humanos. Como diz a reflexão, água é sinônimo de vida, esperança e energia. Pense nisso antes de poluir nossos rios, lagos e mares, pois quem sofrerá as consequências seremos nós mesmos com sua escassez.

3.4.6.7. Índice de qualidade do ar

O Ministério do Meio Ambiente (2014) define a qualidade de ar como um “produto da interação de um complexo conjunto de fatores dentre os quais destacam-se a magnitude das emissões, a topografia e as condições meteorológicas da região, favoráveis ou não à dispersão dos poluentes”. A má qualidade no ar pode gerar problemas de saúde na população como respiratório e cardiovasculares.

3.4.6.8. Acesso aos serviços públicos de coleta de lixo

Atualmente o Brasil produz em média 80 milhões de toneladas de lixo por ano, isso explica o fato de que o brasileiro é o que mais produz lixo cerca de um quilo por dia. De acordo com o ministério do meio ambiente (2016) cerca de oito bilhões reais são perdidos por ano com os resíduos sólidos que deveriam ser reciclados no país, pois eles são depositados no solo sem nenhuma proteção e com

o passar do tempo os resíduos sólidos estão em um estado de deterioração impossibilitando a sua reciclagem.

Com base nisso, os municípios têm disponibilizado a toda população os serviços de coleta lixo semanalmente, seguindo um cronograma estabelecido pela própria empresa de recolhimento dos resíduos sólidos para que não haja confusões sobre os dias de coleta dos lixos secos ou úmidos.

A plataforma de práticas educativa de gestão pública irá disponibilizar os horários dos caminhões responsáveis em recolher os lixos depositados em sacos plásticos em frente às residências, estabelecimentos comerciais e condomínios. Também fornecerá à população as orientações sobre os métodos de separação e manuseios dos resíduos recicláveis (papel, plásticos, vidros e entre outros) e dos resíduos não recicláveis (restos de comida, papéis molhados e entre outros).

3.4.6.9. Sistema adequado de tratamento do lixo

Onde são depositados os lixos recolhidos? Existem sistemas adequados para o tratamento de lixos? Essas perguntas e tantas outras ficam na cabeça de todos os cidadãos que diariamente buscam respostas para estas questões aparentemente são fáceis de serem respondidas, mas na verdade são questões muito complexas, que exigem uma atenção maior da população, da prefeitura municipal e dos órgãos ambientais.

Atualmente o Brasil tem três mil lixões ou aterros irregulares espalhados, isso significa que mais 30 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano são depositados de formas inadequadas, expondo a população aos riscos de doenças transmissíveis. Entretanto para controlar o consumo desenfreado do lixo, a sociedade e as entidades públicas precisam reformular o conceito do lixo como “coisa inútil” para uma nova matéria prima a ser utilizada no processo produtivo.

Com base nisso, as empresas estão levando para as comunidades projetos que incentivam a adoção de padrões de consumo sustentável, visando poupar os recursos naturais e conter o desperdício, como o projeto 3r's.

a) Reduzir é consumir menos e preferir os recursos que ofereçam menor impacto a natureza;

b) Reutilizar é usar novamente, como por exemplo, os vidros de conservas ou potes de plásticos para guardar materiais de utilidades no dia-a-dia; e

c) Reciclar é transformar os materiais com o vidro, metal e plásticos e papeis em matéria-prima novamente. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016)

Portanto na plataforma de práticas de gestão pública poderão ser encontrados os estabelecimentos que recolhem os lixos que poderão ser tornar novamente matéria-prima, evitando os impactos à natureza e a sociedade aos serem jogados em lixões e aterros irregulares.

3.4.6.10. Sistema de drenagem de águas pluviais

O Sistema de drenagem de águas pluviais é um instrumento que possibilita o escoamento das águas chuvas, evitando enchentes e alagamentos para a zona urbana dos municípios, devido ao crescimento urbano os municípios estão enfrentando dificuldades, ou seja, a medida que áreas com superfícies naturais vão sendo impermeabilizadas, os processos de infiltração e retenção da água na bacia vão se reduzindo, causando aumento significativo dos deflúvios superficiais nas áreas situadas jusantes. (NASCIMENTO, 2011)

Os municípios deverão realizar um plano adequando os recursos para um manejo sustentável para as águas pluviais proporcionando qualidade de vida aos cidadãos, reduzindo os riscos de inundações oriundos da impermeabilização do solo. Além disso, o sistema possibilita promover a retenção e infiltração do escoamento, com o controle dos impactos da urbanização na drenagem, e, preservar as condições hidrológicas da bacia pré-urbanizada, reduzindo os impactos para um nível aceitável (RIGHETTO, 2009).

Desta forma é possível verificar o quanto um sistema de drenagem de águas pluviais é importante para a preservação ambiental, social e econômico dos municípios.

3.4.7. Categoria Saneamento Básico

O Saneamento Básico é um “conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e

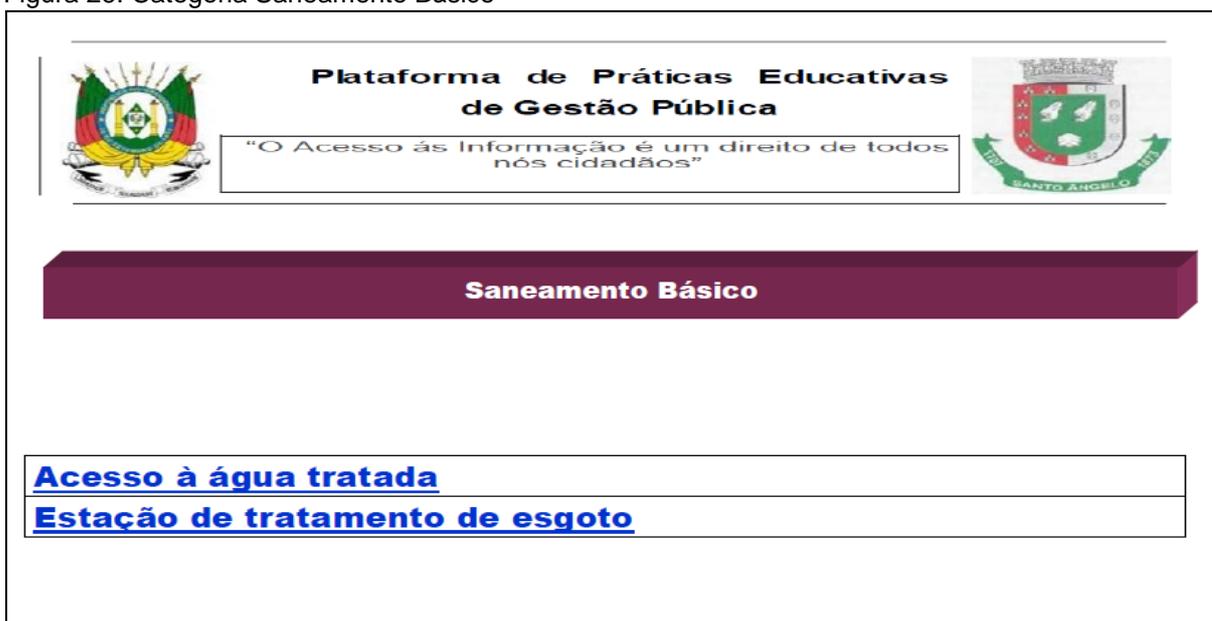
promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica” (TRATA BRASIL, pg. 09, 2012).

É direito de todos os cidadãos tenham acesso ao saneamento básico, para isso que o governo federal instituiu o Plano Nacional de Saneamento Básico sobre o qual estabelece estratégias para que a sociedade brasileira tenha uma água de qualidade e rede de esgoto adequado para promovendo o bem-estar entre os cidadãos.

Ainda convém lembrarmos que no Brasil o saneamento básico ainda é um grande problema a ser resolvido, em uma pesquisa realizada pelo IBGE demonstrou que mais de 24 milhões da população não tem acesso a água tratada e rede de esgoto, isto é, são mais de 70% dos municípios que não apresentam uma política de saneamento básico e os outros 30% dos municípios adotam um plano municipal de saneamento básico, sendo 48,7% não fiscalizam a qualidade da água e as rede de esgoto de suas cidades.

Na plataforma de práticas educativa de gestão pública serão abordadas questões como o abastecimento da água para a população e o acesso a rede de esgoto que todos os cidadãos têm o direito de receber garantindo, portanto, a qualidade de vida da população, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico do município, apresentada na figura 26.

Figura 26: Categoria Saneamento Básico



Fonte: elaborada pela autora

3.4.7.1. Acesso à água tratada

No Brasil são mais de 35 milhões de pessoas não tem acesso à água tratada, o principal motivo é a falta de investimento feito pelos municípios, estados e governo federal, que durante décadas permitiam-se centenas de bairros fossem levantados sem nenhum planejamento sanitário trazendo como consequência a perda de 40% da água tratada no país devido aos vazamentos nas tubulações, ligações clandestinas e erros de medição. Entretanto, os órgãos ambientais desenvolvem projetos e campanhas de conscientização para a população com o objetivo de reduzir o desperdício de água que ainda continua sendo um problema muito sério para o Brasil.

A plataforma de práticas educativas de gestão pública contribuirá muito, pois levará aos cidadãos informações sobre o abastecimento e a qualidade da água para o consumo, além de fornecer orientações de como evitar o desperdício de água e dos projetos desenvolvidos pelos municípios para a captação de recursos que garante a qualidade da água.

3.4.7.2. Estação de tratamento de esgoto

A rede de esgoto tem a finalidade de receber novamente a água utilizada pelo ser humano, sendo esta de residências, estabelecimentos comerciais e industriais, mas com a falta de informação leva muitos cidadãos a lançar os dejetos sobre o solo provocando sérios problemas a saúde.

Os municípios estão adaptando as estações de tratamento de esgoto para remover todos os indícios de poluentes do esgoto, devolvendo para o ambiente uma água regularmente tratada sem riscos de contaminação e poluição.

Portanto na plataforma serão fornecidos para a os cidadãos informações sobre os tipos de rede esgoto apropriados para cada estabelecimento sem causar impactos de grandes proporções ao meio ambiente, além disso, abordará questões complexas referentes ao tratamento de esgoto levando em consideração as legislações ambientais e o plano municipal de saneamento básico.

3.4.8. Categoria Saúde

A Saúde pública no Brasil está enfrentando uma das maiores crises no país tornando-se um desafio para os governantes. O ministério da saúde realizou um levantamento sobre a qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a média nacional foi de 5,5 em uma escala de 0 a 10.

Um dos problemas enfrentado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é a falta de gestão e investimentos para a área da saúde pública, sobre tudo vem sofrendo com as consequências como precariedade nos atendimentos fornecidos pelo sistema, devido às greves constantes promovidos pelos profissionais de saúde.

Entretanto a sociedade em geral devem se mobilizar para debater medidas e estabelecer estratégias para melhorar a qualidade nos serviços prestados na área da saúde pública, segundo Dimer (2017) uma das medidas importante a ser implantadas no Brasil seria a instalações de centro regionais emergenciais adotando como princípios básicos a eficiência e a eficácia para os atendimentos dos cidadãos que necessitam de um diagnóstico rápido e preciso, podendo assim evitar aglomerações nos hospitais.

Tendo em vista a importância de estabelecer estratégias e medidas para promover a eficiência e a eficácia nos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a plataforma de práticas educativa de gestão pública reuniu os requisitos importantes na área da saúde pública para manter a sociedade informada sobre tudo relacionada à saúde pública no município e na região promovendo o bem-estar da população, conforme demonstra a figura 27.

Figura 27: Categoria Saúde



. Fonte: elaborada pela autora

3.4.8.1. Recursos públicos alocados para a Saúde

Segundo o ministério da saúde (2017) o repasse anual para a saúde pública é realizado por dois métodos sendo por meio de custeio de ação e serviços públicos de saúde e o bloco de investimento. Estes métodos priorizam o planejamento local das atividades estabelecidas para a saúde, além disso, os conselhos de saúde terão a possibilidade de monitorar e avaliar se os serviços prestados a comunidade estão sendo executados conforme o planejamento e o orçamento estabelecido.

Conforme o ministro Ricardo Barros relata que o modelo adotado recentemente diminui a burocracia, evitando que os recursos repassados fiquem parados nas contas dos municípios, gerando mais flexibilidade ao gestor na aplicação do recurso durante o ano e propõe autonomia aos municípios e conselhos de saúde para a tomada de decisões.

A plataforma será uma ferramenta de utilidade pública para todos os cidadãos, pois ficaram disponíveis as informações relevantes aos repasses dos recursos destinados para a saúde e o planejamento municipal de saúde.

3.4.8.2. Exames Realizados pelo Sistema Único de Saúde

Atualmente o Sistema Único de Saúde (SUS) abrange vários tipos de exames para a população que necessitam de um diagnóstico rápido e relevante para

a detecção dos problemas de saúde. Sendo assim o Sistema Único de Saúde (SUS) contempla os exames nas seguintes categorias como: angiologia, cardiologia, neurologia, pneumologia, urologia, ginecologia, pediatria, oncologia, geriatria e ortopedia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Sabendo da importância de levar para os cidadãos informações relevantes sobre os exames disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a plataforma abordará todos os tipos de exames enquadrados nas categorias descritas acima, podendo ser uma ponte que interliga os cidadãos dos serviços prestados na rede pública de saúde.

3.4.8.3. Vacinações disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde

As primeiras ações de imunizações no Brasil aconteceram em 1804, quando um grupo de pessoas contraiu a varíola doença pelo qual era altamente contagiosa podendo até causar a morte das pessoas. Somente em 1973 o governo federal lançou o Programa Nacional de Imunizações sobre o qual coordenava as ações imunológicas na população contra as doenças altamente perigosas.

Atualmente o Programa Nacional de Imunizações esta agrupado ao sistema único de saúde (SUS) disponibilizando mais de 300 milhões de doses de vacinas todos os anos. Ao todo, são oferecidos gratuitamente 42 tipos de imunobiológicos e 25 vacinas.

A plataforma de práticas educativas de gestão pública será um instrumento de divulgação das informações relacionadas aos tipos de vacinações disponibilizadas na rede pública de saúde e também fornecerá um calendário de vacinação para que os cidadãos possam organizar o seu próprio calendário de vacinação.

3.4.8.4. Procedimentos das Intervenções Cirúrgicas disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde

Hoje em dia as intervenções cirúrgicas é um assunto muito complexo e requer muita atenção dos gestores de saúde durante o desenvolvimento do planejamento estratégico. Portanto no planejamento estratégico dos hospitais

deverão constar todos os cuidados dos pacientes desde práticas diagnósticas até o tratamento resolutivo.

No entanto as intervenções cirúrgicas no Sistema Único de Saúde (SUS) devem ser realizadas através de um encaminhamento do médico para que os hospitais agendem as cirurgias o mais rápido possível aos pacientes que necessitam urgentemente de uma intervenção cirúrgica. Diante disso, a plataforma fornecerá todas as informações a respeito dos procedimentos para uma intervenção cirúrgica realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

3.4.8.5. Remédios disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde

O ministério da saúde disponibiliza para os cidadãos um documento chamado de Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), cuja sua função é de relacionar todos os medicamentos disponíveis na rede pública de saúde para todos os cidadãos que necessitam dos medicamentos para auxiliar nos tratamentos de doenças.

Embora tenhamos mais de 800 medicamentos disponíveis gratuitos para os cidadãos conforme estipulado pelo ministério de saúde, mas nem todos os medicamentos estão disponíveis para os municípios do país. Isto é todos os municípios tem sua lista de medicamento gratuito para os cidadãos chamado de Relação Municipal de Medicamentos (Remume).

Dessa forma a plataforma será uma base de sustentação entre os cidadãos e a secretaria de saúde para o fornecimento de informações sobre os medicamentos disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), além de informar o procedimento para obtê-los gratuitamente.

3.4.8.6. Combate à Dengue, Chikungunyas e Zika

O ministério da saúde realiza anualmente campanhas que incentivam a eliminação total do Aedes Aegypti mosquito transmissor do vírus da dengue, Chikungunyas e Zika, doenças que afetam o sistema imunológico e neurológico das pessoas. Para isso as unidades de saúde estabeleceram o Dia D, neste dia os agentes da vigilância sanitária visitam as casas e estabelecimentos comerciais com

o objetivo de levar orientações sobre o combate dos mosquitos, além de verificar a existência de criadouros dos mosquitos nos locais visitados.

A plataforma será uma ferramenta de utilidade pública sobre a qual disponibilizará todas as informações sobre o combate do mosquito *Aedes Aegypti* e sobre as doenças transmitidas por ele.

3.4.9. Categoria Trabalhista e Previdenciária

O direito dos trabalhadores foi concedido pelo então presidente Getúlio Vargas na década 30 quando criou o ministério do trabalho, indústria e comércio propondo uma série de leis trabalhistas e previdenciárias, garantido todos os direitos e deveres dos cidadãos que exerciam atividades com vínculos empregatícios.

Atualmente o governo federal lançou a reforma trabalhista trazendo mudanças importantíssimas na Consolidação das leis Trabalhistas – CLT, e a reforma previdenciária que tem como base o tempo de contribuição do trabalhador para a previdência social. Na plataforma serão fornecidas todas as informações sobre as reformas trabalhistas e previdenciárias para esclarecer as dúvidas dos cidadãos sobre o que mudaram nos direitos trabalhistas e previdenciários para a sociedade, sendo apresentadas na figura 28.

Figura 28: Categoria Trabalhista e Previdenciária



Fonte: elaborada pela autora

3.4.9.1 Legislações Trabalhistas

As legislações trabalhistas estão regulamentadas através da CLT, sobre o qual garante os direitos e deveres para todos os cidadãos que se possuem vínculo empregatício. Mas com as mudanças sancionadas pela reforma trabalhista, têm gerado uma série de dúvidas para os cidadãos, em razão disso verificou-se a importância de esclarecer para a população as principais mudanças estabelecidas pelo governo federal direcionada aos assuntos de direito trabalhistas.

3.4.9.2. Legislações Previdenciárias

As legislações previdenciárias têm por finalidade de garantir aos cidadãos empregados, empregador e produtor rural o direito da aposentadoria, independentemente de ser por idade (60 anos para mulheres e 65 para homens), por tempo de contribuição (30 anos para as mulheres e 35 para homem) ou a soma da idade com a contribuição totalizando (85 para as mulheres e 90 para os homens).

Na medida em que ela está sendo discutida pelos parlamentares, ela vem sendo alterada a cada momento para estabelecer o melhor caminho para a sociedade brasileira garantir sua aposentadoria futuramente.

Com base nas informações acima, é possível verificar a importância de demonstrar para a população o que vai ser alterado com a reforma da previdência e quem serão os afetados com essa reforma. Sendo assim, a plataforma será uma aliada dos cidadãos abordando todas as informações sobre a reforma previdenciária e seus ajustes.

3.4.10. Categoria Transparência

A transparência nas contas públicas surgiu no Brasil a partir da lei complementar 101 de 2000 estabelecendo normas para estimular a transparência das contas públicas para a sociedade, com base na legislação vigente o governo federal lançou em 2004 o portal da transparência.

O portal da transparência oferece aos cidadãos a oportunidade de verificar as informações referentes à situação financeira atual dos municípios, estados e do país que através de uma análise de gráfica os cidadãos possam tomar conhecimento das contas públicas evidenciadas no portal, tornando-se um instrumento de debate entre a população.

Na figura 29 apresentam-se os requisitos da categoria Transparência que compõem a plataforma de práticas educativas, onde são evidenciadas as informações financeiras dos municípios, sendo que estas informações fornecem para o público as análises detalhadas da situação financeira dos municípios atualmente.

Figura 29: Categoria Transparência



Fonte: elaborada pela pesquisadora

3.4.10.1 Demonstrações Contábeis aplicadas no setor público

As demonstrações contábeis aplicadas no setor público é um conjunto consolidado sintetizando as informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais de uma entidade pública, cujo objetivo é evidenciar detalhadamente essas informações para os cidadãos para que possam tomar conhecimento da situação atual e realizando comparações dos períodos anteriores (MINISTERIO DA FAZENDA, 2014).

Nas organizações públicas além da apresentação das demonstrações contábeis como o Balanço Patrimonial, Demonstração do resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido e Notas Explicativas, sendo que as mesmas precisam elaborar também o balanço orçamental do próximo período.

Com base nisso, a plataforma disponibilizara as demonstrações contábeis e suas análises, para que os cidadãos possam ter acesso às informações financeiras de seu município.

3.4.10.2. Tributos Federais, Estaduais e Municipais

O governo federal instituiu-se uma vasta gama de tributação, sendo eles previstos na constituição federal, além das contribuições melhorias e taxas estipulado pela união para as realizações de investimentos e projetos para a sociedade.

Os tributos estaduais são estabelecidos pelos governos estaduais com o intuito de proporcionar melhorias, infraestrutura e geração de renda para os estados. Portanto é o governo estadual quem estabelece a criação, a alteração ou a exclusão desses tributos conforme a necessidade do estado para a obtenção de recursos financeira para a realização de investimentos públicos nos estados.

Os tributos municipais correspondem ao grupo de impostos, taxas e contribuições de melhorias propostos pelos municípios para os contribuintes para as realizações de investimentos nas áreas consideradas prioritárias para o município. E somente o gestor público municipal tem a menção de criá-los, alterá-los ou excluí-los, seguindo sempre o princípio da legalidade.

Na plataforma de práticas educativas de gestão pública serão evidenciadas todas as legislações sobre a tributação brasileira, sendo dividida em três eixos: federal, estadual e municipal, com o propósito de levar aos cidadãos esclarecimentos sobre os impostos, contribuições e taxas que regem no país, estados e municípios cuja sua finalidade é investir seus recursos públicos nas áreas consideradas pelas sociedades prioritárias como é o caso da saúde, educação, segurança e infraestrutura das regiões onde estão inseridas.

3.4.10.3. Plano Plurianual do município

O Plano Plurianual é um planejamento elaborado para um período de quatro anos, nele constam as prioridades e os investimentos a ser realizado neste período, também são incluídos no plano os programas sociais, desde que sejam colocadas as metas para ser atingidas no período estipulado pelo Plano Plurianual para que

não haja irregularidades durante a sua execução. O Plano Plurianual expressa a visão estratégica da gestão pública (CAMERA DOS DEPUTADOS, 2017).

A plataforma de práticas educativa de gestão pública é um instrumento de pesquisa que possibilita esclarecer as dúvidas da população sobre os assuntos de gestão pública, permitindo que os cidadãos tenham o conhecimento necessário para a sua formação de opinião e promovendo assim, o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão pública tem se tornado importante para a sociedade brasileira, devido aos problemas ocasionados pela crise econômica do país a população tem realizado muitas manifestações com objetivo de pressionar os governantes para a redução da carga tributária dos produtos e reformas que estão sendo debatidas no congresso nacional.

Diante dessa situação, os cidadãos têm procurado saber mais sobre os assuntos de gestão pública através dos instrumentos como o portal da transparência o qual disponibiliza inúmeras informações sobre as contas públicas das esferas: federal, estadual e municipal.

O presente estudo teve como objetivo a elaboração de uma Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública para Municípios de Pequeno Porte do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Foi aplicado um questionário para uma amostra de 551 participantes de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior – ICES localizada no noroeste do Rio Grande do Sul.

Após a coleta de dados, foram analisados 26 municípios pertencentes à Associação dos Municípios das Missões (AMM), cujo objetivo foi verificar se as informações públicas consideradas extremamente importantes pelos cidadãos eram disponibilizadas nos sítios dos municípios. Para tanto, os municípios que mais evidenciam as informações públicas nos seus sítios são Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Entre Ijuís, Porto Xavier, Santo Ângelo, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões e São Nicolau. A partir disso, a pesquisadora apresentou as informações públicas disponibilizadas nos sítios dos dez municípios, os quais evidenciaram um grande número de informações.

A Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública está estruturada em dez categorias sendo elas: Cultura/Lazer, Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Educação, Economia, Meio Ambiente, Saneamento Básico, Saúde, Trabalhista/Previdenciária e Transparência.

Na categoria Cultura/Lazer estão disponibilizadas as informações relacionadas à Preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural,

Preservação do patrimônio histórico material e imaterial, Eventos abertos ao público e Teatros/Cinemas/Centros Culturais/Bibliotecas/Museus.

A categoria Direitos Humanos aborda os estatutos das pessoas com deficiências, pessoas idosas, crianças e adolescentes e, além disso, evidenciará os Programas de Incentivos e Apoio Fiscais para os projetos desenvolvidos nos municípios. Os cidadãos poderão obter informações na categoria do Desenvolvimento Social sobre os Atendimentos as crianças e adolescentes em situação de risco social e os Programas de inclusão social no município.

Na Educação serão demonstradas as informações relativas aos Numero de Escola por rede de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior, o Plano Nacional de educação, Oferta de vagas por rede de ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município, Acesso aos serviços de educação especial, a Acessibilidade nas instituições de ensino regular, técnico e superior, as Taxas de analfabetismo, as taxas de rendimentos dos alunos por dependências administrativas dos municípios, Acesso à biblioteca e/ou tele centros (equipamentos de inclusão digital), Gasto público em percentual do PIB para a educação e a Qualificação dos educadores em todas as redes de ensino

A categoria Economia é composta por informações referentes ao PIB Municipal, Investimento público, Capacidade econômica financeira do município, Receita Pública, Despesas públicas, as Políticas públicas geradoras de renda para os municípios, Padrão de renda média da população, Distribuição de renda, Concentração de renda, Acesso aos serviços públicos, Grau de dependência da municipalidade de outros níveis de governo e Maturidade dos setores primário, secundário e terciário de produção.

Para a categoria do Meio Ambiente as informações evidenciadas na plataforma são as Áreas Verdes para Lazer, o Controle da poluição visual, Índices de poluição sonora/ruídos as Legislações Ambientais, as Licenças ambientais, a Qualidade das águas dos mananciais, Índice de qualidade do ar, o Acesso aos serviços públicos de coleta de lixo, os Sistemas adequados de tratamento do lixo e os Sistemas de drenagem de águas pluviais dos municípios. O Saneamento Básico é a categoria que expõem informações a respeito do acesso a água tratada e sobre as estações de tratamento de esgoto localizadas nos municípios.

A categoria Saúde aborda informações sobre os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde para os cidadãos como os recursos públicos alocados para

a Saúde, os exames realizados, as vacinações, os procedimentos das intervenções cirúrgicas e os informativos sobre as doenças causadas pelo mosquito *Aedes Aegypti* (Dengue Chikungunyas e Zika).

Na categoria Trabalhista/Previdenciária abordam todas as informações sobre as legislações trabalhistas e previdenciárias e suas reformas que por ventura poderão alterar as condições trabalhistas e previdenciárias.

Por fim a categoria Transparência apresenta-se informações relativas às Demonstrações Contábeis aplicadas no setor público, os Tributos Federais, Estaduais e Municipais e Plano Plurianual dos municípios.

Levando em consideração as informações coletadas e analisadas, foi possível atingir o objetivo geral da pesquisa de maneira satisfatória, pois o estudo buscou nas opiniões dos acadêmicos, professores e técnicos administrativos os requisitos importantes para a elaboração da Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública cujo objetivo é aproximar a sociedade e as administrações públicas municipais para que juntos possam desenvolver soluções para os problemas públicos.

Recomenda-se que todas as prefeituras adotem a Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública com o intuito de levar as informações de interesse público para a população de maneira que possam compartilhar suas ideias para a resolução dos problemas.

Para a pesquisadora, esse estudo provocou uma profunda reflexão sobre a gestão pública, pois para muitas pessoas e inclusive para a mesma, os assuntos públicos eram de responsabilidade somente dos governantes, mas atualmente com os impactos da crise a sociedade está exercendo seu papel de cidadão procurando através de instrumentos disponibilizados pela gestão pública as informações de interesse público, e com a Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública a população terá oportunidade adquirir de maneira rápida e eficaz as informações relevantes do seu município e região.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Trajatória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, edição comemorativa. Pag. 67-86. jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000700005. Acesso: 02 de setembro de 2016.

AGENCIA IBGE. **10% da população concentram quase metade da renda do país.** Abr/2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20844-10-da-populacao-concentram-quase-metade-da-renda-do-pais>. Acesso: 07 de setembro de 2018

AGENCIA IBGE. **PNAD Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017.** Abr/2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017>. Acesso: 07 de setembro de 2018

ANDRADE, Mário Cesar da Silva. **Dependência financeira dos municípios brasileiros: entre o federalismo e a crise econômica.** Revista Espaço Acadêmico - n° 185, Out/2016. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/31073/17600>. Acesso em 08 de setembro de 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS MISSÕES. **Missões e AMM.** Disponível em: <http://amissoes.com.br/historia>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

BAGATTOLLI, Carolina. **Reforma do Estado: Críticas ao Modelo Gerencial.** 19 páginas, Grupo de Análise de Políticas de Inovação – UNICAMP, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.cgca.com.br/userfiles/file/Cr%C3%ADtica%20%C3%A0%20Reforma%20gerencial%20do%20Estado%2030out09%20Carolina.pdf>. Acesso: 15 de dezembro de 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Edições 70. São Paulo, 2016.

BARUFFI, Helder. DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/textos/baruffi_dh_educ_aproximacao_necessaria.pdf. acesso em: 25 de agosto de 2018.

BRASIL. **Lei da Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

BRASIL. **Lei de Acesso à Informação – LEI 12527/2011.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 05 de agosto de 2018.

BRASIL. **LAI: A Lei de Acesso à Informação.** Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

BEDIN, Barbara; FERRARI, Magaly; GAJARDO, Rodrigo. **A Poluição Visual e o seu Controle no Município de Caxias Do Sul a partir da Lei Municipal Nº 412/2012.** Revista de Direito da Cidade, vol. 07, nº 4. Número Especial. ISSN 2317-7721. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/download/20925/15362>. Acesso em: 12 de março de 2018.

BEZERRA FILHO, José Mendonça. **Educação em debate.** Fundação Liberdade e Cidadania. Fev/2018. Disponível em: http://www.blogdomagno.com.br/ver_post.php?id=184899pic.twitter.com/VG8uZv7Za9&pagina=460. Acesso 20 de junho de 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Burocracia Pública na Construção do Brasil.** 129 páginas. Junho de 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Books/LivroBurocraciaConstru%E7%E3oBrasil.6.pdf>. Acesso: 15 de dezembro de 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma Gerencial do Estado de 1995.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, edição: 34. Pag. 04-67. Jul/Ago de 2000. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/6289/4880. Acesso: 15 de dezembro de 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Da Administração Pública Burocrática à Gerencial.** Revista do Serviço Público, edição: 47. Pag. 01-47. Jan/Abril de 1996. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Lei Orçamentária Anual (LOA).** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Lei das Diretrizes Orçamentária. (LDO).** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Plano Plurianual (PPA).** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa>. Acesso em 10 de abril de 2018.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Saúde pública no Brasil ainda sofre com recursos insuficientes.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SAUDE/480185-SAUDE->

[PUBLICA-NO-BRASIL-AINDA-SOFRE-COM-RECURSOS-INSUFICIENTES.html](#).

acesso em: 22 de março de 2018.

CANEDO, Daniele. **“cultura é o quê?” - reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos.** V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009 Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador/BA. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

_____, **Cartilha sobre uso de incentivos fiscais.** Disponível em: www.fecomercio.com.br/upload/v1/2015-07-30/13544.pdf. Acesso em 06 de janeiro de 2018.

CARDOSO JUNIOR, José Celso; CUNHA, Alexandre dos Santos. **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas.** Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_ppa_vol_1_web.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIAO. **Manual do SIC.** Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/MANUAL%20e-SIC%20-%20GUIA%20DO%20SIC.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIAO. **Relatório sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação.** Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/relatorio-2-anos-lai-web.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. Edição 42 (5). Páginas: 829-874. Set/Out, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2016

COSTA, Nelson Nery. **Direito Municipal Brasileiro.** 7ª edição, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

COSTA, Rodolfo; SABINO Marlla. **Modelo atual do sistema de saúde precisa mudar, alertam especialistas.** Correio Braziliense. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/02/06/internas_economia.571081/modelo-atual-do-sistema-de-saude-precisa-mudar-alertam-especialistas.shtml. Acesso 02 de abril de 2018.

DRUMOND, Alexandre Matos; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; SILVA, Edson Arlindo. **Predominância ou coexistência? Modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. Edição 48 (1). Páginas: 03-25. Jan/Fev 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000100001. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

ELIAS, Flávia Tavares Silva. **A importância da Avaliação de tecnologias para o SUS.** BIS - Boletim do Instituto de Saúde, São Paulo, v.14, n. 2, p. 143-150, maio/ 2013.

ENAP. **Iniciativas premiadas.** Disponível em: <https://inovacao.ena.gov.br/publicacoes>. Acesso em 07 de agosto de 2018.

ENAP. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).** Disponível em: <http://repositorio.ena.gov.br/bitstream/1/1071/1/Sistema%20Eletr%C3%B4nico%20do%20Servi%C3%A7o%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Cidad%C3%A3o%20%28e-SIC%29.pdf>. Acesso em 07 de agosto de 2018.

ENAP. **Institucionalização da Gestão e Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde.** Disponível em: <http://repositorio.ena.gov.br/bitstream/1/1072/1/Institucionaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Gest%C3%A3o%20e%20Incorpora%C3%A7%C3%A3o%20de%20Tecnologias%20no%20Sistema%20%28SUS%29.pdf>. Acesso em 07 de agosto de 2018.

FAGNANI, Eduardo; MENEZES, Francisco; ROMANO, Jorge. **Cidadania social: acesso a serviços como direito.** Revista política social, Dez/2015. Disponível em: <https://plataformapoliticasocial.com.br/universalizacao-dos-servicos-publicos-para-universalizacao-da-cidadania/>. Acesso em 08 de setembro de 2018.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERNANDES, Adriana. **Investimento público cai para 1,17% do PIB e atinge o menor nível em 50 anos.** Abr/2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,investimento-publico-cai-para-1-17-do-pib-e-atinge-o-menor-nivel-em-50-anos,70002285682>. Acesso em 02 de setembro de 2018.

FERREIRA, Paula; SOUZA, Andre. **Censo escolar 2017: cai o número de matrículas na educação básica.** Jan/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/censo-escolar-2017-cai-numero-de-matriculas-na-educacao-basica-22347576>. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

GRASSEL, LISANDRO RODRIGO. **Proposta de utilização de um framework para o gerenciamento de projetos estratégicos de uma operadora de planos de saúde.** Dissertação/107 folhas. Disponível em: <http://www.urisan.tche.br/admin/upload/Dissertacao.Lisandro.Rodrigo.Grassel.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2018

GERHARD, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre : Editora UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de Caso. Fundamentação Científica; Subsídios para Coleta e Análise de Dados como redigir um relatório**. São Paulo: Atlas. 2009.

GODOI, Cristiane Kleinübing (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

HAGE SOBRINHO, Jorge; ALENCAR Carlos Higino Ribeiro de; TEIXEIRA, Valdir Agapito; ROMAO, José Eduardo; SILVA JUNIOR, Waldir João Ferreira da; SEABRA, Sérgio Nogueira. **Guia de implantação de Portal da Transparência**. Brasília/DF. 1ª Ed. Abril 2013. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia_portaltransparencia.pdf. Acesso em 05 de agosto de 2018.

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. **Sistemas de Informações Gerenciais**, Perason Hall, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **The Effects of the Recovery of the Patrimonialist Model in Brazil**. International Journal of Humanities and Social Science Vol. 3 No. 8 [Special Issue April 2013]. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose_MatiasPereira/publication/271076291_The_Effects_of_the_Recovery_of_the_Patrimonialist_Model_in_Brazil/links/54bd4c4c0cf218da9391ae55/The-Effects-of-the-Recovery-of-the-Patrimonialist-Model-in-Brazil.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**, 5ª edição. Atlas, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42 Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEYER, Lucia Luz. **O serviço público de coleta seletiva de lixo doméstico uma brasileira na Alemanha e na Inglaterra**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48108/o-servico-publico-de-coleta-seletiva-de-lixo-domestico>. Acesso em 11 de março de 2018.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012. 216 p. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/06/As-Metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2018.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Conheça as diferenças entre patrimônios materiais e imateriais.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Exame Nacional do Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enem>. Acesso em: 07 de agosto de 2018

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **O QUE você precisa saber sobre a Previdência Social.** Rio de Janeiro : Ed. Senac Nacional, 2004. 40 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/previdencia_social.pdf. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Alocação de Recursos. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/economia-da-saude/alocacao-de-recursos>. Acesso em 25 de março de 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Entendendo a Incorporação de Tecnologias em Saúde no SUS: como se envolver.** Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/entendendo_incorporacao_tecnologias_us_envolver.pdf. Acesso em: 07 de agosto de 2018

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Prêmio Inovasus.** Disponível em: <https://amazonia.fiocruz.br/?p=24966>. Acesso em: 07 de agosto de 2018

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais RENAME 2017.** Brasília/2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relacao_nacional_medicamentos_rename_2017.pdf. Acesso em 09 de abril de 2018

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Apoio a construção do Relatório Anual de Gestão SARG-SUS.** Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/sistemas-de-gestao/sargsus>.

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência.** Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona>. Acesso em: 05 de agosto de 2018. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Brasil Escala Transparente.** Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente/escala-brasil-transparente>. Acesso em 07 de agosto de 2018.

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Execução da receita pública.** Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-receita-publica>. Acesso em 07 de setembro de 2018.

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Execução da despesa pública.** Disponível em:

<http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-despesa-publica>. Acesso em 07 de setembro de 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Guia de Políticas e Programas.** Brasília - DF / 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas_publicitarias/banner/quiadepoliticassonline.pdf. Acesso em 07 de janeiro de 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Caderno de estudos curso em Conceitos e Instrumentos para o Monitoramento de Programas.** Brasília/DF. 2016. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/CEGOV%20-%202015%20-%20MDS%20Monitoramento%20Caderno%20de%20Estudos.pdf>. Acesso em 07 de agosto de 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Caderno de Licenciamento Ambiental.** Brasília, 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/dai_pnc/arquivos/pnc_caderno_licenciamento_ambiental_01_76.pdf. Acesso em: 01 de março de 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cartilha de licenciamento ambiental.** 2ª Edição, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/arquivos/cartilha.de.licenciamento.ambiental.segunda.edicao.pdf. Acesso em: 01 de março de 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lixo.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_consumo/arquivos/8%20-%20mcs_lixo.pdf. Acesso 13 de março de 2018

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Mananciais.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/aguas-urbanas/mananciais>. Acesso em: 07 de março de 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Parques e Áreas Verdes.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes>. Acesso em: 05 de março de 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB.** Brasília, 2013. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab_Versao_Conselhos_Nacionais_020520131.pdf. Acesso em: 20 de março de 2018.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal.** Brasília/ DF. M.P. 2016. Disponível em: <https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/Estrategia-de-Governanca-Digital.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Estratégia de Governança Digital: Transformação Digital – cidadania e governo.** Brasília/DF. M.P. 2018. Disponível em:

<https://www.governodigital.gov.br/EGD/documentos/revisao-da-estrategia-de-governanca-digital-2016-2019.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Plano Plurianual 2016–2019 Mensagem Presidencial Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social**. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-20162019/ppa-2016-2019-ascom-3.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Lei de Diretrizes Orçamentárias**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/ldo/ldo2017>. Acesso em: 25 de março de 2017

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **O que é Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)?** Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/leis-e-principios-orcamentarios/o-que-e-lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo>. Acesso em: 25 de março de 2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Lei da Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: www.planejamento.gov.br/assuntos/.../lei...fiscal/.../080807_pub_lrf_cartilha_port.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2018

NASCIMENTO, Jose Antonio Sena do. **Manejo de águas pluviais**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv53096_cap10.pdf. Acesso em: 15 de março de 2018.

NEGRI, João Alberto De; ARAÚJO, Bruno César; BACELETTE, Ricardo. **DESAFIOS DA NAÇÃO ARTIGOS DE APOIO**. IPEA, 2018. Vol. 1, 702 paginas. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32982&Itemid=433. Acesso em 07 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, Eliane. **Brasil gasta mais em educação em relação ao PIB que a média de países desenvolvidos**. Jun/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-gasta-mais-em-educacao-em-relacao-ao-pib-que-media-de-paises-desenvolvidos-22858629>. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

O MENSAGEIRO. Revista Fenamilho internacional 18ª edição. Disponível em: <http://jom.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Revista-Fenamilho-Maio-2017-ok.pdf>. acesso em 05 de agosto de 2017.

ORAIR, Rodrigo Octávio. **Investimento Público no Brasil: Trajetória e Relações com o Regime Fiscal**. IPEA, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2215.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social**. Revista RAE - Fundação Getulio Vargas. vol. 45, n. 1, pag. 36- 49 jan-mar 2005. Disponível em: <http://rae.fgv.br/rae/vol45-num1->

[2005/administracao-publica-brasileira-entre-gerencialismo-gestao-social](#). Acesso em: 25 de março de 2017.

PLANTIER, Renato Duarte. Diferentes Setores da Economia? Do Primário ao Quinário. Disponível em: <http://economia.culturamix.com/mercado/diferentes-setores-da-economia-do-primario-ao-quinario>. Acesso em 14 de setembro de 2018.

_____, **Plano Diretor Da Reforma Do Aparelho Do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

PREFEITURA DE BOSSOROCA. **Sítio da prefeitura de Bossoroca**. Disponível em: <https://www.bossoroca.rs.gov.br/site>. Acesso em 01 de setembro de 2018.

PREFEITURA DE CAIBATÉ. **Sítio da prefeitura de Caibaté**. Disponível em: <https://www.caibate.rs.gov.br/site>. Acesso em 01 de setembro de 2018.

PREFEITURA DE CERRO LARGO. **Sítio da prefeitura de Cerro Largo**. Disponível em: <https://www.cerrolargo.rs.gov.br/site>. Acesso em 01 de setembro de 2018.

PREFEITURA DE ENTRE-IJUIS. **Sítio da prefeitura de Entre-Ijuis**. Disponível em: <http://www.entreijuis.rs.gov.br/>. Acesso em 01 de setembro de 2018.

PREFEITURA DE PORTO XAVIER. **Sítio da prefeitura de Porto Xavier**. Disponível em: <https://www.portoxavier.rs.gov.br/site>. Acesso em 01 de setembro de 2018.

PREFEITURA DE SANTO ANGELO. **Sítio da prefeitura de Santo Ângelo**. Disponível em: <https://www.santoangelo.rs.gov.br/>. Acesso em 23 de abril de 2018.

PREFEITURA DE SÃO BORJA. **Sítio da prefeitura de São Borja**. Disponível em: <https://www.saoborja.rs.gov.br/>. Acesso em 01 de setembro de 2018.

PREFEITURA DE SÃO LUIZ GONZAGA. **Sítio da prefeitura de São Luiz Gonzaga**. Disponível em: <https://www.saoluizgonzaga.rs.gov.br/site>. Acesso em 24 de abril de 2018.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DAS MISSOES. **Sítio da prefeitura de São Miguel das Missões**. Disponível em: <https://saomiqueldasmissoesrs.com.br/>. Acesso em 01 de setembro de 2018.

PREFEITURA DE SÃO NICOLAU. **Sítio da prefeitura de São Nicolau**. Disponível em: <https://www.saonicolau.rs.gov.br/site>. Acesso em 01 de setembro de 2018.

PINHO, Adelmo (org). **Manual básico de saúde pública: um guia prático para conhecer e garantir seus direitos**. 1ª Edição 2012. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual_basico_saude_publica.pdf. Acesso em 26 de agosto de 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ed. Novo Hamburgo – RS: Feevale, 2013.

RIGHETTO, Antônio Marozzi. **Manejo de águas pluviais urbanas Manejo de Águas Pluviais Urbanas**. Disponível em: https://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/historico-de-programas/prosab/prosab5_tema_4.pdf. Acesso em: 18 de março de 2018.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

ROTA MISSOES. **Porto Xavier: Fronteira do Rio Grande**. Disponível em: <https://www.rotamissoes.com.br/conheca/porto-xavier-23>. Acesso em 01 de setembro de 2018.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à gestão pública**. 1ª edição. Saraiva, 2006.

SALLA, Neusa M^a Gonçalves; ABRAMOWICZ, Ângelo; KONRATH, Gean Carlo Schuster; SCREMIN, Grace Kelly Holtz; TURRA, Márcio Ezequiel Diel. **Ações de Governança Digital em prol do Estado Democrático**. Disponível em: www.admpg.com.br/2017/down.php?id=2852&q=1. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

SENADO FEDERAL. **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas**. Brasília/DF. Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 189 p. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf?sequence=6. Acesso em 27 de agosto de 2018.

SOUZA, Antonio Ricardo de. **Agências Reguladoras e seus Modelos de Gestão: Uma Análise na ANEEL e ANATEL**. 2007, 247 páginas. Tese apresentada ao Curso de Doutorado da Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/agencias-reguladoras-seus-modelos-gestao-analise-aneel-anatel> Acesso em: 30 de setembro de 2016.

SOUZA, Jaqueline Ferreira de. **Telecentros em bibliotecas públicas: caminhos para a inclusão social**. 2011, 83 páginas. TCC apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2590/6/2011_JaquelineFerreiradeSouza.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

TERRA. **Conheça os destaques da economia das cinco regiões do País**. Nov/2012. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/conheca-os-destaques-da-economia-das-cinco-regioes-do-pais.8478885ca376b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em 08 de setembro de 2018.

TERRA. **Conheça os destaques da economia das cinco regiões do País.** Nov/2012. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/conheca-os-destaques-da-economia-das-cinco-regioes-do-pais,8478885ca376b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em 08 de setembro de 2018.

TRATA BRASIL. **Manual do Saneamento Básico.** Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa16/manual-imprensa.pdf>. Acesso em: 18 de março de 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PARANA. **Calculo amostral.** Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/multimedia/2011/10/xlsx/00237933.xlsx>. Acesso em: 25 de abril de 2017

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO. **Governança Pública: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria.** Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/pmimf/institucional/download-de-arquivos/governanca-publica-tcu.pdf>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

UOL. **10% da população concentrava 43,3% da renda do país em 2017, diz IBGE.** Abr/2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/04/11/concentracao-renda-ibge.htm>. acesso em 07 de setembro de 2018.

VECCHIATTI, Karin. **Três Fases Rumo ao Desenvolvimento Sustentável do reducionismo à valorização da cultura.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24782.pdf>. acesso em 05 de janeiro de 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira.** Disponível em: <http://www.publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/41/44>. acesso em: 26 de agosto de 2018.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. **Reforma administrativa federal brasileira: passado e presente.** Revista de Administração Pública, v. 8, p. 27-75, 1974. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/5965/4625> . Acesso em: 02 de fevereiro de 2017.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. **A reforma administrativa no Brasil: experiência anterior, situação atual e perspectivas - uma apreciação geral.** Revista de Administração Pública, v.18(1) pag. 49-59. Jan/Mar de 1984. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/10623> acesso: 02 de fevereiro de 2017.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia abrangente**. Vol. 02. Editora: UNB, São Paulo, 2004

WORLD BANK. **The International Bank for Reconstruction and Development. Worldwide Governance Indicators**. Disponível em:
info.worldbank.org/governance/wgi/pdf/WGI.pdf

APENDICE A:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: **Elaboração de uma Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública.** O motivo que leva a pesquisadora a estudar o assunto é de levar para os cidadãos informações a respeito da Gestão Pública de uma forma que todos os interessados possam compreender e interpretá-las facilmente. O objetivo principal desse projeto é elaborar uma Matriz de Requisitos para uma Plataforma de Práticas Educativas de Gestão Pública para os Municípios de Pequeno Porte do Noroeste do Rio Grande do Sul. Existe um desconforto e um risco mínimo para você que se submeter à coleta do material, mas se justifica pelo benefício de que o participante possa contribuir com sua opinião para a realização do estudo. Caso você apresente algum desconforto maior do que o esperado ao responder as perguntas, poderá ser encaminhado para o atendimento psicológico, localizada no prédio 03 da URI Campus de Santo Ângelo. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação sem qualquer penalidade ou perda de benefícios. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste consentimento informado será arquivada no Curso de Mestrado em Gestão Estratégica das Organizações, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus Santo Ângelo e a outra será fornecida a você. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional, porém caso ocorra qualquer despesa do participante haverá ressarcimento por parte da pesquisadora, assim como a ocorrência de algum dano ao participante, causado pela pesquisa, haverá indenização pela pesquisadora

Eu, _____ fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar. O pesquisador certificou-me de que

todos os dados pessoais serão confidenciais. Em caso de dúvidas poderei chamar a Pesquisadora Responsável: Grace Kelly Holtz Scremin telefone (55) 9-9632-9262 ou o Comitê de Ética em Pesquisa da URI, na Rua Universidade das Missões, nº 464, prédio 20, subsolo, telefone: 55-3313-7917. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome do participante

Assinatura do participante

Data

Nome da pesquisadora

Assinatura da pesquisadora

Data

APENDICE B**QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS ACADÊMICOS**

1) Gênero: () Feminino () Masculino

2) cidade:_____

3)Curso:_____

4) Semestre:_____

5) Possui algum conhecimento sobre os assunto de Gestão Pública?

() Sim () não

6) Qual o grau de importância que você atribui à Gestão Pública?

()Importante ()Muito Importante ()Extremamente Importante ()Pouco Importante

7) Hoje existem um grande interesse da sociedade pelos assuntos de Gestão Pública?

() concordo Plenamente () discordo

8) Você como acadêmico e cidadão concorda que as Instituições de Ensino Superior começam abordar o assunto Gestão Pública em sala de aula como forma de despertar o interesse nos acadêmicos para os assuntos públicos, para a formação de opinião?

() concordo Plenamente () discordo

9) você já buscou informações a respeito de Gestão pública no Portal da Transparência?

() sim, muitas vezes () sim, poucas vezes () não, nunca entrei

10) Qual o grau de importância que você atribui ao Portal da transparência?

()Importante ()Muito Importante ()Extremamente Importante ()Pouco Importante

11) qual o seu grau de compreensão das informações acessadas no Portal da Transparência?

() Pouco compreensível

() Muito Compreensível

12) na sua opinião a matriz de requisitos para uma Plataforma de práticas Educativas de gestão pública para os municípios do estado do Rio Grande do Sul seria:

() Importante () Muito Importante () Extremamente Importante () Pouco Importante

13) Atribua o graus de importância aos requisitos para a Plataforma de praticas educativas:

01	02	03	04	05
Nada importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante

a) Cultura/Lazer	Graus de importância
Teatros, Cinemas, Centros Culturais, Bibliotecas e Museus	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Eventos abertos ao público (Festivais de música, teatro e artes em geral, Concertos, Shows, Ruas de Lazer, Feiras e Eventos Esportivos)	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Preservação do patrimônio histórico material e imaterial do município	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural do município	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Taxas referentes ao Patrimônio natural e histórico	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

b) Direitos Humanos	Graus de importância
Estatuto da Criança e do Adolescente	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Estatuto do Idoso	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Estatuto da pessoa com deficiência	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Programas de incentivos e apoio fiscais	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

c) Desenvolvimento Social	Graus de importância
Programas de inclusão social no município	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

d) Educação	Graus de importância
Nº de Escolas por rede de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Plano nacional de educação	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Oferta de vagas por rede de ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município (em relação ao tamanho da população do município)	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Acesso aos serviços de educação especial	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Acesso à biblioteca e/ou tele-centros (equipamentos de inclusão digital)	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Acessibilidade à instituição de ensino regular, técnico e superior,	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

Taxas de analfabetismo	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Taxas de rendimentos dos alunos por dependências administrativas	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Gasto público em percentual do PIB para a educação	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Qualificação dos educadores em todas as redes de ensino	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

e) Economia	Graus de importância
PIB municipal	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Investimento público	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Capacidade econômica financeira do município	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Receita Pública	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Despesas públicas	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Políticas geradoras de renda	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Padrão de renda média da população	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Distribuição de renda	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Concentração de renda	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Acesso aos serviços públicos	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Grau de dependência da municipalidade de outros níveis de governo	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Maturidade dos setores primário, secundário e terciário de produção	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

f) Meio ambiente	Graus de importância
Número de áreas verdes para lazer (parques, praças, jardins)	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Clima	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Controle da poluição visual	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Índices de poluição sonora / ruídos	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Legislações ambientais	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Licenças ambientais	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Qualidade da água dos mananciais	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Poluição e contaminação da água	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Índice de poluição do ar (ou, qualidade do ar)	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Acesso aos serviços públicos de coleta de lixo	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Coleta de lixo com periodicidade adequada	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Sistema adequado de disposição final do lixo	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Sistema adequado de tratamento do lixo	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Sistema de drenagem de águas pluviais	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

g) Saneamento Básico – Água/Esgoto	Graus de importância
Acesso à água tratada	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Estação de tratamento de esgoto	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

h) Saúde	Graus de importância
Recursos públicos alocados para a Saúde	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Exames Realizados pelo Sistema Único de Saúde	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Vacinações disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Intervenções Cirúrgicas disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Remédios disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Combate a Dengue, Chikungunyas e Zika	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

i) Trabalhista/Previdenciária	Graus de importância
Legislações Trabalhistas	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Legislações previdenciárias	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

j) Transparência	Graus de importância
Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Tributos Federais, Estaduais e Municipais	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Plano Plurianual do município	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

14) para você cidadão e acadêmico a plataforma de prática educativa de gestão pública facilitaria a compreensão das informações públicas no processo de aprendizagem para a formação de opinião?

() Sim

() Não

15) contribuições a pesquisa:

**APENDICE C:
QUESTIONÁRIO APLICADO PARA COLABORADORES DIRETOS**

1) Gênero: () Feminino () Masculino

2) Você trabalha como: () Professor () Técnico Administrativo

3) você professor leciona em qual(ais) curso de Graduação pela instituição:

() Administração () Agronomia () Arquitetura e Urbanismo () ciências biológicas
() Ciências Contábeis () Ciência da Computação () Direito () Educação Física
() Enfermagem () Engenharia Civil () Engenharia Mecânica () Engenharia
Química () Farmácia () Matemática () Pedagogia () Psicologia ()
Química Industrial
() Sistemas de Informação () Teologia

4) você técnico administrativo trabalha em qual setor na instituição:_____

5) Possui algum conhecimento sobre os assunto de Gestão Pública?

() Sim () não

6) Qual o grau de importância que você atribui à Gestão Pública?

() Importante () Muito Importante () Extremamente Importante () Pouco Importante

7) Hoje existem um grande interesse da sociedade pelos assuntos de Gestão Pública?

() concordo Plenamente () discordo

8) Você como cidadão concorda que as Instituições de Ensino Superior começam abordar o assunto Gestão Pública em sala de aula como forma de despertar o interesse nos acadêmicos para os assuntos públicos, para a formação de opinião?

() concordo Plenamente () discordo

9) você já buscou informações a respeito de Gestão pública no Portal da Transparência?

() sim, muitas vezes () sim, poucas vezes () não, nunca entrei

10) Qual o grau de importância que você atribui ao Portal da transparência?

() Importante () Muito Importante () Extremamente Importante () Pouco Importante

11) qual o seu grau de compreensão das informações acessadas no Portal da Transparência?

() Pouco compreensível () Muito Compreensível

12) na sua opinião a matriz de requisitos para uma Plataforma de práticas Educativas de gestão pública para os municípios do estado do Rio Grande do Sul seria:

() Importante () Muito Importante () Extremamente Importante () Pouco Importante

13) Atribua o graus de importancia aos requisitos para a Plataforma de praticas educativas:

01	02	03	04	05
Nada importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante

k) Cultura/Lazer	Graus de importância
Teatros, Cinemas, Centros Culturais, Bibliotecas e Museus	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Eventos abertos ao público (Festivais de música, teatro e artes em geral, Concertos, Shows, Ruas de Lazer, Feiras e Eventos Esportivos)	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Preservação do patrimônio histórico material e imaterial do município	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural do município	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Taxas referentes ao Patrimônio natural e histórico	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

l) Direitos Humanos	Graus de importância
Estatuto da Criança e do Adolescente	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Estatuto do Idoso	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Estatuto da pessoa com deficiência	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Programas de incentivos e apoio fiscais	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

m) Desenvolvimento Social	Graus de importância
Programas de inclusão social no município	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

n) Educação	Graus de importância
Nº de Escolas por rede de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Plano nacional de educação	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

Oferta de vagas por rede de ensino Básico, Médio, Técnico e Superior no município (em relação ao tamanho da população do município)	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Acesso aos serviços de educação especial	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Acesso à biblioteca e/ou tele-centros (equipamentos de inclusão digital)	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Acessibilidade à instituição de ensino regular, técnico e superior,	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Taxas de analfabetismo	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Taxas de rendimentos dos alunos por dependências administrativas	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Gasto público em percentual do PIB para a educação	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Qualificação dos educadores em todas as redes de ensino	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

o) Economia	Graus de importância
PIB municipal	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Investimento público	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Capacidade econômica financeira do município	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Receita Pública	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Despesas públicas	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Políticas geradoras de renda	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Padrão de renda média da população	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Distribuição de renda	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Concentração de renda	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Acesso aos serviços públicos	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Grau de dependência da municipalidade de outros níveis de governo	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Maturidade dos setores primário, secundário e terciário de produção	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

p) Meio ambiente	Graus de importância
Número de áreas verdes para lazer (parques, praças, jardins)	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Clima	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Controle da poluição visual	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Índices de poluição sonora / ruídos	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Legislações ambientais	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Licenças ambientais	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Qualidade da água dos mananciais	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Poluição e contaminação da água	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Índice de poluição do ar (ou, qualidade do ar)	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Acesso aos serviços públicos de coleta de lixo	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Coleta de lixo com periodicidade adequada	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Sistema adequado de disposição final do lixo	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Sistema adequado de tratamento do lixo	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Sistema de drenagem de águas pluviais	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

a) Saneamento Básico – Água/Esgoto	Graus de importância
Acesso à água tratada	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Estação de tratamento de esgoto	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

b) Saúde	Graus de importância
Recursos públicos alocados para a Saúde	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Exames Realizados pelo Sistema Único de Saúde	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Vacinações disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Intervenções Cirúrgicas disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Remédios disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

Combate a Dengue, Chikungunyas e Zika	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
---------------------------------------	--

c) Trabalhista/Previdenciária	Graus de importância
Legislações Trabalhistas	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Legislações previdenciárias	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

d) Transparência	Graus de importância
Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Tributos Federais, Estaduais e Municipais	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
Plano Plurianual do município	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

14) para você cidadão a plataforma de prática educativa de gestão pública facilitaria a compreensão das informações públicas no processo de aprendizagem para a formação de opinião?

() Sim

() Não

15) contribuições a pesquisa:
